

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**- MESTRADO E DOUTORADO -**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Alexandre Costa Ramos

**FATORES DE ATRAÇÃO MIGRATÓRIA NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE**  
**DO SUL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO A PARTIR**  
**DOS MUNICÍPIOS DE CAPÃO DA CANOA E DE OSÓRIO**

Santa Cruz do Sul

2014

Alexandre Costa Ramos

**FATORES DE ATRAÇÃO MIGRATÓRIA NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE  
DO SUL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO A PARTIR  
DOS MUNICÍPIOS DE CAPÃO DA CANOA E DE OSÓRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Cezar Arend

Co-orientador: Prof. Dr. Marco André Cadoná

Santa Cruz do Sul

2014

Alexandre Costa Ramos

**FATORES DE ATRAÇÃO MIGRATÓRIA NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE  
DO SUL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO A PARTIR  
DOS MUNICÍPIOS DE CAPÃO DA CANOA E DE OSÓRIO**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

*Dr. Silvio Cezar Arend*

Professor Orientador - UNISC

*Dr. Marco André Cadoná*

Professor Co-orientador - UNISC

*Dra. Cidonea Machado Deponti*

Professor Examinador - UNISC

*Dr. Leonardo Xavier da Silva*

Professor Examinador - UFRGS

Santa Cruz do Sul

2014

*Fortaleza e inspiração.*

*Foi exatamente isso que representaram minha esposa  
Luciane e meu filho Artur na execução deste trabalho.*

*Quando iniciamos, não imaginávamos os imprevistos  
que iríamos enfrentar. Enfim, vencemos.*

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a conclusão deste trabalho e esquecê-las seria um ato imensamente falho. Começo agradecendo a CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade) por flexibilizar os meus horários de trabalho como Vice-diretor da FACOS (Faculdade Cenecista de Osório) permitindo, assim, os meus deslocamentos semanais para Santa Cruz do Sul. Agradeço, também, àqueles que, sem nenhum laço afetivo, seja familiar ou de amizade, prontamente colaboraram, cedendo entrevistas nos municípios de Osório e Capão da Canoa.

Agradeço aos funcionários da Prefeitura Municipal de Capão da Canoa, Daiane Garcia (menina de ouro) e Clóvis Brum. Em Osório, ao Assessor de Imprensa da Prefeitura Municipal, publicitário Augusto Barbosa Jr. e a toda equipe generosa e educadíssima do IBGE de Osório, em especial a Sra. Inácia Araujo e o Chefe de Agência, Cláudio Roberto da Rosa Santos, pessoa espetacular que não apenas forneceu dados, mas também realizou oportunas sugestões.

Ainda no IBGE, estendo agradecimentos ao Sr. Ademir Koucher e a Sra. Vera Ferreira, da Unidade Estadual em Porto Alegre, também muito gentis.

À Pesquisadora da FEE, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, Sra. Mariana Pessoa.

Ao amigo e pesquisador Pascoalino Ribeiro, pelas narrativas e fornecimento de material para pesquisa.

Às minhas alunas do Curso de Ciências Contábeis, Monalise Witte e Graziela Capra que dedicaram alguns finais de semana à aplicação dos questionários.

Ao funcionário da FACOS, membro da CPA (Comissão Própria de Avaliação), Jorge Brandalise, pela tabulação exaustiva e cruzamentos do questionário.

À minha ex-secretária, a Administradora de Empresas Angélica Belolli, pelo preenchimento de planilhas e transcrição das entrevistas.

Aos Professores, Dr. Silvio Cezar Arend e Dr. Marco André Cadoná, respectivamente Orientador e Co-orientador, que aceitaram dividir um pouco de suas experiências e conhecimentos “regendo” os caminhos deste trabalho com sabedoria e compreensão, principalmente no momento mais difícil.

À Professora Dr<sup>a</sup>. Virginia Elisabeta Etges, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional na UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, pela exigência, firmeza e competência à frente de todos: alunos, professores e funcionários.

À minha família nota dez, cada vez mais dez, sempre dez.

Por último, venho relatar a imensa saudade de todos os colegas da turma de Mestrado e Doutorado 2011 da UNISC - foram a “gasolina”, para um deslocamento semanal de três horas e meia ao longo de um ano, e “irmãos” num momento extremamente difícil da minha vida. Nunca vou esquecê-los.

## RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida com base na constatação do crescimento populacional expressivo no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, destacando-se com o maior percentual dentre todas as regiões do estado nos últimos três Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010). Entretanto, apresentou indicadores socioeconômicos discretos e, diante desta realidade, coube indagar por que este crescimento está ocorrendo. Com o propósito de compreender a motivação para tal fenômeno, identificaram-se os fatores de atração deste fluxo migratório. O presente trabalho se justifica pela importância da região no cenário gaúcho diante dos investimentos que vem recebendo com esta perspectiva espacial. Para fins de comparação, foi realizado um recorte, levando-se em conta o mais populoso município dentre os que estão situados à beira mar (praianos) e o mais populoso entre aqueles localizados encosta da serra (não praianos). A partir deste critério, caracterizam-se os municípios de Capão da Canoa e de Osório, ambos com grande influência na região e considerados “polos regionais”. Os dados secundários foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e à Fundação de Economia e Estatística do RS-FEE, bem como às prefeituras e a outros órgãos de controle e fiscalização. Foram realizadas entrevistas com lideranças do setor público e do setor privado e aplicado um questionário junto às populações urbanas dos municípios de Osório e de Capão da Canoa. Foi possível constatar que este movimento se destacou nos municípios à beira mar, ocorrendo com menor intensidade nos demais. Nos municípios balneários, as taxas de crescimento continuam aumentando em diferentes estratos populacionais. Enquanto que os idosos buscam qualidade de vida e as gerações mais jovens almejam as oportunidades que despontaram. Verificaram-se iniciativas de atração, considerando as diferentes características de cada município e o respectivo perfil de habitante que buscam captar. Constatou-se a expansão do comércio e, no caso de Osório, especificamente, a importância do Parque Eólico desde sua implantação, na primeira década do novo milênio. Já em Capão da Canoa, além do turismo sazonal, destaca-se a construção civil, alavancada pela oferta de novos produtos imobiliários como os condomínios horizontais abundantes na região costeira. Conseqüentemente, houve um incremento na arrecadação de ambos os municípios, possibilitando investimentos nas cidades.

**Palavras-chave:** dinâmica populacional, migração, Litoral Norte, desenvolvimento regional.

## ABSTRACT

This research was developed based on the population expressive growth on North Coast of Rio Grande do Sul, founded specially on the recently last three population counts (1991, 2000, 2010) noticed by the expansion of residences in the region. With the purpose to understand the motivation to this phenomenon, it sought identify the attraction factors to this migratory flux. It was possible notice that this phenomenon it pointed out in municipalities by the seaside, occurring with less intensity in others. It checked that the growth rates in the seaside municipalities still rising because of these many different factors of attraction in different strata populations trends. While the elderly people look for quality life, the young generation long for the opportunities that poked out. To all purpose of comparisons, it was made a cutting allowing the most populous municipality among that are located in the seaside (praianos) and the most populous among that located in the mountain range (não praianos). Stem from this criterion it gotten respectively to Capão da Canoa city and Osório city, both with a big influence in the region and considered “region spot”. It was possible to observe the attraction initiative, considering the different feature of each municipalities and the respective profile of the population that look for collect. It was verified the expansion of the commerce and in Osório’s case the importance of the Wind Farm since its implantation in the first decade of the millennium. But in Capão da Canoa, it’s featured the building trade, raised by the offer of new real estate products as the horizontal condominiums, there’s a plenty of them in the seaside. The information was obtain by governmental institutions like IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, FEE - Fundação de Economia e Estatística do RS, Receita Federal, Ministério do Trabalho e Emprego, councils, among others, by interview with public managers, real state agencies, businessman and trough a quiz to the Osório and Capão da Canoa communities.

**Key words:** population dynamics, migration, North Coast, and regional development.



## LISTA DE FIGURAS

01 Litoral Norte do RS.....	17
02 IDESE por região no RS 2009.....	37
03 Deslocamentos no Litoral Norte do RS de 1856 até 1935.....	46
04 Jazida “A” em Osório.....	60
05 Jazida “B” em Osório.....	61
06 Pedreira na encosta da BR 101 em Osório.....	62
07 Condomínios horizontais em Xangri-lá.....	64
08 Aglomerações urbanas no estado do RS .....	68
09 Saldo migratório por região - Migrações por Corede 1995 – 2000.....	74
10 Reportagem do jornal Correio do Povo.....	91

## **LISTA DE GRÁFICOS**

01	Origem das migrações para Osório.....	81
02	Origem das migrações para Capão da Canoa.....	82

## LISTA DE TABELAS

01	Taxas de fecundidade, natalidade, mortalidade e esperança de vida ao nascer de 1992 a 2009 no Brasil e no RS.....	24
02	Percentual de população urbana e rural por município no Litoral Norte do RS e taxa de crescimento em 2000.....	30
03	População total do Litoral Norte do RS por município em 1991, 2000 e 2010.....	34
04	COREDE Litoral Norte – Ranking IDESE no RS em 1991, 2000 e 2009.....	35
05	IDESE por blocos e região no RS em 2009.....	36
06	PIB por município e participação no PIB do RS em 2012.....	38
07	Total de domicílios e domicílios ocupados em Osório e Capão da Canoa em 2000 e 2010.....	51
08	Dados estatísticos de Osório, Capão da Canoa, Tramandaí e Torres em 2010 .....	56
09	Impostos dos municípios de Osório e Capão da Canoa em 2000 e 2010.....	59
10	População e Taxa de Crescimento por aglomeração urbana do RS em 2000 e 2010...	69
11	População dos municípios praianos do Litoral Norte do RS em 2000 e 2010.....	70
12	População dos municípios não praianos do Litoral Norte do RS em 2000 e 2010.....	71
13	População dos municípios não praianos rurais do Litoral Norte do RS Sul em 2000 e 2010.....	72
14	População dos municípios não praianos urbanos do Litoral Norte do RS em 2000 e 2010.....	73
15	Distribuição etária da população brasileira em 1991, 2000 e 2010.....	75
16	Distribuição etária da população do RS em 1991, 2000 e 2010.....	76
17	Distribuição etária da população de Osório em 1991, 2000 e 2010.....	77
18	Distribuição etária da população de Capão da Canoa em 1991, 2000 e 2010.....	78
19	População acima de 65 anos no Litoral Norte do RS em 1991, 2000 e 2010.....	79
20	População acima de 65 anos nos municípios praianos e não praianos do Litoral Norte do RS em 1991, 2000 e 2010.....	80
21	Tempo de residência dos migrantes em Osório e Capão da Canoa 2013.....	83
22	Motivos para mudança de residência em Osório e Capão da Canoa 2013.....	85
23	Ocupação dos migrantes em Osório e Capão da Canoa 2013.....	88
24	ART's por biênio em Osório e Capão da Canoa de 2005 a 2010.....	94
25	Alvarás para Construção Civil em Osório e Capão da Canoa de 2003 a 2010.....	95
26	Construtoras Constituídas em Osório e Capão da Canoa em 2000 e 2010.....	96

27	Constituição de novas empresas em Osório e Capão da Canoa em 1991, 2000 e 2010.....	100
28	População e empresas para cada 1.000 habitantes em Osório e Capão da Canoa em 1991, 2000 e 2010.....	100
29	Constituição de novas empresas por atividade em Osório e Capão da Canoa em 2000 e 2010.....	101

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	DINÂMICA POPULACIONAL E MOVIMENTO MIGRATÓRIO.....	20
2.1	Urbanização, Metropolização e Desmetropolização.....	29
2.2	O Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o contexto socioeconômico.....	33
3	A OCUPAÇÃO NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	40
3.1	A ocupação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.....	40
3.2	Território e desenvolvimento regional: os municípios de Osório e Capão da Canoa.....	52
3.3	A Dinâmica populacional no Litoral Norte de 1990 a 2010: três décadas comparadas.....	66
4	FATORES DE ATRAÇÃO POPULACIONAL NOS MUNICÍPIOS DE OSÓRIO E CAPÃO DA CANOA.....	84
4.1	Migração de idosos e qualidade de vida.....	87
4.2	A construção civil e as novas propostas imobiliárias.....	93
4.3	Expansão do comércio e serviços: empregabilidade a partir do empreendedorismo.....	99
4.4	Estrutura das cidades: turismo e os parques eólicos.....	103
4.5	Outros fatores.....	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
	REFERÊNCIAS.....	113
	ANEXO A - ENTREVISTAS REALIZADAS EM OSÓRIO.....	121
	ANEXO B - ENTREVISTAS REALIZADAS EM CAPÃO DA CANOA.....	122
	ANEXO C - OFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO.....	123

## 1 INTRODUÇÃO

A população brasileira apresentou uma mudança de comportamento notória nos últimos 30 anos. Até a década de 1980, a taxa de crescimento da população, mesmo decrescente, ainda apresentava altos índices, levando a projeções preocupantes que apontavam uma grande população no futuro para os padrões e as tendências de empregabilidade, de renda e de infraestrutura do país. Não apenas no Brasil, este comportamento foi debatido em todo o mundo, surgindo já na década de 1960 uma corrente na qual alguns autores como Hubner Gallo (1968) chamaram de Neomalthusianismo, em referência a Thomas Robert Malthus, autor da publicação “Lei de Populações”, de 1798. Alves (2002) salienta a importância de Malthus e de seu grande número de seguidores; refere-se ao seu pessimismo quando afirma que as populações crescem em progressão geométrica, dobrando a cada 25 anos, enquanto que os meios de subsistência aumentam em proporção aritmética (MALTHUS, 1798).

Fernandes (1996, p.189) também cita a Lei de Populações e se refere às teorias de Malthus, como o “mundo sombrio de Malthus”. Embora contestado por alguns economistas e sociólogos pelo fato da teoria não haver se confirmado, as ideias de Malthus formaram a base de alguns conceitos demográficos respeitados e citados até hoje. Até mesmo Gallo, que refutava o “catastrofismo” do crescimento populacional, defendeu seu controle, através de métodos naturais e inseridos ao plano científico, isento de doutrinas religiosas. As elevadas taxas de crescimento, principalmente até a década de 1960, no Brasil, reacenderam o tema da explosão demográfica na agenda dos estudos sociais no país (FERNANDES, 1996).

Este alerta surtiu um efeito rápido, condicionado por campanhas de planejamento familiar que, juntamente com a inserção da mulher no mercado de trabalho, culminaram em uma drástica redução na taxa de crescimento nas décadas seguintes no Brasil. As famílias passaram a ter menos filhos e a população apresentou, a partir de então, um crescimento bem abaixo do que se projetava. Os últimos Censos Demográficos realizados no País (Censos de 1991, de 2000 e de 2010) demonstram essa mudança de comportamento populacional. Em um fenômeno observado em todas as regiões brasileiras, o estado do Rio Grande do Sul acompanhou a tendência de diminuição no crescimento populacional: a taxa de crescimento do estado foi a mais baixa de toda série histórica e o ritmo de aumento populacional foi o mais moderado. As taxas de natalidade e de fecundidade estiveram entre as mais baixas do país (IBGE, 2010) e a mortalidade, tal qual o Brasil, também diminuiu. O Litoral Norte do Rio Grande do Sul, no entanto, destoou das demais regiões, apresentando taxas de crescimento mais elevadas daquelas observadas em outras regiões do estado gaúcho.

Enquanto o percentual de crescimento populacional no Rio Grande do Sul entre 1991 e 2000 foi de 11,48 %, no Litoral Norte este crescimento foi de 37,28%. Na década seguinte, tal discrepância voltou a aparecer, ficando o Estado com apenas 4,97% de crescimento populacional e o Litoral Norte com 21,64% (IBGE, 2011). Isto implica dizer que tal crescimento acentuado está recebendo uma contribuição por conta do saldo migratório (migrantes – emigrantes) apresentado na região.

Mondardo (2010) relata a influência das políticas de atração, de reordenamento e de expulsão em dinâmicas migratórias. Tais políticas se consolidam pela pressão de grupos hegemônicos que definem, “quem”, “onde” e “o que” é conveniente no processo de crescimento. Ainda que, de forma muitas vezes silenciosa, o poder público exerce um papel central nesta questão, investindo em infraestrutura direcionada, lançando incentivos e cometendo descasos. Para os municípios, esta dinâmica demográfica, impulsionada pelos movimentos migratórios, é vista como uma fonte de oportunidades e, assim, se articulam para atrair e ordenar sua população, da mesma forma que excluem estratos indesejados que julgam “prejudicar” o que, muitas vezes, suas lideranças denominam como desenvolvimento.

Esta pesquisa buscou em dois destacados municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Capão da Canoa e Osório, identificar quais fatores de atração contribuíram para uma explicação da dinâmica demográfica diferenciada naquela região. Buscou-se a partir deste crescimento, apontar seus reflexos no desenvolvimento regional, analisar o posicionamento das lideranças locais ante o fenômeno, identificar o perfil predominante destas migrações no Litoral Norte e verificar aspectos quanto à tendência de continuidade ou desaceleração destas migrações. Considerou-se que a presença do elemento “mar” é uma exclusividade das faixas costeiras e questionou-se como a presença do mar (em Capão da Canoa) ou a ausência dele (em Osório) induz comportamentos face ao desenvolvimento da região. Importante salientar que Osório foi o segundo município do Litoral Norte gaúcho, originário de Santo Antônio da Patrulha e que até o Censo de 2000 era o mais populoso da região. No Censo de 2010, é Capão da Canoa quem figura com o maior número de habitantes, despontando juntamente com Osório, Tramandaí e Torres, expressiva importância política e econômica. Juntos, concentram maior oferta de empregos, serviços públicos regionalizados, serviços de saúde, ensino superior e amplo comércio.

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul é composto por vinte e um municípios, pela definição do COREDE Litoral (Conselho Regional de Desenvolvimento) e abrange o conjunto de praias mais próximas da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) até o limite com o Estado de Santa Catarina, junto ao município de Torres. Deste total, oito

municípios têm sede à beira mar (Balneário Pinhal, Cidreira, Tramandaí, Imbé, Xangri-la, Capão da Canoa, Arroio do Sal e Torres) e os demais na encosta da serra (Osório, Caraa, Maquiné, Itati, Terra de Areia, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Dom Pedro de Alcântara, Morrinhos do Sul e Mampituba) e mais ao sul, na planície da Lagoa dos Patos (Mostardas, Palmares do Sul e Capivari do Sul). A faixa balneária fica ao leste da região, à direita da rodovia RS – 389, conhecida como Estada do Mar, no sentido RS – SC. Os demais municípios localizam-se ao oeste, mais precisamente à esquerda da rodovia, também no sentido RS – SC, às margens da BR 101, junto à Serra do Mar. Ao sul da região, é a rodovia RS 786 quem faz esta separação, ligando Tramandaí aos municípios de Cidreira, Balneário Pinhal, Capivari do Sul e a RS 101, por onde se chega a Palmares do Sul e Mostardas. Estes dois últimos, bem ao sul da região, ficam à margem da planície da Lagoa dos Patos.

Apenas quatro municípios ultrapassam 35.000 habitantes (Osório, Torres, Tramandaí e Capão da Canoa) e, por sua vez, possuem influência sobre os demais, recebendo mais investimentos e oferecendo melhor estrutura, conferindo-lhes maior importância no cenário regional. Ao verificar cada um dos municípios, outro aspecto que se destaca é o elevado crescimento polarizado nos municípios com sede à beira mar, ficando quase todos os demais bem abaixo, em termos percentuais.

Nota-se que nos estados de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina, taxas maiores de crescimento populacional também são observadas em áreas balneárias, possuindo essas um destacado fator de atração, influenciado principalmente pelo período de veraneio (DESCHAMPS, 2000). No litoral gaúcho, todavia, ocorre um movimento nas demais épocas do ano, em um fluxo no qual primeiro chega o turista, depois este se transforma em veranista e, posteriormente, se torna morador (SCHAFFER, 2010).

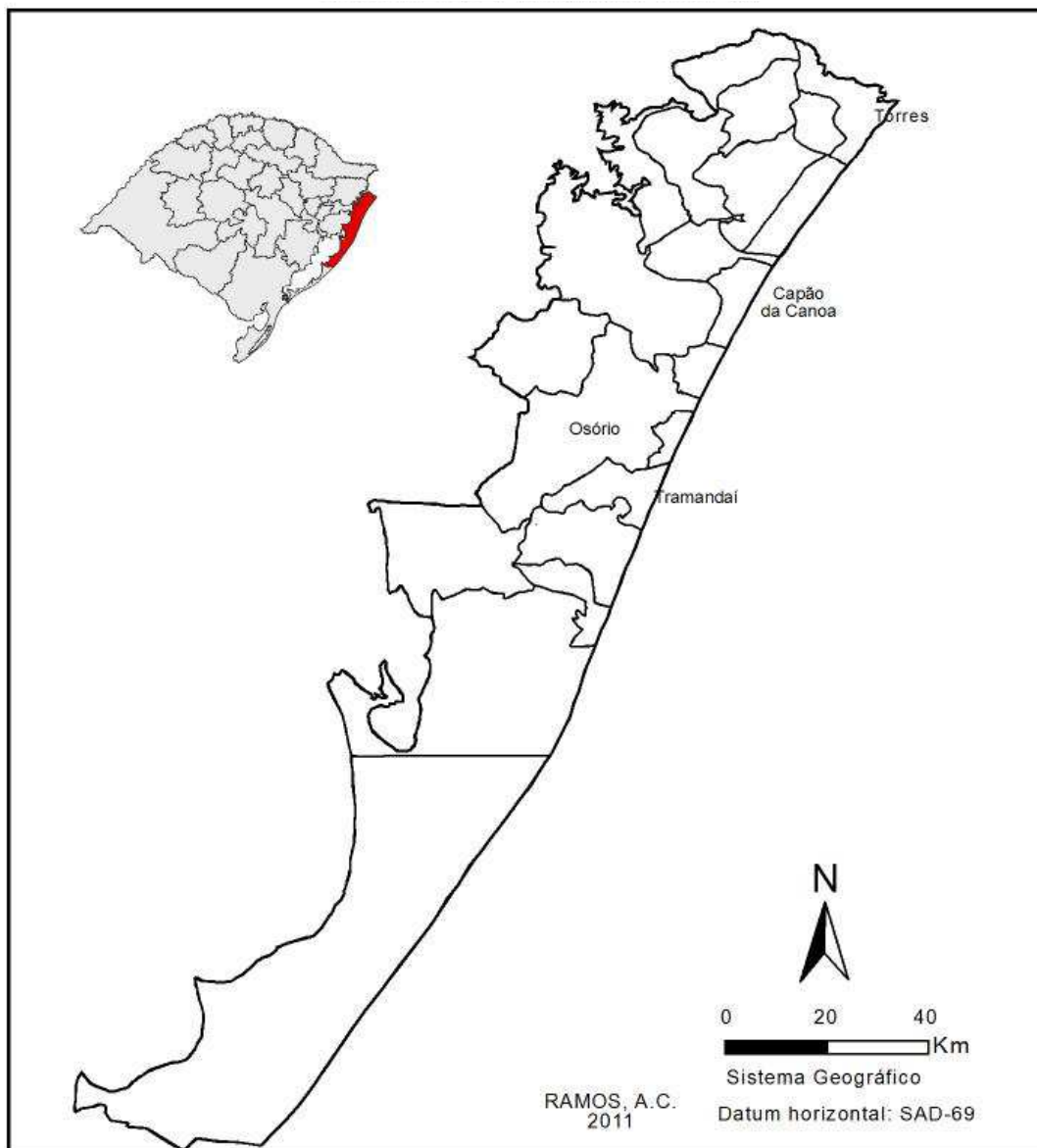
Por consequência, esta expansão demográfica aqueceu o mercado imobiliário e fez eclodir a construção civil de forma surpreendente. Numa relação controversa de causa e efeito, rapidamente a construção civil passou a oferecer novos modelos e uma nova proposta de moradia para segunda residência nas praias, atraindo um novo perfil de veranista e de morador. No município de Osório, constata-se uma nova dinâmica a partir dos Parques Eólicos<sup>1</sup>, contrastando não apenas um novo cenário paisagístico, como também econômico e identitário.

---

<sup>1</sup> Os Parques Eólicos de Osório foram instalados em 2004, inicialmente com 75 torres de aerogeradores formando o maior parque eólico da América Latina. As estruturas possuem 98 metros de altura, com três pás de 5 toneladas cada uma. Produz 150 megawatts por hora totalizando 425 gigawatts por ano, capaz de abastecer 650 mil pessoas (quinze vezes mais que a população de Osório). De acordo com o sistema elétrico brasileiro, são 148 mil toneladas de CO<sub>2</sub> que deixam de ser lançadas na atmosfera, economizando 36,5 mil toneladas de petróleo



**Figura 01 – Litoral Norte do Rio Grande do Sul**



FORNE DOS DADOS BRUTOS: Cartografia: IBGE, adaptado.

NOTA: Elaborado pelo NERU-FEE em julho/09.

Autor: Alexandre Costa Ramos

Os instrumentos e as técnicas para investigação revelaram que este novo morador demanda novos empregos de baixa renda, atraindo outro contingente de pessoas para o litoral, bem como novos empreendedores e negócios. A arrecadação dos municípios também recebeu incremento de receitas e melhorias foram implantadas, tornando-os mais atrativos.

Para Renner e Patarra (1980), a pesquisa sobre migrações distingue-se das demais pela ausência de elementos biológicos e pela constante mutação das taxas indicativas

---

por ano e 41 milhões de metros cúbicos de gás natural. Segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica, em 2010 o parque eólico de Osório foi responsável por 20% da energia eólica do país. FONTE: TRESPACH (2010, p.44) Revista National Geographic Brasil nº 12, dezembro 2010.

(fecundidade, natalidade e mortalidade) influenciadas pela redistribuição espacial. Em função disso, as pesquisas desse tipo oferecem maiores dificuldades e a produção científica acerca do tema muitas vezes são meramente descritivas. Ao considerar essas dificuldades, a pesquisa realizada, que resultou nesta dissertação, em primeiro lugar, buscou atender uma perspectiva metodológica, atentando para o dinamismo da realidade, através da análise dos contextos históricos nos quais estão inseridas a região investigada, bem como os condicionantes econômicos, políticos, sociais e culturais do fenômeno estudado. Como afirma Lakatos (2010, p. 83), a realidade não deve ser analisada na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está acabada, encontrando-se, sempre, em vias de se transformar, de se desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro.

Por outro lado, sob a perspectiva das técnicas utilizadas para o levantamento dos dados, a pesquisa considerou duas frentes: a realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças dos dois municípios pesquisados (gestores públicos e líderes de entidades) e a aplicação de questionários com moradores oriundos de outros municípios, que fixaram residência em Osório e em Capão da Canoa no período analisado (a partir de 1991). Nas entrevistas semiestruturadas optou-se, primeiramente, pelos prefeitos e ex-prefeitos nos últimos três mandatos (de 2001 a 2013) e os depoimentos revelaram parte das políticas públicas, estratégias e a visão do poder público ante o crescimento populacional.

Posteriormente, ouvimos representantes do comércio, representantes do setor imobiliário e representantes da construção civil. Tal escolha foi motivada pela necessidade de emprego e de habitação destes novos moradores. Desta forma, os segmentos escolhidos puderam manifestar as atividades que mais absorveram trabalhadores e o modo como os captaram. As imobiliárias informaram, principalmente, de onde vieram e quem são estes migrantes em Osório e em Capão da Canoa, constatando-se, deste modo, que buscam neste setor seu novo domicílio.

No que tange às construtoras, de onde foi possível identificar as novas propostas de moradia como instrumento para atração de pessoas de maior renda, bem como sua forte influência no movimento de trabalhadores de baixa renda, as perguntas foram previamente elaboradas com foco no objeto de pesquisa; entretanto, no desenvolver da “conversa”, novos questionamentos pertinentes foram introduzidos. Perguntou-se se foi observado algum crescimento populacional e quais as razões do fenômeno, desde quando ocorreu, de onde vem este novo morador, quem são, onde se localizam, quais as consequências e os resultados desta redistribuição. Questionou-se, outrossim, qual o papel do poder público neste processo e que ações estão sendo tomadas.

No total foram 17 pessoas entrevistadas, cujos depoimentos foram gravados e transcritos na íntegra. Esta etapa foi importante para a percepção de frustrações, desconfortos, receios, convicções e contradições. Em relação aos questionários, foram 218 respondentes de diferentes faixas etárias, entre homens e mulheres nos dois municípios, 117 deles em Capão da Canoa e 101 em Osório. As perguntas tinham como propósito confrontar os depoimentos dos 17 entrevistados e atender dúvidas geradas pelos elementos e pelas variáveis até então disponíveis. Foram 22 questões fechadas, sendo duas de múltipla escolha, aplicadas aleatoriamente no centro de Osório e Capão da Canoa e em alguns bairros periféricos de ambos os municípios. A fim de abordar variados perfis de migrantes, a pesquisa foi realizada em diferentes dias da semana, contemplando, também, um sábado e um domingo, em diferentes horários do dia, através de três aplicadores treinados, todos estudantes do ensino superior. A tabulação dos dados foi realizada em planilha excel e os cruzamentos propostos entre as questões, foram realizados por meio de software específico.

Procurou-se saber, desse modo, a motivação que trouxe os migrantes para Capão da Canoa e Osório, bem como o perfil destes: onde trabalham, qual sua renda, com quantas pessoas vivem, se o imóvel é próprio, os pontos que consideram positivos e negativos no município, se receberam algum incentivo, dentre outras perguntas.

Foram esses os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, que resultou nessa dissertação que, para a apresentação da análise, está assim estruturada: no capítulo II serão apontados os indicadores e os conceitos demográficos que explicam a dinâmica populacional e sua aplicação no referente estudo, destacando-se, ainda, os aspectos socioeconômicos que definem o contexto da região. No capítulo III, aborda-se a perspectiva territorial, uma vez tratar-se da linha adotada para o desenvolvimento regional nesta pesquisa; retrata-se a ocupação da região desde seus primeiros colonizadores, como se desenvolveu, chegando aos dias atuais e a transição demográfica no período entre 1991 e 2010. Os fatores de atração populacional identificados estão relatados no capítulo IV e, finalizando no capítulo V, as considerações finais retomam os resultados alcançados com a investigação, indicando, ainda, questões que a pesquisa realizada permitiu observar e que podem impulsionar a realização de novos estudos.

## 2 DINÂMICA POPULACIONAL E MOVIMENTO MIGRATÓRIO

A história das civilizações e a dinâmica das populações estão diretamente relacionadas de forma que a primeira, em vários momentos justifica (explica) as transformações ocorridas na população. Fatos como a revolução industrial e as duas grandes guerras são alguns exemplos que influenciaram os fenômenos responsáveis pelas transições demográficas em vários países e regiões (IBGE, 2011). Tais eventos são importantes, porém as concepções da natureza humana, em se deslocar, se reproduzir e se relacionar são as que mais interessam. As mudanças nas populações, em qualquer âmbito, estão associadas à questão demográfica pela imensa complexidade de elementos que intensificam ou retrocedem suas tendências. Segundo Cerqueira e Givisiez (2005, p. 41), para a demografia e para a dinâmica populacional são as “mudanças e inter-relações entre as variáveis demográficas básicas – fecundidade, mortalidade e migração”. Por tal razão, a demografia está associada ao comportamento, além das causas e efeitos que traduzem a mobilidade e a transição das populações no tempo e no espaço. Para Brito (2008), as particularidades históricas e os fortes desequilíbrios regionais e sociais, são os fatores que dão tanta originalidade à transição demográfica no Brasil. Para um país com dimensão continental, populoso e com tantos contrastes, a dinâmica é mais intensa, promovendo constantes mudanças sociais, econômicas e, por sua vez, espaciais, por diferentes fenômenos. Cerqueira e Givisiez (2005) conceituam transição demográfica como as mudanças não apenas no volume da população, mas também em sua estrutura etária em razão da fecundidade e mortalidade.

O crescimento populacional ocorre quando os nascimentos superam os óbitos - o que se denomina crescimento vegetativo. Entretanto, tal crescimento pode, ainda, sofrer um incremento de pessoas advindos do saldo migratório, que será positivo quando o número de migrantes é superior ao número de emigrantes, ou seja, quando a entrada de pessoas vindas de fora extrapola o número de pessoas que deixaram aquela população para se instalar noutro local. Desta forma, a migração é um destes eventos que ganha relevância, face à redistribuição espacial e aos rearranjos sociais e econômicos que provocam com a nova distribuição. São, por vezes, fruto de políticas populacionais que exercem influência sobre o comportamento do migrante levando-o a “buscar a sorte” em outro local. Tais políticas de atração, ordenamento e repulsão, são alguns aspectos que, isoladamente, não explicam tais fenômenos, já que se inter-relacionam com outros. Todavia, são de grande importância para compreender os processos da dinâmica migratória. Para Santos (1980, p. 325), demografia e estudos de políticas populacionais não são a mesma coisa, mas se complementam:

[...] avaliação a posteriori de políticas populacionais pertence ao campo dos estudos de população, no qual a análise demográfica desempenha importante papel, mas obviamente não o substitui [...].

No Brasil, a transição demográfica foi muito rápida e surpreendente, apresentando, a cada censo, desde 1960, números que foram desafiando as projeções e provocando novos debates acerca do assunto. A desaceleração acentuada no crescimento foi um dos fatores que mais interferiu na transição que o país sofreu, levando-se em conta que países subdesenvolvidos, como o Brasil do pós-guerra, passaram a atingir, neste período, altas taxas de fecundidade (BERQUÓ, 1980, p. 44). Esta observação, também, é apontada por Brito e Carvalho (2005) e por Milton Santos (1982), que asseveram que nos países desenvolvidos a desaceleração ocorreu mais cedo.

Considerando o número de variáveis que influenciam o crescimento populacional, a transição demográfica e suas projeções são fundamentadas pelas taxas estabelecidas por critérios e objeto específicos e, assim, constituem os principais indicadores do comportamento e da tendência de uma população. Desta forma, fatores como fecundidade, natalidade e mortalidade, entre outros, estão intimamente ligados à dinâmica populacional e representam a expressão e o esboço de como esta transição ocorreu. As fundamentações para explicar estas taxas foram extraídas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI, 2010) partindo da aplicabilidade dos conceitos, desconsiderando fórmulas e modo de cálculo, por não se tratar de um estudo meramente demográfico.

No caso brasileiro, Santos e Silveira (2004) revelam um crescimento diferenciado entre estados e regiões do país, desde 1940, com peculiaridades que acentuaram o seu incremento populacional. Verifica-se maior fecundidade sob a influência de aspectos socioeconômicos, culturais e políticos. Neste sentido, a taxa de fecundidade é um indicativo primordial, pois demonstra a média de filhos por mulher em idade reprodutiva em que se encontram as mulheres de 15 a 49 anos (IBGE, 2010).

Berquó (1980, p. 71) esclarece que uma mulher é considerada fecunda quando dá origem a um nascido vivo, enquanto que fertilidade é a capacidade fisiológica que uma mulher possui em ter filhos. Cabe salientar, também, que uma grande população de mulheres férteis e menos fecundas pode resultar menos nascidos vivos que uma população menor de mulheres férteis, mas por sua vez fecundas, fator indissociável para o aumento da população. Isto porque a concepção de nascidos vivos depende de fatores durante a gestação, sendo que muitos deles relacionam-se a questões psicológicas, bem como ao acompanhamento médico, de saúde da mulher e, até mesmo, à dependência de compatibilidade genética com o parceiro,

sem que a mulher seja estéril (BERQUÓ, 1980). Além disso, existe um componente social resultante da opção da mulher em ter ou não ter filhos, mesmo sendo fértil e da probabilidade de nupcialidade desta população, fator ligado a sua estrutura por sexo e idade. A nupcialidade está relacionada à formação e dissolução das uniões e dos casais e é “o marco no qual a fecundidade humana se inicia e se desenvolve” (MADEIRA, 1980, p. 159).

Para Oliveira e Szmerecsányi (1980, p. 185), os processos econômicos, políticos e culturais interferem na fecundidade de uma população, de modo que “local de residência, origem rural ou urbana, ocupação, nível de renda, nível educacional, religião, cor”, entre tantos outros, comprovadamente afetam a fecundidade. Este crescimento está ligado ainda à natalidade, que representa o número de nascidos vivos ao ano para cada 1.000 habitantes (IBGE, 2010). Embora associada com a fecundidade, sua expressividade depende do tamanho da população e da representação do número de mulheres no total de habitantes. Em populações pequenas, mas com predominância de mulheres, sendo estas fecundas, a taxa de natalidade tende a ser elevada.

Para Brito (2008), as grandes desigualdades sociais e regionais implicam em taxas de fecundidade mais altas nas mulheres mais pobres, fazendo com que aumente o contingente de crianças nos estratos de baixa renda. Concentra-se, nesta população, a maior falta de esclarecimento e acesso aos meios anticonceptivos para controle da sua prole (BRITO E CARVALHO, 2005). Por esta razão, considerando há quantas décadas isso ocorre, constata-se que o número de jovens, também se encontra em proporção muito maior entre os pobres.

Brito (2008) alerta para a complexidade da questão na qual o jovem pobre de hoje poderá ser o idoso pobre de amanhã, devendo-se investir na qualificação da juventude de baixa renda hoje, porém sem diminuir os recursos atuais e futuros destinados aos idosos. A reprodução demográfica e sua reprodução social “estão intimamente articuladas”, de forma que “mesmo com o declínio da fecundidade, a dimensão dessa população pobre é tão grande que qualquer incremento torna-se significativo” (BRITO, 2008, p. 09). Jardim e Barcelos (2011) reforçam esta posição, referindo-se ao Rio Grande do Sul, e apontam que “devido às altas taxas de fecundidade do passado, refletem-se no volume de mulheres tendo filhos atualmente e, apesar dos baixos níveis de fecundidade, a população do RS ainda deverá continuar crescendo por alguns anos”. Em relação aos óbitos, evidentemente, se a taxa de mortalidade diminuir, a tendência da população, *ceteris paribus*, é aumentar.

A taxa de mortalidade considera o número de óbitos por ano para cada mil habitantes e, também, está muito associada ao desenvolvimento socioeconômico da população (BERQUÓ, 1980). Basta verificar que, em países menos desenvolvidos, este indicador atinge elevados

índices condicionados pela desnutrição, devido às precárias condições de higiene e saneamento, além do restrito acesso a saúde. Normalmente, é acompanhado de alto índice de mortalidade infantil e de baixa esperança de vida ao nascer. Com o avanço da medicina principalmente no último quarto do século XXI, a taxa de mortalidade no mundo inteiro gradativamente veio caindo. Fatores como a descoberta de cura de várias doenças, bem como com a implementação de novas tecnologias em exames e diagnósticos e o tratamento e vacinas de prevenção para outras tantas, têm contribuído com a longevidade.

No Brasil, segundo o Portal Brasil (2013), a mortalidade infantil, que em 2000 era de 26,6 óbitos para cada 1000 nascidos vivos, em 2010 passou para 16,2 e a expectativa de vida do brasileiro subiu para 74 anos. Isto representa um acréscimo de 3,65 anos em relação a 2000. O Portal atribui tais resultados à melhoria nas condições de água e de esgoto como um dos principais fatores relacionados a este avanço. A exceção recai em países atingidos por patologias recentes sem que tenham maior controle sobre elas, diferentemente dos países desenvolvidos. Em alguns continentes, não apenas a pobreza, mas também a existência de guerras e conflitos armados, ainda implicam em elevada mortalidade.

No Brasil, a relação entre estes índices demográficos e a condição socioeconômica também pode ser observada claramente. As regiões mais empobrecidas do país, atingidas por baixa escolaridade, baixo nível de emprego e de renda, são, justamente, aquelas que apresentam alta fecundidade, alta natalidade e alta mortalidade (IBGE, 2010). Os nascimentos superam os óbitos e o crescimento da população ocorre ampliando o cinturão de crianças e jovens pobres. Fernandes (1996, p. 06) observa estes esclarecimentos através da fecundidade, natalidade e mortalidade verificadas no aumento populacional do Brasil e sua desaceleração. Na transcrição abaixo, o autor dá uma ideia da relação entre tais índices e os reflexos sobre a longevidade e o aumento em ritmo cada vez menor da população brasileira:

[...] A transição demográfica no Brasil teve seu início, como na maioria dos países da América Latina, no pós-guerra. Segundo Elza Berquó, a taxa bruta de mortalidade no período 1921-1941 foi estimada em 24,8 por mil habitantes, reduzindo-se para 20,9 entre 1941-1950, chegando a 14,2 e 12,0 nos períodos de 1951-1960 e 1961-1970, respectivamente. No ano de 1970, a esperança de vida do brasileiro situava-se em 53,7 anos, ou seja, 21,7 anos a mais que a esperança de 32 anos estimada para o ano de 1920. Para 1990, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta uma taxa bruta de mortalidade da ordem de 7,19 por mil habitantes e uma esperança de vida de 65,6 anos. Essa redução da mortalidade está ligada ao recuo, em um primeiro momento, dos óbitos por doenças infecto-contagiosas e conseqüente redução da mortalidade infantil. No período de 1930 a 1950, a taxa bruta de natalidade manteve-se em um patamar próximo ao valor de 45 por mil habitantes, quando inicia-se uma suave queda que se acelera nas últimas décadas. Em 1980, o valor estimado pelo IBGE aponta para 31,2 por mil, e em 1990 para 23,6. O fator preponderante para a redução da taxa de natalidade foi a queda da

fecundidade, em termos do número médio de filhos tidos pelas mulheres, que caiu de 6,5 nos anos 50 para 2,6 em 1990 [...].

As constatações expostas por Fernandes tiveram continuidade nas décadas seguintes com a baixa da fecundidade, culminando, assim, no aumento cada vez menor da população brasileira, mesmo com a diminuição da mortalidade e a elevação da esperança de vida ao nascer. O mesmo ocorreu no Rio Grande do Sul, cujo percentual de crescimento populacional é ainda menor que do país. Este comportamento pode ser verificado na tabela nº 01, na qual a diminuição na taxa de fecundidade nas três últimas décadas (1990, 2000 e 2010) reduziu em relação à de natalidade.

**Tabela 01 - Taxas de fecundidade, natalidade, mortalidade e esperança de vida ao nascer de 1992 a 2009 no Brasil e no RS**

ANO	Unidade	Taxa de fecundidade total	Taxa bruta de natalidade (‰)	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Esperança de vida ao nascer		
					Total	Homens	Mulheres
2009	Brasil	1,94	15,77	6,27	73,1	69,4	77,0
	RS	1,93	11,60	6,84	75,5	71,9	79,3
1999	Brasil	2,33	21,22	6,93	68,4	64,6	72,3
	RS	2,12	17,55	6,94	71,4	67,3	75,7
1992	Brasil	2,66	22,96	7,54	66,3	62,8	70,1
	RS	2,29	19,44	7,02	70,0	66,1	74,0

Fontes: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL 2011.

Dentre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul tem apresentado um dos menores índices de aumento populacional, com destaque à grande redução da fecundidade e natalidade, consideradas uma das mais baixas do país (IBGE 2010). Enquanto a população brasileira aumentou 15,63% de 1991 a 2000, o RS teve um aumento de 11,48%, no mesmo período. Na década seguinte, o Brasil cresceu 12,36% em número de habitantes e o RS apenas 4,97% (Censo 1991, 2000 e 2010).

Podemos observar, ainda, que a esperança de vida ao nascer no RS em todo o período demonstrado foi maior que do Brasil. A diminuição no crescimento vegetativo é justificada pela queda da fertilidade expressa no quadro acima, tanto no estado quanto no país. De 1999 a 2009 a diminuição da natalidade no RS foi mais expressiva que no Brasil, quando caiu mais que o dobro em relação ao período anterior (1992 a 1999). Tais dados corroboram com o ritmo mais lento no crescimento da população, tanto no RS quanto no Brasil, mesmo com a diminuição da mortalidade. Para Cerqueira e Givisiez (2005) esta relação é evidenciada de forma clara ao considerar a “trajetória entre população inicial e população atual, explicada



não só pelos nascimentos e mortes, como também pelos movimentos migratórios no período em questão”. Por estas variáveis chegam a seguinte equação básica do movimento populacional:

$$P_n = P_o + N_t - O_t + I_t - E_t$$

Onde:

$P_n$  = população em um instante “n”.

$P_o$  = população inicial, instante “o”.

$N_t$  = nascimentos no período “t” (  $t = n - o$  )

$O_t$  = óbitos no período “t”

$I_t$  = imigrantes no período “t”

$E_t$  = emigrantes no período “t”

Koucher (2006, p. 62) explica que o crescimento demográfico é decorrente do crescimento vegetativo (natalidade menos mortalidade) e das migrações (imigrante menos emigrante); portanto, quando o saldo migratório for zero, o crescimento demográfico é igual ao crescimento vegetativo. Mas se o crescimento demográfico for maior que o crescimento vegetativo, é por que o saldo migratório foi positivo e, assim, a população está recebendo algum incremento por conta do movimento migratório.

Exemplificando:

$$\text{Natalidade} = 90 \quad \text{Mortalidade} = 40 \quad \text{Imigrantes} = 25 \quad \text{Emigrantes} = 05$$

$$\text{Crescimento Vegetativo (CV)} = 90 - 40$$

$$\text{Saldo Migratório (SM)} = 25 - 5$$

$$\text{Crescimento Demográfico (CD)} = \text{CV} + \text{SM}$$

$$\text{CD} = 50 + 20 \quad \text{Logo: CD} = 70 \text{ e CV} = 50.$$

Para Muniz (2002, p. 01), “migração pode ser entendida como o movimento e a realocação de pessoas de uma região para outra”. O movimento migratório seria desse modo, o resultado dos deslocamentos humanos e a respectiva inserção em um novo espaço. Entretanto, as reflexões teóricas quanto ao assunto possuem diferentes enfoques quanto a sua motivação. Oliveira (2011) aponta a abordagem “neo-clássica funcionalista e a estruturalista, como as mais tradicionais, citando ainda a “nova economia de migração”. O autor cita Lee (1980), como uma das referências do primeiro aporte, revelando que, para este, a migração estaria condicionada à avaliação entre local de destino e local de origem, considerando, ainda, os obstáculos intervenientes entre o caminho e as questões pessoais. A raiz da abordagem seria, portanto, “o binômio modernização-desenvolvimento econômico”.

Quanto à segunda abordagem, Oliveira identifica Singer (1980) como um dos principais autores, defendendo pontualmente o problema social, pelo qual a migração seria motivada por fatores de expulsão no local de origem e fatores de atração no local de destino abarcando um grupo de indivíduos. Na raiz do enfoque estariam “as desigualdades sociais”. Oliveira e Januzzi (2005) também lembram o enfoque neoclássico e a abordagem histórico-estruturalista, afirmando que a primeira corrente defende que as migrações ocorrem por pessoas mais jovens em busca de emprego, de oportunidades e de melhores salários, enquanto a segunda entende que os fluxos migratórios são regidos pelos ditames do desenvolvimento capitalista no país.

Para Lima e Braga (2011), a abordagem neoclássica de Lee (1980) eleva a decisão de migrar ao plano individual, no qual o aspecto psicológico tem sua influência. Por sua vez, os estruturalistas atribuem aos movimentos populacionais a uma imposição do mercado capitalista, através da realocação de mão-de-obra e exploração do trabalho. Muniz (2012, p. 03) classifica a teoria neoclássica como “micro”, considerando que se eleva ao plano individual, enquanto a teoria histórico-estruturalista, classifica como “macro”, estando sujeita a uma mobilidade coletiva. Em ambas teorias, a migração é revestida por fatores de atração e expulsão, regulados seja por melhor condição de renda ou por necessidade de sobrevivência. Brito (2009) distingue-os pelo ponto de vista econômico e pelo ponto de vista social, afirmando que as análises das migrações foram fortemente influenciadas pela teoria do desenvolvimento econômico e pela teoria da modernização social. Na primeira o autor aponta o deslocamento de mão de obra ilimitada de regiões agrícolas para o setor urbano industrial onde a absorção e produtividade do trabalho é mais elevada. Na segunda, os deslocamentos populacionais ocorrem do meio rural para as grandes cidades onde “predomina um arranjo social e cultural moderno”. Para Brito (2009), ambas as teorias se baseiam nas migrações rurais urbanas ocorridas desde a década de 1960 e devido as grandes transformações ocorridas posteriormente. Sugere que o tema seja submetido a novas reflexões e abordagens. Por estas duas vertentes, a migração deve contemplar oferta de trabalho ou qualidade no atendimento as demandas sociais e bem estar, inclinando este fluxo às regiões prósperas. Para Baeningger (1999), a atração migratória é também a busca por espaços mais socializados e boa oferta de serviços públicos em regiões dinamizadas, sujeita a diversas faixas etárias, não apenas as mais jovens. Ralfo Matos (2005, p. 10), reforça esta posição quando defende que o migrante busca um espaço que o acolha:

[...] A densificação e interiorização da rede urbana brasileira guarda estreita relação com a dispersão da população no espaço, já que populações humanas só se

redistribuem na modernidade se houver bases de apoio à sua fixação: geralmente em cidades equipadas [...].

Para a “nova economia da migração”, Oliveira (2011) afirma que empreender a migrar não se restringiria somente a mercado de trabalho e renda, mas também a questões familiares. Não se pode desconsiderar a busca por educação, qualidade de vida, lazer, e segurança (OLIVEIRA, 2012). Para Muniz (2012), esta terceira abordagem pode ser classificada como “domiciliar” ou “familiar” e difere-se das demais por não se restringir a uma decisão individual ou a um movimento populacional de plena expulsão, mas por estar submetido ao grupo familiar e seu domicílio como um todo. Jardim (2011) recorda, ainda, dos movimentos pendulares na dinâmica migratória, pois reforça a motivação por outros fatores como “ensino, lazer e outras atividades relacionadas a condição humana”, embora a conceituação enfatize os deslocamentos de rotina do indivíduo, como de casa para o trabalho, e vice-versa. Nesse sentido, o autor desprende-se do espaço temporal e distância, e sua existência, em dado momento, passa a fazer parte da tomada de decisão em mudar ou não para outro lugar, inclusive de um município a outro.

No caso brasileiro, a heterogeneidade dos deslocamentos espaciais se intensifica a ponto de não mais justificá-los, rotulando os lugares apenas como de atração ou de expulsão (LIMA e BRAGA, 2011, p. 10). Para os autores, surge uma nova ordem, classificada como “localidades de rotatividade” e caracterizadas pelo dinamismo das atividades econômicas e pelo tensionamento no cotidiano da cidade, apresentando aspectos de forte atração e de repulsão, simultaneamente. Segundo (Bastos, Marione, Beraldo e Saldanha, 2012), as regiões metropolitanas e grandes centros se destacam como espaços de rotatividade, demonstrando uma mudança no padrão migratório: lugares que, até o ano de 2000, absorviam grandes contingentes de pessoas, passaram também a demandar estratos populacionais para outros centros difusos. Baeninger (2008) observa que municípios que, até então atraíam de forma definitiva, passaram a reter seus imigrantes, porém sem deixar de perdê-los. A dificuldade na conceituação e referenciais teóricos acerca da dinâmica migratória é expressa por OLIVEIRA (2011, p. 17):

[...] Em nosso país tivemos neste período uma profusão de estudos que tiveram como objeto as migrações. Contudo, parcelas importantes dessas investigações foram de caráter empírico e restritas a subespaços nacionais, ficando a produção teórica relegada, na maioria das vezes, a um segundo plano. A revisão da literatura sinaliza que vários pesquisadores se ressentem da falta de uma teoria que dê conta de explicar o fenômeno e apontam para a necessidade de que sejam produzidas evidências empíricas que contribuam no sentido de alimentar a teoria e vice-versa [...].

Em algumas regiões, o efeito migratório se dá de forma contrária, fazendo com que a população diminua, pelo elevado número de emigrantes. Este movimento pode ser ocasionado pelo esgotamento de alguma atividade econômica, ou por outros aspectos sociais relevantes, tais como violência, trânsito, entre outros que acabam por repelir parte da população. Nestes casos, a migração ocorre a partir de fatores de expulsão e somente *a posteriori*, por fatores de atração (Sarriera, Pizinatto e Meneses, 2005), uma vez que somente a procura por um local atrativo a partir do desejo em deixar o local de origem. Esta relação entre centro acolhedor e centro expulsor, também é bastante complexa e sua influência, por aspectos sociais, políticos e econômicos, igualmente retrata e molda o comportamento das populações (RENNER e PATARRA, 1980). Santos (1982) expõe esta realidade demonstrando a dinâmica diferenciada das migrações em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Segundo Santos, o crescimento urbano é fruto das migrações e basicamente ocorre em regiões desenvolvidas ou em processo de desenvolvimento enquanto que, nas demais, a tendência é que o crescimento seja natural, regulado pelos nascimentos e óbitos da população (SANTOS, 1980). Enseja, dessa maneira, uma lógica racional por parte das políticas públicas buscarem atrair migrantes qualificados. Para Mata, Oliveira, Pin e Rezende (2007, p. 503) considera-se qualificado, o migrante com curso superior completo ou incompleto. Os autores manifestam a maior vulnerabilidade do migrante pobre, sendo este mais propenso a fatores de expulsão no local de origem, que o levam a mudança. Contrariamente, o migrante de poder aquisitivo mais elevado (teoricamente qualificado) está menos sujeito a tais fatores, motivando sua migração por fatores de atração no local de destino. Desta forma, alguns fatores de expulsão, quando ausentes em determinado lugar, seriam, neste mesmo lugar, atrativos ao migrante qualificado. Neste sentido, Mata, Oliveira, Pin e Rezende (2007, p. 505) expressam a teoria push-pull theory:

[...] Conforme abordado, várias são as teorias que procuram explicar ou justificar o movimento de pessoas entre as regiões dentro de um mesmo país ou de países distintos. Conforme cita Soares (2002), muitas linhas de pesquisa que versam sobre o tema migração têm tomado como referência a estrutura teórica denominada por push-pull theory, que interpreta o movimento de pessoas como uma resposta a fatores econômicos, sociais e políticos desfavoráveis para os indivíduos em uma dada região, mas que são atrativos, devido a diferenças regionais, para os mesmos indivíduos em outra localidade. Em geral, o perfil do migrante determina qual fator (push ou pull) é mais relevante para a decisão de migrar [...].

Muniz (2012) refere-se aos push-factors (fatores de expulsão) e pull-factors (fatores de atração) como “fundamentais para traçar políticas de equalização salarial e a igualdade regional sob todas as formas”.

O prazer em viver em determinada região e a satisfação com o lugar em que vive é um diferencial que impede a emigração. Ao vislumbrar tal condição no local de destino, o migrante se identifica e se sente atraído pelo que Mata, Oliveira, Pin e Rezende (2007, p. 503) denominam de “fator de atração por amenidade”. Neste caso não haveria pusch-factor, o que cabe dizer que a migração não depende exclusivamente de uma necessidade ou dificuldade cujo desconforto leve a migrar. O simples despertar para uma nova condição e encantamento por outro local, seria suficiente para estimular a migração. É importante esta colocação, uma vez que este tipo de migração pode ser estratégica e ocasionada por políticas expressamente voltadas a tal movimento. Ao promover investimentos e melhorias no município e que venha reproduzir qualidade de vida, não seriam exclusivamente fatores de emprego e renda que influenciariam a decisão de migrar. Esta seria muito mais ampla e reuniria a soma de vários aspectos. Desta forma, cabe aos municípios compreender esta lógica para, posteriormente, desenvolver políticas públicas que façam da migração, de fato, uma oportunidade de desenvolvimento.

## **2.1 Urbanização, Metropolização e Desmetropolização**

No Brasil, a dinâmica populacional e os movimentos migratórios foram primeiramente influenciados pela urbanização, posteriormente pela metropolização e mais recentemente, a partir da década de 1990, vem sofrendo um processo de desmetropolização. Ferreira (2012, p. 19) aponta esta característica histórica:

[...] Desde a década de 30 do século passado , o fenômeno migratório está presente no território brasileiro. Entre as décadas de 30 e de 70, a tendência geral da migração era em torno da mobilidade rural - urbana. A partir dos anos 70, destacou-se a migração urbana - urbana para os grandes centros onde havia maior concentração de atividade industrial, principalmente para a Região Metropolitana de São Paulo. Nos anos 80 e início da década de 90, a rota migratória passou por profundas transformações, diminuindo o estoque de migrantes e a migração foi sendo direcionada agora para locais de curta distância e às cidades médias (BAENINGER, 2000) [...].

Em relação à urbanização, ocorre pelo frequente deslocamento de habitantes do campo para as cidades e conseqüentemente alavanca o crescimento urbano em detrimento da população rural que diminui. Segundo OLIVEIRA<sup>2</sup>, o grau de urbanização no Brasil entre 2000 e 2010 foi de 84,4%, despontando os municípios de porte médio como aqueles “que

---

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. Coordenador de População e Indicadores Sociais, IBGE. Editorial **Revista Brasileira de Estudos de População**. 2010, v. 28, p. 04.

mais tendem a atrair populações e oportunidades”. Para Brito, Horta e Amaral (2004) a urbanização no Brasil teve seu auge entre 1950 a 1980, a uma velocidade alarmante, muito superior a que ocorreu em países capitalistas mais avançados, multiplicando-se 7,33 vezes somente na segunda metade do século XX.

No Litoral Norte gaúcho, este comportamento se engajou ao ritmo da urbanização do Brasil. A população urbana superou a ocupação rural, onde claramente estes últimos ficaram exclusivamente nos entalhes da Serra Geral e acompanham o comportamento de dispersão espacial do restante do país rumo ao perímetro urbano. Verificamos que, no início do último período censitário, (2000 – 2010) os municípios localizados na orla marítima já eram predominantemente de população urbana enquanto os municípios de população predominantemente rural encontram-se na encosta da serra:

**Tabela 02 - Percentual de população urbana e rural por município no Litoral Norte e taxa de crescimento em 2000**

Municípios	População urbana (%)	População rural (%)	Taxa de crescimento anual (%)
Arroio do Sal	95,58	4,42	6,32
Balneário Pinhal	95,54	4,46	7,47
Capão da Canoa	99,46	0,54	5,09
Capivari do Sul	77,66	22,34	2,39
Caraá	7,36	92,64	0,75
Cidreira	95,81	4,19	6,61
D. Pedro de Alcântara	26,59	73,41	1,75
Imbé	97,25	5,83	5,83
Mampituba	5,92	94,08	0,32
Maquine	26,36	73,64	0,79
Morrinhos do Sul	19,81	80,19	0,05
Osório	84,87	15,13	2,05
Palmares do Sul	83,78	16,22	2,29
Mostardas	39,70	60,30	0,74
Terra de Areia	44,29	55,71	1,07
Torres	89,24	10,76	2,18
Tramandaí	95,64	4,36	4,89
Três Cachoeiras	49,68	50,32	1,93
Três Forquilhas	8,24	91,76	- 0,08
Xangri-lá	93,01	6,99	5,00
Itati (*)	-	-	-
<b>Litoral Norte</b>	<b>77,19</b>	<b>22,81</b>	<b>2,83</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>81,65</b>	<b>18,35</b>	<b>1,23</b>

Fonte: Strohaecker p. 86 (IBGE Censo Demográfico 2000).

Confirmando a urbanização como fator de crescimento demográfico nas cidades, a tabela 2 revela que somente municípios rurais tiveram taxa de crescimento abaixo de 1%.

Com exceção de Torres, todos os municípios praianos tiveram taxa de crescimento acima de 4%, sendo todos urbanos.

Além do trabalhador do campo migrar para a cidade e passar a exercer outra profissão, muitos agricultores permaneceram cultivando a terra, porém residindo na cidade. Este processo foi extremamente rápido e segue ocorrendo embora com menos intensidade, fazendo com que contingentes de trabalhadores do setor primário passem a se adequar ao modo de sobrevivência da cidade. Se o ajustamento por parte deste trabalhador é imprescindível, sua fixação induz demandas para os municípios que devem ser supridas. Para Silveira (2003) quando este processo ocorre, aumentam as exigências e desigualdades, pois as pressões populacionais, a intensificação nos parcelamentos de terra rural e as mudanças operadas pelos grupos de interesse industrial, motivarão ainda mais esta fuga do campo para a cidade. Este trabalhador rural quase sempre vem acompanhado de mulher e filhos, passa a depender de emprego para seu sustento, além de escola para as crianças, transporte e posto de saúde, além de consumir água, luz, moradia e gerar resíduos. Portanto, o porte da cidade relaciona-se diretamente com a divisão do trabalho, pois quanto mais populosa, maior será sua gama de atividades e profissões (Santos e Silveira, 2004).

À medida que o Brasil se urbanizou, o país também se metropolizou, pois a industrialização e migração, simultaneamente, fizeram por aumentar o tamanho das cidades e, em alguns casos, integrou grandes cidades com outras. O rápido processo de urbanização ocorrido no Brasil concentrou em poucas cidades sua força produtiva industrial, transformando-as em grandes centros econômicos com maior oferta de emprego, de renda e de modernização, suscitando, por um lado, o crescimento das cidades e metrópoles, o que fomentou um modelo de desenvolvimento excludente com forte segregação sócio espacial e distribuição de renda restritiva e injusta.

A expansão destes centros foi inevitável e, rapidamente, cidades vizinhas foram se incorporando e formando quase que um único espaço de franca dinamização que formaram as regiões metropolitanas (CARVALHO, 2006). As elevadas taxas de fecundidade até a década de 1970 submeteram o país a um crescimento populacional elevado, que agravou as desigualdades sociais. Este inchaço das regiões metropolitanas, a partir de 1980, ganhou espaço na agenda da questão urbana, ocasionando a promoção de instrumentos jurídicos voltados ao controle e regulação da expansão nas grandes cidades (CARVALHO, 2006). Para Santos (2010, p. 113), “quanto maior a cidade, maior a geração de empregos”, fato que dinamiza o crescimento de cidades acolhedoras de população fazendo com que cidades médias sigam crescendo. Santos (2010, p.114) reafirma esta condição:

[...] Ao analisar a distribuição dos municípios entre os dois grupos de cidades médias, observa-se que as metropolitanas ainda apresentaram estoque maior de empregos em relação às cidades médias não-metropolitanas. No entanto, isso deve mudar, pois as últimas vêm experimentando taxa de crescimento maior do que as metropolitanas. Portanto, a tendência mais geral foi de desenvolvimento desigual no avanço do emprego, com pior desempenho das cidades médias metropolitanas. [...].

Conforme Davidovich (2003) o paralelismo entre criação de pobreza e riqueza num mesmo território, dinamiza o deslocamento de estratos populacionais para outros municípios acarretando um grande crescimento demográfico em cidades grandes e médias em processos de desenvolvimento. Milton Santos (2004, p. 203) relata o fenômeno da desmetropolização para cidades de porte médio que “acolhem cada vez mais contingentes de classe média e profissionais letrados para atender uma população que se intelectualiza”. A desmetropolização também é mencionada por Muniz (2012), que aponta o desenvolvimento das telecomunicações e as redes de interação social como formas de externalizar aspectos negativos dos grandes centros, como violência, desemprego e serviços públicos, inibindo as imigrações para estes centros.

Osório e Capão da Canoa possuem menos de 100.000 habitantes e não são consideradas cidades médias, porém apresentam elevadas taxas de crescimento, superior a muitos municípios metropolitanos. As cidades de porte médio, principalmente aquelas mais desenvolvidas passaram a receber maior fluxo de migrantes, na qual esta tendência de desmetropolização deve permanecer (FERNANDES, 1996.). Conforme Lobo e Matos (2011, p. 84), algumas regiões do Brasil vêm apresentando um comportamento que denominam “reversão da polarização”, onde migrações vêm ocorrendo das grandes metrópoles para cidades menores nas quais tem proximidade e influência. Desta forma, verifica-se que o movimento, até então das pequenas cidades para os grandes centros em busca de oportunidades, está se revertendo. Davidovich (2003) enaltece a presença de cidades menores e de sua importância no crescimento demográfico. Brito, Horta e Amaral (2004) manifestam a desconcentração das metrópoles a partir da década de 1980, passando as cidades entre 100 mil a 500 mil habitantes a tornarem-se mais atrativas. Os autores revelam, ainda, a importância de cidades com menos de 20 mil habitantes até 1970, quando tinham um quarto da população. Nas décadas seguintes, os deslocamentos passaram para cidades de até 100 mil habitantes. Este dado aponta para uma tendência importante no Litoral Norte, pois embora Osório e Capão da Canoa estejam situados na faixa de 40 e 42 mil habitantes, sendo considerados polos na região, ambas tendem a receber população de seus municípios vizinhos, principalmente os rurais, cuja população fica abaixo de 20 mil habitantes.



Embora a desmetropolização seja um processo recente, é importante salientar que as regiões metropolitanas ainda são aquelas que mais recebem contingentes de pessoas, pelas oportunidades variadas de trabalho, mesmo que o esgotamento das grandes cidades e seu reflexo na qualidade de vida da população sejam visíveis.

Bastos, Marione, Beraldo e Saldanha (2012, p. 18), ao apontar a Região Metropolitana de Belo Horizonte como um polo de rotatividade populacional, evidenciam os aspectos de expulsão das metrópoles:

[...] Por ser uma área de grande desenvolvimento no estado, muitas pessoas são atraídas, mas ao mesmo tempo, possui todos os problemas das deseconomias de escala (problemas de trânsito, deficiência em serviços básicos, maior e frequente expulsão da força de trabalho, aumento da poluição e da violência urbana) e muitos migrantes acabam saindo para outros lugares[...].

A complexidade da população brasileira e seu contraste social, fazem com que cidades muito próximas geograficamente, se tornem distantes econômica e socialmente, expulsando e atraindo populações. Estas características geram simultaneamente processos de mobilidade do campo para a cidade, da cidade para a metrópole e da metrópole para o interior. A diferenciação destes movimentos reside, basicamente, no perfil do migrante, diretamente relacionado com sua origem e destino. Neste sentido, as praias têm se destacando também por este aspecto, sendo atrativas para o migrante do campo em processos de urbanização e, para o migrante das metrópoles, sensível às grandes aglomerações.

## **2.2 O Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o contexto socioeconômico**

Os municípios do Litoral Norte apresentam uma diferenciação ambiental, social e econômica, bastante desigual entre os mesmos. A existência de diferentes elementos na natureza da região os torna diferentes, refletindo nas suas atividades econômicas. Além do Oceano Atlântico e da Serra Geral, formada por vegetação nativa de mata atlântica, a região é cercada por um manancial de lagoas e rios que formam, conforme Strohaecker e Toldo Jr. (2007), raros ecossistemas de grande vulnerabilidade cujo ambiente é “susceptível às transformações de natureza física e antropogênica”. Por esta variedade reunida em seu território, a região possui características peculiares e bastante heterogêneas entre seus municípios, principalmente dentre o conjunto de municípios praianos e o conjunto de municípios não praianos. T tamanha distinção também é atribuída pela ocupação e uso do espaço desde a formação do território, como veremos no capítulo 3. Determinadas

características como sazonalidade e ocupação rural são claramente distintas pela linha divisória que separa municípios à beira mar, daqueles na encosta da serra.

Uma clara evidência desta característica pode ser notada no IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE). A região se destaca na relação de municípios com as melhores performances tal qual na relação das piores. É o caso dos municípios de Xangri-lá e Caraá: enquanto Xangri-lá obteve a melhor colocação no IDESE quanto ao bloco saúde, Caraá ficou com a última colocação no IDESE geral do Estado (FEE 2009). Desta forma, o desenvolvimento da região sofreu com desigualdades que contribuíram para posicionar seus municípios a baixos indicadores de desenvolvimento, comparados às regiões de melhor desempenho.

Na tabela 3, podemos acompanhar a evolução demográfica dos 21 municípios de 1991 a 2010 e confirmar o grande salto populacional comparado ao estado e ao país.

**Tabela 03 - População total do Litoral Norte do RS por município em 1991, 2000 e 2010**

<b>Município</b>	<b>População Total 1991</b>	<b>População Total 2000</b>	<b>Variação %</b>	<b>População Total 2010</b>	<b>Variação %</b>
Arroio do Sal	3.031	5.273	73,97	7.740	46,79
*Balneário Pinhal	--	7.452	--	10.856	45,68
Capão da Canoa	24.755	30.498	23,20	42.040	37,85
*Capivari do Sul	--	3.107	--	3.890	25,20
*Caraá	--	6.403	--	7.312	14,20
Cidreira	8.967	8.882	-0,95	12.668	42,63
*Dom Pedro de Alcântara	--	2.636	--	2.550	-3,26
Imbé	7.352	12.242	66,51	17.670	44,34
*Itati	--	--	--	2.584	--
*Mampituba	--	3.106	--	3.003	-3,32
*Maquiné	--	7.304	--	6.905	-5,46
*Morrinhos do Sul	--	3.533	--	3.182	-9,93
Mostardas	9.089	11.658	28,26	12.124	4,00
Osório	36.857	36.131	-1,97	40.906	13,22
Palmares do Sul	11.248	10.854	-3,50	10.969	1,06
Terra de Areia	10.407	11.453	10,05	9.878	-13,75
Torres	37.474	30.880	-17,60	34.656	12,23
Tramandaí	20.130	31.040	54,20	41.585	33,97
Três Cachoeiras	7.999	9.523	19,05	10.217	7,29
*Três Forquilhas	--	3.239	--	2.914	-10,03
*Xangri-Lá	--	8.197	--	12.434	51,69
<b>Litoral Norte</b>	<b>177.309</b>	<b>243.411</b>	<b>37,28</b>	<b>296.083</b>	<b>21,64</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>9.138.670</b>	<b>10.187.792</b>	<b>11,48</b>	<b>10.693.929</b>	<b>4,97</b>
<b>Brasil</b>	<b>146.825.475</b>	<b>169.774.594</b>	<b>15,63</b>	<b>190.755.799</b>	<b>12,36</b>

FONTE: IBGE. Censo 1991, 2000 e 2010.

\* Municípios emancipados cujos dados na operação censitária anterior estavam agregados ao município de origem.

Mesmo com o crescimento significativo da população, a região segue com tímidos índices econômicos, conforme apontado no Planejamento Estratégico do COREDE Litoral Norte (2009). O IDESE da região é um dos mais baixos entre os vinte e oito COREDES do Estado (FEE, 2013).

**Tabela 04 - COREDE Litoral Norte – Ranking IDESE no Rio Grande do Sul em 1991, 2000 e 2009**

<b>ANO</b>	<b>Educação</b>	<b>Renda</b>	<b>Domicílio e Saneamento</b>	<b>Saúde</b>	<b>IDESE</b>
2009	20°	23°	22°	5°	23°
2000	19°	20°	18°	5°	20°
1991	19°	7°	11°	8°	12°

Fonte: FEE, 2013.

\* Para o período censitário de 2010, dados não localizados.

No ano de 2009, o Litoral Norte ocupou a vigésima terceira colocação, ficando a frente apenas de cinco regiões. Agravante o fato que de 1991 a 2000, a região piorou drasticamente caindo da décima segunda para a vigésima colocação e declinando posteriormente mais três posições ficando em 2009, na vigésima terceira colocação. Com exceção do bloco temático “Saúde”, todos os demais, “Educação”, “Renda”, e “Domicílio e Saneamento”, apresentam índices baixos ocupando as últimas posições neste ranking. Salienta-se que a performance obtida na “Saúde” está muito ligada ao município de Xangri-lá que elevou o índice da região com a primeira colocação em 2009.

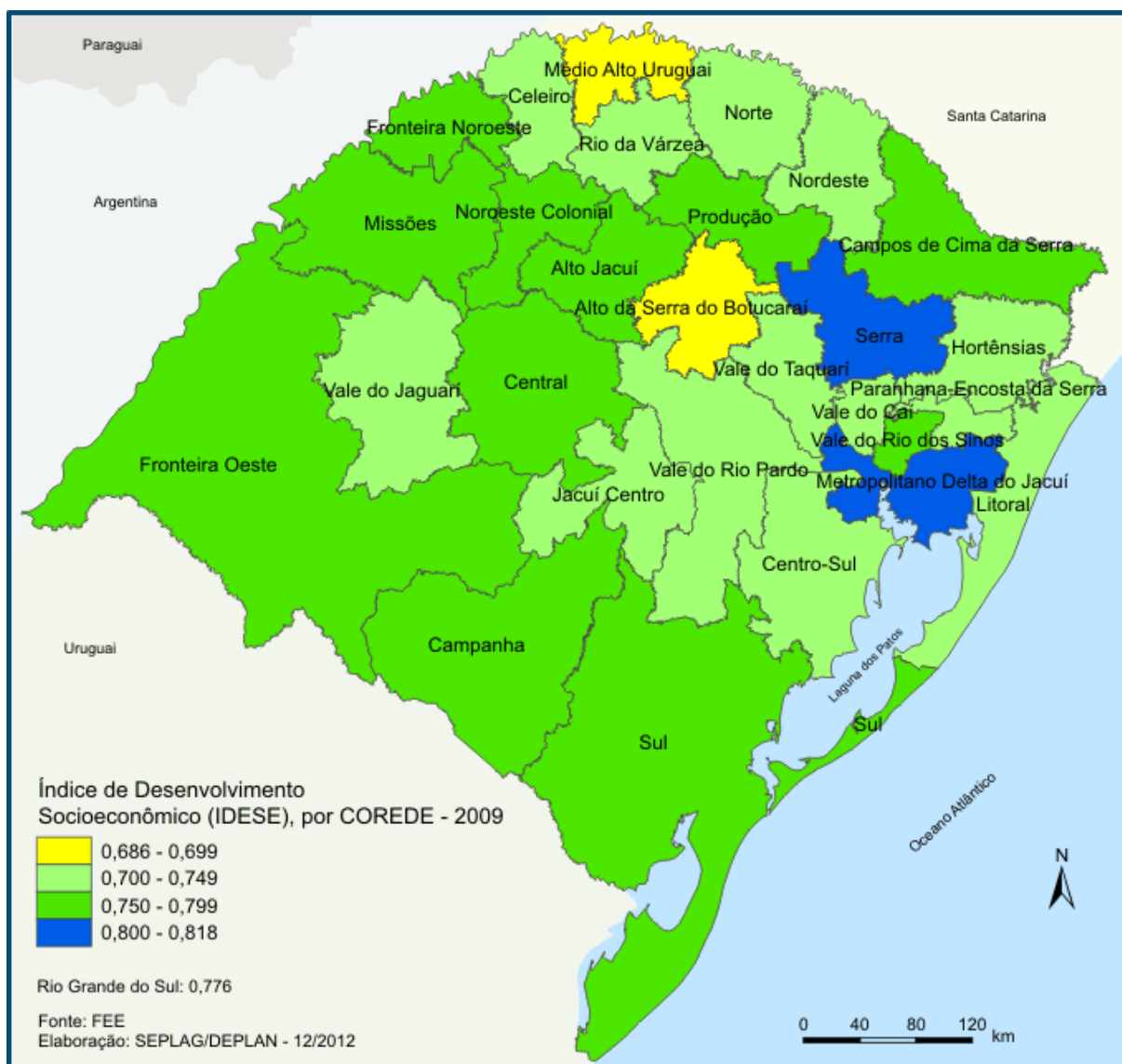
**Tabela 05 - IDESE por blocos e região no RS em 2009**

COREDE	Idese	Bloco Educação	Bloco Renda	Bloco Saneamento e Domicílios	Bloco Saúde
<b>RS</b>	<b>0,776</b>	<b>0,870</b>	<b>0,813</b>	<b>0,569</b>	<b>0,850</b>
Serra	0,818	0,894	0,839	0,692	0,845
Metropolitano do Delta do Jacuí	0,812	0,879	0,841	0,683	0,845
Vale do Rio dos Sinos	0,792	0,869	0,886	0,560	0,854
Alto Jacuí	0,792	0,880	0,896	0,522	0,869
Campos de Cima da Serra	0,779	0,844	0,783	0,645	0,843
Central	0,772	0,864	0,776	0,609	0,842
Noroeste Colonial	0,778	0,916	0,846	0,508	0,840
Produção	0,774	0,876	0,843	0,546	0,833
Campanha	0,767	0,872	0,708	0,639	0,850
Fronteira Noroeste	0,768	0,905	0,798	0,487	0,881
Missões	0,762	0,876	0,777	0,523	0,870
Fronteira Oeste	0,761	0,864	0,729	0,591	0,860
Norte	0,749	0,880	0,779	0,480	0,856
Sul	0,761	0,854	0,773	0,579	0,837
Nordeste	0,737	0,850	0,788	0,483	0,828
Vale do Taquari	0,744	0,879	0,788	0,438	0,872
Hortênsias	0,736	0,874	0,751	0,478	0,839
Vale do Jaguarí	0,736	0,877	0,682	0,505	0,881
Vale do Caí	0,741	0,872	0,760	0,443	0,888
Centro Sul	0,731	0,852	0,697	0,530	0,845
Jacuí Centro	0,730	0,849	0,719	0,528	0,824
Rio da Várzea	0,721	0,846	0,771	0,411	0,856
Litoral	0,719	0,853	0,711	0,436	0,875
Vale do Rio Pardo	0,715	0,845	0,780	0,398	0,836
Paranhana Encosta da Serra	0,707	0,861	0,683	0,415	0,868
Celeiro	0,708	0,873	0,718	0,359	0,882
Alto da Serra do Botucará	0,695	0,838	0,738	0,359	0,844
Médio Alto Uruguai	0,686	0,844	0,701	0,337	0,861

FONTE: FEE / Estatísticas, 2013 (CIE).

Embora tenha ocorrido um expressivo crescimento populacional com a ampliação de oportunidades, as demandas não atendidas parecem ter piorado o desempenho do Litoral Norte. Em 2012, o IDESE ficou ainda menor, situando-se na faixa entre 0,700 e 0,749 pontos, na qual apenas duas regiões tiveram pior performance.

Figura 02 - IDESE por região no RS 2009



Fonte: FEE, 2013.

Além da modesta colocação junto ao ranking do IDESE, o Litoral Norte ainda possui a menor participação no PIB do Estado, atingindo apenas 1,63 % (FEE 2013):

**Tabela 06 - PIB por município e participação no PIB do RS em 2012**

MUNICÍPIO	PIB	%
Arroio do Sal	97.209,07	0,038501
Balneário Pinhal	114.338,33	0,045286
Capão da Canoa	561.042,18	0,22221
Capivari do Sul	142.114,87	0,056287
Caraá	51.333,07	0,020331
Cidreira	142.564,74	0,056465
Dom Pedro de Alcântara	30.209,64	0,011965
Imbé	227.212,10	0,089991
Itati	20.933,95	0,008291
Mampituba	31.569,37	0,012504
Maquiné	84.146,42	0,033328
Morrinhos do Sul	37.361,30	0,014798
Mostardas	237.326,46	0,093997
Osório	747.302,58	0,295982
Palmares do Sul	209.874,73	0,083124
Terra de Areia	100.652,74	0,039865
Tramandaí	466.730,89	0,184857
Torres	459.822,36	0,18212
Três Forquilhas	28.421,09	0,011257
Três Cachoeiras	125.689,88	0,049782
Xangri-lá	187.227,15	0,074154
Total LN	4.103.082,92	1,625095
RS	252.482.596,82	100

Fonte: FEE, 2013. Adaptado pelo autor. Acesso em 19/3/2013

Conforme podemos observar na tabela 5, os municípios objetos do recorte, neste estudo, respectivamente Osório e Capão da Canoa, são justamente as duas maiores participações no PIB do Estado, dentre os municípios do Litoral Norte. Esta posição reforça a importância de ambos na região, o que os torna mais atrativos.

Para a FEE (2003), o aumento da população gaúcha influenciou o incremento satisfatório do PIB do Estado que na década de 1991 a 2000 foi de 3,5%. Nesta perspectiva, o Litoral Norte deveria, então, apresentar grande evolução do PIB, já que foi o maior crescimento populacional no Rio Grande do Sul. Esta tendência não se concretizou, pois, na década seguinte, a elevação do PIB na região, embora tenha ocorrido, não representou o incremento esperado. A FEE (2003, p.06) alerta que o crescimento econômico não traduz desenvolvimento na mesma proporção:

[...] A mensuração do desenvolvimento é, por outro lado, mais complexa que a aferição do crescimento econômico não só por compreender a capacidade de um país gerar acréscimos no PIB e no PIB per capita, mas também por avaliar os incrementos na qualidade de vida e bem-estar de sua população. [...]

É importante salientar, também, que o IDESE é medido em apenas quatro blocos temáticos importantes, mas que não consideram outros aspectos relevantes no conceito de qualidade de vida da população. Fatores como segurança pública, mobilidade urbana, lazer e empregabilidade, foram apontados destacadamente nas entrevistas e no questionário, traduzindo que a realidade socioeconômica do Litoral Norte apresenta fragilidades claramente expostas pelo IDESE e PIB, e que deve avançar, mas não é capaz de identificar as potencialidades que tornam esta região tão atrativa a ponto de receber contingente migratório acima das demais regiões.

### **3 A OCUPAÇÃO NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Busca-se, neste capítulo, a compreensão histórica do desenvolvimento no Litoral Norte, sua ocupação e seus efeitos nas características dos municípios de Osório e Capão da Canoa. Este entendimento é fundamental para o desenvolvimento regional, uma vez que a perspectiva do território e sua pertinência neste estudo são consideradas a base do conceito de desenvolvimento, com o qual são analisados alguns fatores de atração populacional em ambos os municípios. Lima e Braga (2010, p 01) afirmam a importância em “lançar luz sobre a organização do território” para o entendimento dos padrões migratórios a partir do “estudo dos lugares”:

[...] O Território – mais do que simples receptáculo – constitui ele mesmo, uma identidade, manifestada pela interação entre os fatores físicos e humanos que dão forma ao processo de desenvolvimento econômico e social. Assim, é fundamental considerar como cada “lugar” tem contribuído no conjunto das trocas populacionais a fim de compreender as relações entre as transformações no fenômeno migratório e a reordenação territorial [...].

Esta questão se insurge justamente pelo fato do crescimento na região ocorrer de forma acelerada e com relevante contribuição do saldo migratório, nem sempre confluindo com a identidade, com a cultura e com o capital social da região.

#### **3.1 A ocupação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**

O contexto histórico a partir da disputa territorial na América do Sul entre espanhóis e portugueses, passou por conflitos marcantes para a ocupação não apenas do Litoral Norte gaúcho, mas de todo o Brasil Meridional. Para Martins (2001) as condições climáticas e geográficas da costa no Rio Grande do Sul, retardou o início do povoamento no Estado. O litoral aberto e repleto de bancos de areia, correntes alternadas, barras canalizadas e profundidade muito variável nas proximidades das margens, ao contrário do centro e norte do Brasil, onde a costa é bastante recortada, ofereciam riscos à navegação. Impediam a penetração das embarcações na região que contava, segundo o autor, com apenas três embocaduras em toda sua imensa extensão, em Torres, Tramandaí e Rio Grande. Este último no Litoral Sul do Estado viria se tornar o único porto, pois somente ali havia condições para entrada de embarcações de grande porte. Os naufrágios nesta fração do Oceano Atlântico foram frequentes, atribuindo a entrada junto ao canal de Rio Grande, o título de Barra



Diabólica. Somado ao solo arenoso ruim para a agricultura e das difíceis travessias por rios e lagoas, tais dificuldades foram também algumas das razões pelas quais a ocupação portuguesa em solo gaúcho ocorreu a partir da fronteira platina em direção ao Atlântico, diferentemente do restante do Brasil (MARTINS, 2001).

Somente em 1680, quando os portugueses fundam a Colônia de Sacramento, localizada na margem oposta a Buenos Aires, no Rio da Prata, onde hoje é a cidade de Sacramento próximo a Montevideo, este movimento de ocupação ganha contornos decisivos. Com o propósito de garantir a navegação, fundamental para a exploração econômica no sul do continente, a coroa portuguesa estrategicamente demarcava posse sobre aquele território. A fim de defender suas terras ante a ameaça de invasão espanhola, o rei de Portugal construiu uma estrutura com poder de fogo para resistir as investidas estrangeiras e assegurar a exploração em tão importante via fluvial daquela região. Para Pereira (2009, p. 31) “a Colônia de Sacramento marca o início da ocupação portuguesa no Rio Grande do Sul”. A dispersão de pequenos contingentes de portugueses peregrinando no Rio Grande do Sul se deu por consequência de batalhas e a procura de área fértil para sobrevivência. Além disso, a coroa portuguesa começaria a distribuir doações de grandes áreas de terra no estado denominadas de sesmarias, destinadas a famílias importantes que detinham algum prestígio junto ao império. A primeira sesmaria no Rio Grande do Sul foi doada em 1726 na paragem das conchas, atual município de Tramandaí no Litoral Norte.

Em Santa Catarina, os lusitanos já tinham base em Laguna e o caminho terrestre de acesso a ambas fortalezas, Sacramento e Laguna, eram verdadeiras expedições, muitas vezes confrontando-se passagens pelo Litoral Norte. Aguiar (2006) salienta o transporte de mercadorias em mulas e a condução de gado passando pelo Litoral Norte gaúcho em direção a Laguna onde seriam enviadas ao Rio de Janeiro e Europa via oceano. Para Martins (2001, p. 33), os corredores de passagem do gado foram onde surgiram as primeiras estâncias no estado:

[...] Por terra, paulistas e lagunistas foram abrindo os caminhos em direção ao sul, onde abundavam as mulas e o gado. Primeiro num roteiro natural da praia, por terras litorâneas, apesar das dificuldades que interceptavam as trilhas. Porém a partir de 1734 já utilizavam um caminho interior, evitando os transtornos das primeiras viagens. A partir das trilhas e caminhos destes tropeiros, foram surgindo núcleos nos locais de descanso, abastecimentos e travessias de rios. Se improvisavam currais, invernadas eram estabelecidas e muitos tropeiros foram se "arranchando". Assim nasceram as primeiras "estâncias de criação", [...].

Com o Tratado de Madri em 1750, os portugueses entregam a Colônia de Sacramento aos espanhóis e, em troca, recebem a região das Missões Jesuíticas (os sete povos das

missões) e passam a dar maior importância à ocupação no sul do Brasil, não apenas pelo aspecto militar, mas também econômico, principalmente em relação à criação de gado, intensamente difundido pelas missões. A melhor forma de garantir a posse e assegurar a exploração comercial das terras era através da sua colonização e, assim, o Arquipélago de Açores, formado por um conjunto de nove ilhas na costa portuguesa, passa a receber incentivos para emigração ao sul do Brasil.

Pereira (2009, p. 33/34) relata edital de 1747 publicado nas Ilhas dos Açores onde o Rei de Portugal não apenas promete doações de terras, como também fornece a viagem, escravos e recursos materiais para os açorianos, interessados em uma oportunidade na terra nova. No mesmo edital, fica clara a criteriosa seleção promovida pelo governo, primando por casais jovens e famílias de uma linhagem açoriana que, de fato, pudesse ter êxito na colonização destas glebas. Strohaecker e Toldo Jr (2007) reforçam que, somente no século XVIII, os primeiros portugueses, açorianos e africanos começam a chegar no sul do Brasil e nos séculos seguintes surgem outras etnias, principalmente alemães e italianos e ainda libaneses, poloneses e japoneses.

Os destinos deste povoamento, num primeiro momento, eram Santa Catarina (Florianópolis e Laguna) e Rio Grande que passariam a receber seus primeiros colonizadores açorianos. Embora os Bandeirantes no século 17 já investissem no desbravamento de terras no Rio Grande do Sul em busca da captura de índios (Martins, 2001), o povoamento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, começa a partir da invasão espanhola à Ilha de Santa Catarina, que acaba dispersando muitos açorianos para as cercanias de Torres, Maquiné e Capão da Canoa, cuja paz só foi selada em 1777 com o Tratado de Santo Ildefonso (PEREIRA, 2009). Para Barroso (2004) toda a região, de Mostardas a Torres era um corredor que permitia um grande fluxo e, assim, os açorianos chegados a Santa Catarina e Rio Grande desde 1748, se assentaram em áreas que desde a Colônia de Sacramento em 1680, recebia contingentes esparsos de portugueses em razão das constantes guerras. A autora reforça a influência do Tratado de Madri (1750) e da invasão espanhola como desencadeadores da colonização açoriana no Litoral Norte:

[...] é a partir de 1752 com a chegada dos “casais de número” e em conjuntura a resistência indígena à decisão das coroas Ibéricas do Tratado de Madri, eles não tiveram paz na instalação. Como errantes na busca da terra prometida andaram pelo espaço sulino e alguns deles foram sim para Conceição do Arroio<sup>3</sup>, sobretudo após a invasão espanhola de 1763 [...].

---

<sup>3</sup> Freguesia de Conceição do Arroio foi o primeiro nome do município de Osório.

A migração açoriana, embora também tenha se utilizado de escravos, foi a principal marca das tradições, tais como culinária, danças, folclore - usos e costumes que permanecem até hoje presentes no Litoral Norte gaúcho. A relação com o mar, com a pesca e a navegação vem desde aqueles tempos, mesmo para aqueles cujo começo baseou-se na agricultura e na pecuária de subsistência, longe da orla. Em Osório e Capão da Canoa, o legado açoriano, assim como nos demais municípios, permaneceu na gastronomia, arquitetura, música, danças destacando-se os maçambiques, originários dos escravos junto as estâncias de gado e cana-de-açúcar.

Segundo Donner (2011), a chegada de outras etnias europeias ao Litoral Norte do Rio Grande do Sul, foi fruto de incentivos promovidos pelo governo imperial para colonizar a região, trazendo desenvolvimento da atividade agrícola e guarnição das fronteiras. Dessa forma, os primeiros alemães chegaram no sul do Brasil a partir de 1824, sendo que, no Litoral Norte, os locais escolhidos foram os atuais municípios de Torres, Terra de Areia, Três Forquilhas e Dom Pedro de Alcântara:

[...] Entre 1824 e as primeiras décadas do século XX, o Brasil recebeu um grande fluxo de imigrantes europeus. Sua vinda foi promovida pelo Estado, tanto com iniciativas governamentais quanto particulares. O objetivo dessa colonização era promover o povoamento da Região Sul, estratégica por ser fronteira, e criar um fluxo de abastecimento para as cidades. No caso do Rio Grande do Sul, foi criado um “cinturão verde”, onde colonos alemães e italianos, entre outras nacionalidades, foram assentados inicialmente no entorno de rios e, posteriormente, no Planalto Norte e Litoral.[...]. (DONNER, 2011).

Pereira (2009) e Aguiar (2006) afirmam que os primeiros colonos alemães chegados no Litoral Norte, em 1826, eram divididos em católicos e evangélicos, nos quais os primeiros formaram a colônia de São Pedro (atual Dom Pedro de Alcântara), enquanto o segundo grupo forma a colônia de Três Forquilhas que se transformaria no atual município de mesmo nome. Sua presença foi marcante para o cultivo de novas culturas e para a criação de novos caminhos para escoamento das mercadorias e do gado, uma vez que as vias terrestres sofriam com a topografia acidentada e com o clima oscilante, que tornavam as comunicações então existentes bastante difíceis em muitos pontos.

Assim, surgem as primeiras pontes, cuja construção amenizava o estrangulamento dos caminhos, apesar de não evitarem os pontos de obstrução. Estradas eram construídas a partir de acessos facilitados pelas margens de rios e lagoas, fato que levou, em 1840, a abertura de uma nova passagem em Três Forquilhas, dando grande importância à região, sobretudo pelas grandes oportunidades de comércio potencializadas pelas colônias alemãs (BARROSO, 2004).

Já um pouco mais tarde, por volta de 1890, chegam os italianos, incentivados pelo imperador D. Pedro II, com o propósito de ampliar a agricultura familiar em áreas devolutas, além de oferecer resistência a possíveis investidas estrangeiras; advindos do norte da Itália, onde as condições de miserabilidade na época eram imensas. Não foi difícil atraí-los, principalmente porque pertenciam a região do Tirol, de domínio austríaco, cujo rei Francisco José era tio da imperatriz portuguesa, Leopoldina (BARROSO, 2004.). No Litoral Norte, inicialmente, ocuparam a região onde hoje é o município de Caraá e estenderam-se a Maquiné (Strohaecker 2007) onde difundiram novos elementos à cultura regional, principalmente por ocuparem relevos mais altos exigindo cultivo específico. O surgimento de pequenas comunidades, mais tarde vilarejos, era crescente. Concomitantemente, as estâncias, também se multiplicaram e a região, agora mais habitada, passa a exigir melhor infraestrutura, em especial, escolas e atendimento médico. A expansão da agricultura no Litoral Norte, através do desenvolvimento de novas culturas, de novas técnicas e de novos meios de ocupação do espaço, foi a principal contribuição dos europeus. Seus laços sociais no tempo difundiram a cultura de suas colônias no desenvolvimento da região.

A riqueza de lagoas e rios no Litoral Norte demorou a ser explorada como meio eficaz de transporte, fato que, segundo Barroso (2004, p. 120), só foi ocorrer em 1849, com a perspectiva de alavancar o comércio:

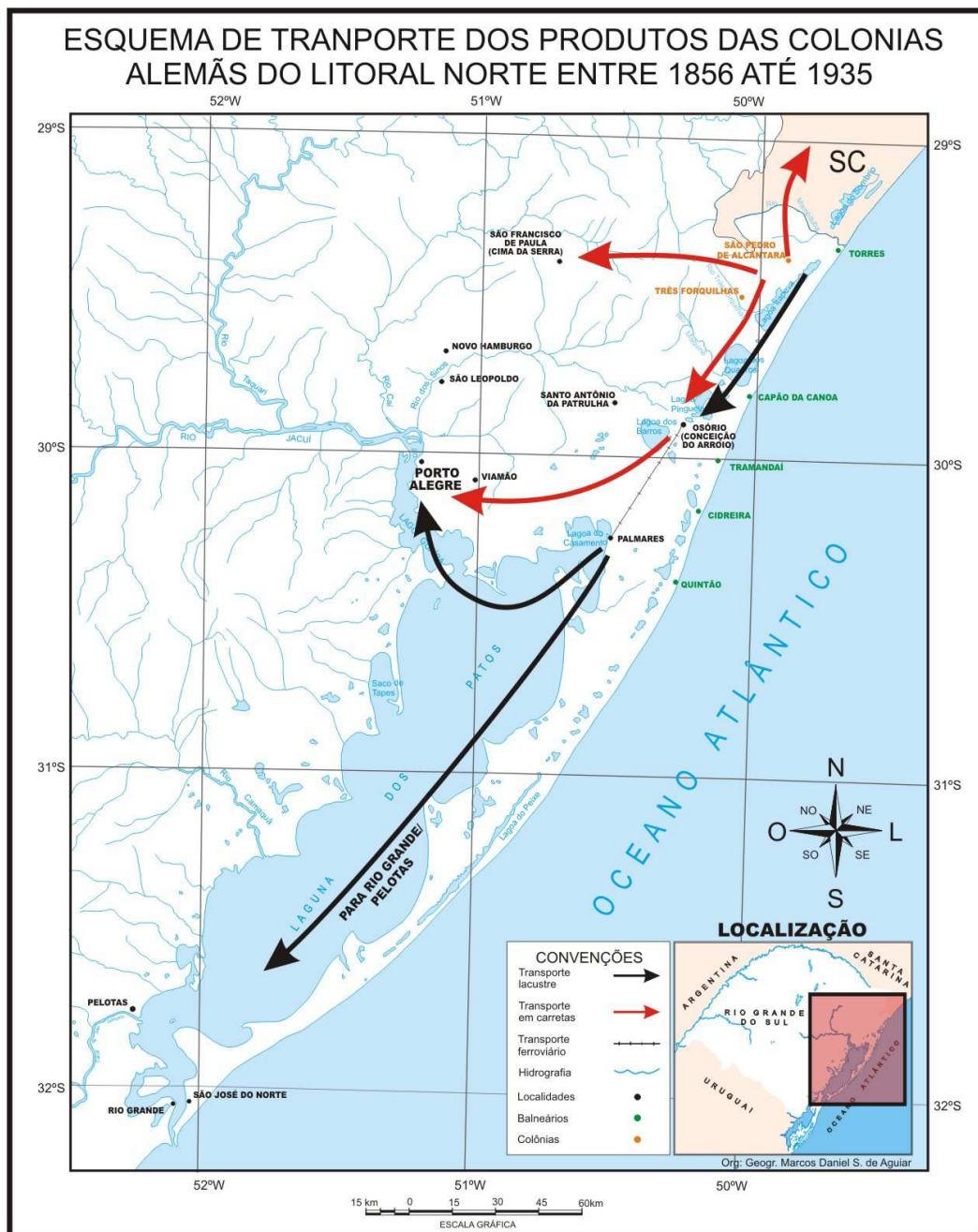
[...] porque o número de lagoas com tratamento adequado representava promessa de um comércio promissor. Se a existência de uma via fluvial para uma localidade era ponto vital, como não o seria uma rede de lagoas e rios, se navegáveis? Pois, entre as dificuldades da manutenção de um caminho terrestre pela serra e a canalização de uma rede de lagoas e sangradouros, a última opção, sem dúvida se impunha com maior vantagem [...].

Tornava-se necessária a ligação desta produção através de um transporte eficiente que impusesse maior dinamismo ao comércio, sobretudo às exportações fundamentais para o crescimento desta atividade. Segundo Silveira (2004), o desenvolvimento do comércio pelos imigrantes europeus trouxe, também, a necessidade de escoamento, já que a comunicação difícil fazia com que muitos produtos ficassem estocados até apodrecerem nos armazéns. Este período confere a Osório, Palmares do Sul e Torres, verdadeiros polos do transporte fluvial, não apenas pelo fato de contarem com um conjunto de lagoas ao longo de seus territórios, mas também pela localização estratégica que possuíam, tornando-os os principais portos.

Para Strohaecker (2007), a navegação lacustre passou a ser o principal sistema de escoamento dos produtos coloniais, tais como cachaça, rapadura, banana, açúcar mascavo e lenha. Em 1919, Osório recebe do Estado um investimento importante para construção da

ferrovia que ligaria o município a Palmares do Sul. Esta linha férrea tornar-se-ia, juntamente com a navegação lacustre, uma importante alavanca para o desenvolvimento da região, transformando Osório no principal município do Litoral Norte e no centro do comércio regional. A ferrovia, inaugurada em 1920, era uma extensão da navegação lacustre, pois as mercadorias eram transportadas em barcos, nos portos de Torres e de Osório, e chegavam ao porto de Palmares através da linha férrea. Silva (1999) relata a existência de vários pequenos trapiches improvisados, que não eram considerados portos oficiais, mas recebiam um grande volume de transporte que chegavam através de tropas de mulas, cavalos e juntas de bois após longas e exaustivas jornadas terrestres.

Figura 03 - Deslocamentos no Litoral Norte do RS de 1856 até 1935



Fonte: Aguiar, 2006.

Nas embarcações a vapor, famílias inteiras faziam seus deslocamentos em busca de mantimentos, consultas médicas, trabalho e outras movimentações. Além do transporte de cargas, mercadorias e passageiros que movimentavam o comércio regional, muitos políticos utilizavam as viagens fluviais para fazerem seus comícios e campanhas eleitorais. Embora o propósito das viagens não fosse para fins turísticos, o fato das pessoas conseguirem se deslocar e conhecer melhor a região, bem como sua paisagem, cultura, hábitos e

funcionamento, acabaram por despertar o interesse em conhecer e usufruir suas riquezas. Surgiriam então, as primeiras incursões turísticas no Litoral Norte (SILVEIRA, 2004). Algumas famílias com melhores condições financeiras passaram a aproveitar as viagens em barcos e pequenos navios de três mastros, para conhecer a região e observar as belezas naturais. O turismo sazonal iniciaria com o deslocamento de famílias para Quintão e Cidreira, que eram praias de banho mais próximas da capital, sendo que o itinerário perfazia o Rio Gravataí até o Porto de Palmares e de lá para as praias (SILVA, 1999). Esta atividade acabou se expandindo e, rapidamente, tornou-se uma atividade econômica através de chalés para hospedagem. O município de Tramandaí e as praias próximas a Osório desenvolveram o banho de mar como atividade terapêutica e, a navegação, que já era intensa e indispensável ao comércio, passou a ter no turismo outra fonte de renda e movimento. No período de calor e de férias, as mulheres e crianças isolavam-se nas praias até o fim do veraneio, quando as famílias vinham buscá-las (SILVA, 1999). A autora relata a importância dos transportes para o desenvolvimento da região:

[...] É interessante observar o quanto a navegação lacustre e, conseqüentemente a estrada de ferro beneficiaram esta região, quando os serviços de transportes criados na época não eram obsoletos. Aquela agitação comercial implicou uma série de outras atividades. Com os povoados crescendo, a vida comunitária intensificou-se trazendo maior participação social. [...] (SILVA, 1999, p. 99).

O ciclo da navegação lacustre começaria a perder fôlego a partir da construção das primeiras rodovias, pois conferia acesso a qualquer horário com deslocamentos mais rápidos. As fortes campanhas do governo federal atribuindo o “progresso” a expansão rodoviária na metade do século XX, viria corroborar com a extinção do transporte fluvial. Para Silveira (1999), o naufrágio ocorrido com o barco Bento Gonçalves em 20 de setembro de 1947, vitimando 18 pessoas, entre eles políticos importantes que se dirigiam para um comício, foi determinante para que a população mudasse definitivamente sua opção de transporte. A insegurança gerada com o acidente, aliada às campanhas associando o progresso com a construção de estradas, só fez diminuir o movimento nos portos. O setor resistiu até 1958, quando definitivamente foi oficializado o encerramento do transporte lacustre no Litoral Norte.

Pires<sup>4</sup> (2004) relata as dificuldades dos primeiros veranistas no Litoral Norte no início do século XX. As praias mais frequentadas eram Cidreira, Tramandaí e Torres, sendo esta última, segundo o autor, mais elitizada devido à distância (SOUZA, 2013.). Para chegar às

---

<sup>4</sup> Moacir Araujo Pires é historiador de Capão da Canoa. Relato na obra “Raízes de Capão da Canoa” de Vera L. Maciel Barroso, Luís André Espíndola e Renata Feldens Florentino (2004, p 84 a 89).

praias todos os recursos eram utilizados, sendo que a via lacustre era indispensável. Muitos vinham em embarcações até Palmares do Sul, depois pegavam o trem até Osório, tomavam nova embarcação e, finalmente, seguiam de carretas de tração animal até seu destino. Da hospedagem até o mar era outra viagem, pois a distância, que não era pequena, contava com um difícil acesso sobre dunas, cujo solo arenoso e, por vezes íngreme, era vencido com grande esforço por animais que puxavam as carretas e carroças. Neste aspecto, Pires (2004) relata que Capão da Canoa pode ser considerado privilegiado, pois a extensão entre a praia e o povoado era de grama. Outro caminho era via estrada que vinha de Osório, cujo trecho de balsa era menor e reduziu-se, posteriormente, através de uma ponte.

Com o incentivo ao investimento rodoviário, as opções de transporte foram ampliadas e facilitadas, fato que estimulou o crescimento do turismo de veraneio (SILVEIRA, 2004). Já na década de 1920, surgem as linhas de ônibus, que alavancaria o turismo sazonal com o banho de mar para fins terapêuticos. Além dos ranchos existentes, surgem nesta mesma época e na década de 1930, os primeiros hotéis onde, mais tarde, muitos frequentadores resolveram construir seus próprios chalés. Até 1939, os poucos moradores de Capão da Canoa viviam da agricultura, pois os hotéis e restaurantes abriam somente no verão, permanecendo fechados no inverno. Aos poucos, os hotéis promoveram melhorias e o movimento aumentou consideravelmente. Segundo Pires (2004), a primeira empresa loteadora do Litoral Norte surgiu em Capão da Canoa em 1940 quando foram construídas as primeiras casas de alvenaria e o primeiro edifício. Para Silveira (2004) a troca de opção do meio lacustre para o rodoviário, foi um processo gradativo. Além de mais rápido, dispunha de mais horários, sendo considerado também, o mais seguro. O governo da época passou a desacreditar nas ferrovias e acelerou a construção de rodovias instalando o que Milton Santos chama de “império do caminhão” (SANTOS E SILVEIRA, 2004. p. 45).

A década de 1960 foi decisiva para a consolidação das praias como cenário de férias e local de veraneio. Os acessos facilitados, principalmente com a pavimentação da BR 101, foi condição relevante neste processo. O efeito da população sazonal e os negócios de temporada ganharam mais espaço, surgindo, neste período, a construção de casas para uso somente no verão.

No início da década de 1970, foi construída a BR 290, chamada de Freeway, rodovia que até hoje é o principal meio de ligação da capital e da região metropolitana com o Litoral Norte. Esta rodovia colocaria de vez os municípios praianos como foco de investimentos em domicílios para segunda residência. O banho de mar para fins terapêuticos, definitivamente assume outra concepção, passando para fins de lazer. A população das praias no período



quente do ano se transformaria, gerando movimento e comércio intenso voltado ao veranista. Ainda por conta da rodovia, o turismo sazonal cresceu, pois o deslocamento para as praias passou a gerar negócios e o crescimento de estabelecimentos comerciais veio atrair trabalhadores, por sua vez moradores. Iniciava, então, a indústria da construção civil:

[...] A partir do final da década de 1970, a construção civil foi direcionada para habitações multifamiliares, ou seja, edifícios residenciais, principalmente em Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, atendendo um mercado em franca expansão. A indústria da construção civil impulsionou a implantação de uma série de atividades comerciais e de serviços complementares, ampliando as opções de trabalho e atraindo população permanente para a região. [...] (STROHAECKER e TOLDO JR., 2007, p.8)

Para Accurso (2002) o crescimento do Litoral Norte, canalizado pelos investimentos rodoviários, direcionaria sua população para a vocação turística e, por outro lado, justificaria a retração da atividade industrial, uma vez que não era mais tão difícil o acesso a mercadorias nos grandes centros. No final da década de 1980, a construção de outra rodovia, a RS 389, denominada Estrada do Mar, daria outro impulso ao crescimento da região. Seu propósito era desafogar a BR 101, ligando Osório a Torres, onde se encontram quase todos os municípios praianos da região, com exceção de Tramandaí, Cidreira e Balneário Pinhal.

Este período foi marcado, ainda, por mudanças que dariam novos traços à região, por força de novos municípios. Até se chegar ao mapa atual, foram muitas emancipações, nas quais Santo Antônio da Patrulha, um dos quatro municípios mais antigos do estado, deu origem a todos os demais. Strohaecker (2007) destaca o crescimento demográfico a partir da instalação dos novos municípios na região, onde, até 1965, havia apenas três municípios, Santo Antônio da Patrulha, Osório e Torres quando então ocorreu a emancipação de Tramandaí. Posteriormente, vieram os demais, precisamente nas décadas de 1980 e 1990<sup>5</sup>, impulsionados por uma legislação mais flexível.

Tais dispositivos legais, pós-regime militar, desencadearam inúmeros processos emancipatórios com forte apelo político. Num primeiro momento, geraram algum dinamismo ofertando vagas públicas e concentrando investimentos localizados. Vale dizer, também, que

---

<sup>5</sup> Capão da Canoa: desmembrado de Osório em 1982 e instalado em 1983. Imbé: desmembrado de Tramandaí em 1988 e instalado em 1989. Cidreira: desmembrado de Tramandaí em 1988 e instalado em 1989. Arroio do Sal: desmembrado de Torres em 1988 e instalado em 1989. Balneário Pinhal: desmembrado de Cidreira em 1995 e instalado em 1997. Capivari do Sul: desmembrado de Palmares e Osório em 1995 e instalado em 1997. Caraá: desmembrado de Santo Antônio da Patrulha em 1995 e instalado em 1997. Dom Pedro de Alcântara: desmembrado de Torres em 1995 e instalado em 1997. Itati: desmembrado de Terra de Areia em 1998 e instalado em 2001. Mampituba: desmembrado de Torres em 1995 e instalado em 1997. Maquiné: desmembrado de Osório em 1992 e instalado em 1993. Morrinhos do Sul: desmembrado de Torres em 1992 e instalado em 1993. Três Forquilhas: desmembrado de Torres em 1992 e instalado em 1993. Xangri-lá: desmembrado de Capão da Canoa em 1992 e instalado em 1993.

o impacto de uma emancipação carrega um componente emocional, cujo potencial raramente não é aproveitado. Os novos municípios buscaram, desse modo, a sua forma peculiar de desenvolvimento, despendendo esforços, agora com autonomia, voltados à sua expansão. Dos 21 municípios abrangidos nesta pesquisa, 14 deles foram emancipados nas décadas de 1980 e 1990. Desta forma, as novas delimitações a partir das emancipações não mudaram apenas os contornos geográficos, mas alimentaram as perspectivas e os desafios nas décadas seguintes de forma peremptória. Estas transformações, aliadas ao movimento migratório e a alta fecundidade ainda que decrescente, trouxeram um aumento demográfico pulverizado nestes novos municípios e nas principais praias. Ressalta-se, outrossim, que mesmo os municípios que mais perderam distritos com as emancipações, apresentaram crescimento (ACCURSO, 2002).

A partir do ano de 2000, o governo federal passa a dar mais incentivos à habitação e lança programas de crédito imobiliário, mais amplos. Até então, a Caixa Econômica Federal exercia quase que de forma monopolista, o papel de agente habitacional no país mediante financiamentos limitados e com muitos entraves. Conforme matéria da revista “Mais Negócios” (2013) a desburocratização e a ampliação das linhas de crédito para os demais bancos privados e estatais foram passos importantes para aquecer este seguimento. Neste sentido, algumas facilidades foram criadas, entre elas o uso total do fundo de garantia do trabalhador, não apenas para aquisição de imóvel, mas também para construção, reforma e quitação de financiamentos.

Produtos como consórcios imobiliários passam a ser oferecidos por várias instituições financeiras aquecendo ainda mais o mercado. Com tantos incentivos, esta última década é marcada pelo “boom” da construção civil. No Litoral Norte, os grandes empreendimentos se tornam cada vez mais visíveis confluindo áreas até então habitadas por estratos de baixa renda, que passam a ser repelidos para áreas de maior degradação. Novamente é nos municípios balneários onde ocorrem os maiores investimentos acentuando a procura e gerando uma cadeia de negócios, renda e empregos. A opção por imóvel para segunda residência, voltado para o verão, passa a ser outra alternativa de moradia, através de novos produtos oferecidos pela indústria da construção civil.

Para Fujimoto (2006) os municípios da região do Litoral Norte, após todo este processo de ocupação, apresentam quatro perfis diferentes, considerando a atividade econômica de cada um. Além de municípios “rurais”, e de municípios “urbanos com atividade agroindustrial”, o autor classifica, também, um grupo de “urbanos permanentes” e um quarto grupo de municípios considerados “urbanos para fins de segunda residência”. Enquanto os

dois primeiros grupos estão representados por municípios não praianos, os dois últimos concentram todas as praias, com exceção de Osório, no qual o autor enquadra como urbano permanente. Segundo Fujimoto (2006), Osório e Capão da Canoa, além de Torres e Tramandaí, tem maior ocupação na área urbana e possuem população durante o ano todo, fato que lhes confere o rótulo de permanentes. Os urbanos para fins de segunda residência possuem menos de 20% dos domicílios ocupados permanentemente e estão todos nas praias (Strohaecker e Toldo Jr., 2007). Embora Capão da Canoa seja considerado permanente por Fujimoto (2006), o município apresenta uma particularidade característica dos demais municípios praianos. Podemos observar na tabela 7, que o número de domicílios ocupados não representa a maioria.

**Tabela 07 - Total de domicílios e domicílios ocupados em Osório e Capão da Canoa em 2000 e 2010**

Município	Total de domicílios		Domicílios ocupados		
	Ano	2000	2010	2000	2010
Osório		15.221,00	18.980,00	10.837,00	13.445,00
Capão da Canoa		28.889,00	40.343,00	8.836,00	13.660,00

Fonte: IBGE (2013)

Em Osório, o número de domicílios ocupados representou 71,2% em 2000 e 70,8 % em 2010 enquanto que em Capão da Canoa foi apenas 30,6% em 2000 e 33,9% em 2010. Boa parte dos domicílios não ocupados se destina para fins de segunda residência e outra parcela significativa é explorada para aluguel ou venda, oportunizada pela alta temporada. Outro dado importante é a confirmação do quanto a ocupação na região diferenciou ambos os municípios à beira mar daqueles na encosta da serra. O número de domicílios em Capão da Canoa, impulsionado pelo turismo sazonal, tornou-se muito maior que em Osório, mesmo que o número de habitantes seja praticamente o mesmo. Em 2000, o total de domicílios em Capão da Canoa era 89,8% maior que em Osório. Em 2010, esta diferença passa do dobro, ficando 112,6% maior. Na última década recenseada, o acréscimo no número de domicílios em Osório foi de 24,7%, bem abaixo de Capão da Canoa, onde o total de domicílios aumentou 39,6%.

Por certo a forma como a ocupação do Litoral Norte ocorreu e seus desmembramentos, evidencia a importância da natureza heterogênea que reúne mar, serra e lagoas em um mesmo ambiente. Os segmentos prósperos e a vocação de seus habitantes têm relação direta com este contexto histórico, identificando e situando a região.

### 3.2 Território e desenvolvimento regional: os municípios de Osório e Capão da Canoa

A ocupação da região e seu crescimento demográfico certamente têm impactos sobre o desenvolvimento; entretanto, as opiniões acerca do conceito de desenvolvimento são bastante divergentes e ainda provocam algumas discussões. Para alguns economistas, crescimento representa desenvolvimento, visão contestada por quem defende que é preciso promover qualidade de vida a coletividade. Arend e Orłowski (2006) abordam a questão ao citar SOUZA (1999) que retrata a existência das duas correntes. A primeira considera que crescimento e desenvolvimento representam a mesma coisa, enquanto a segunda atribui desenvolvimento a melhoria nas condições de vida da população. Esta segunda corrente defende que, em modos simples de vida pode haver desenvolvimento. Esta linha é defendida pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013) que aponta outra perspectiva. O foco é transferido do crescimento econômico ou da renda, para o ser humano (PNUD, 2013):

[...] O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana[...].

Para Oliveira (2002), o crescimento econômico deve estender melhoria nas condições de vida da população de forma a diminuir as desigualdades sociais para, então, considerar o desenvolvimento. O autor enfatiza a importância do desenvolvimento sustentável, resguardando as reservas naturais para as gerações futuras, já que seu esgotamento compromete a qualidade de vida da população. Conforme Fatheurer e Arroyo (1997), citado por Etges (2005, p. 48), a sustentabilidade é decorrente de duas vertentes. Uma prega a racionalidade econômica como forma de evitar desperdícios e promover a competitividade pelo mercado induzido a regular as questões ambientais. A segunda vertente defende uma culturalização do tema, invocando postura política e comportamental consciente. Em ambas, o desenvolvimento está pautado na sustentabilidade, mesmo sabendo que o mercado capitalista delineará boa parte deste sistema.

Segundo Harvey (1992), outros aspectos passam a ser valorizados na agenda do desenvolvimento somente a partir de 1973, surgindo o conceito de sustentabilidade e de preservação a riqueza cultural. O desenvolvimento passa a ser associado à qualidade de vida, ao bem estar e não somente às questões econômicas e materiais. Para Souza (2008), ao passo em que a cidade sofisticava-se com oferta de espaços culturais e variação de bens, serviços,

lazer, emprego e renda, aumenta, também, o cinturão periférico e suas favelas, bem como poluição ambiental, criminalidade, trânsito intenso e outras mazelas indesejáveis pela comunidade. Conseqüentemente, esta mudança de cenário se apresenta gerando, ainda, especulação comercial em vários segmentos, principalmente imobiliário, desencadeando segregação sócio-espacial. A manifestação destes impulsos, ao contrário do senso comum, não implica necessariamente desenvolvimento, pois mesmo que alavanque alguns índices econômicos como PIB, empregabilidade e renda per capita, não representa extensão de melhorias para a população. Conforme Kliksberg (2001, p. 114), o pensamento econômico convencional está em crise, pois é um erro medir e avaliar o desenvolvimento de uma cidade, estado, região ou país, desconsiderando aspectos relevantes para o bem estar social:

[...] Não basta o crescimento para solucionar a pobreza. Ainda que absolutamente imprescindível, o mesmo pode ficar estacionado em certos setores da sociedade, e não chegar aos estratos submersos. Podem inclusive ocorrer taxas significativas de crescimento e, ao mesmo tempo, continuar em vigor agudas carências para amplos setores da população [...]

Para tal modelo, as desigualdades sociais e regionais se defrontam traduzindo o resultado de um mundo competitivo com destaque isolado para alguns. Aqueles que apresentam menos produção e geração de bens e serviços, ficam a margem do desenvolvimento. Esta visão simplista em enxergar as desigualdades no modelo convencional de economia hegemônica capitalista, também é criticada por MATOS (2009, p. 7):

[...]o não desenvolvimento implica admitir a distribuição desigual no espaço dos benefícios da acumulação capitalista, mediante evidências de uma correlação positiva entre dinâmica econômica e aumento da desigualdade social e seus efeitos sobre a pobreza estrutural[...]

Por esta perspectiva, o desenvolvimento deve ocorrer de forma endógena, respeitando os fatores identitários da região e suas riquezas naturais, com promoção de bem estar ao maior número de pessoas ali inseridas.

É neste contexto que o território e territorialidade são imprescindíveis, pois consistem na construção política, cultural e social dos atores locais e, assim, a noção de espaço e de território são, distintas. O território é mais amplo, não se restringe a limites físicos, estendendo-se a uma rede de relações sociais (ALBAGLI, 2004). Raffestin (1993) também afirma que espaço e território não são a mesma coisa, de modo que espaço antecede o território e, quando um ator apropria-se dele, passa a territorializar o espaço. Flores (2006) reforça os conceitos de Raffestin, considerando o território como o resultado de uma ação social concreta e abstrata. Para Albagli (2004), a territorialidade ganhou importância a partir

da compreensão de que os comportamentos humanos devem ser analisados também em sua dimensão espacial, e assim em nível coletivo a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. Nestes casos, território e territorialidades não são respeitados e muitos valores e traços identitários se perdem no tempo, mesmo que a agregação de novas concepções faça parte desta construção. Regiões de atração populacional tem sua diversidade justificada por estas novas inserções, razão pela qual a territorialidade não pode ser confundida com raízes territoriais uma vez que o migrante ao se apropriar do novo território reconstitui sua identidade neste novo espaço (ALBAGLI, 2002). Para Vogt (2009, p. 23) preservar o patrimônio cultural é uma forma de conectar o presente com o futuro, evocando o passado e, desta forma, garantindo a “continuidade da nação”. Iniciativas como tombamentos, simpósios e aprimoramento da legislação voltada ao patrimônio cultural, não apenas preservam como também resgatam a identidade que tende a se perder no tempo. Para Weber (2004) o resgate histórico de hábitos que marcaram a colonização da região, quando transformados em marca identitária local, é um caminho para o desenvolvimento. Para Milton Santos (1996. P.156) independentemente da forma como as técnicas novas são implementadas, a sua inserção promove o que ele chama de “desterritorialização das técnicas”, mas que “após se instalarem no seu novo meio e formarem sistemas com as técnicas preexistentes, conhecem o que se pode intitular de reterritorialização”.

Segundo Etges (2001), são os interesses econômicos, sociais, políticos e culturais que definem como determinado território será usado e, por sua vez, caracterizam a região. A forma como o território vai sendo utilizado, interagindo com o interesse de quem o explora, marca seus traços e caracteriza este meio. Esta abordagem reflete uma das preocupações em relação ao desenvolvimento regional, uma vez que o referido “interesse de quem o explora” normalmente é com fins meramente especulativos e financeiros, dentro de uma visão totalmente capitalista e convencional. Albagli (2002) alerta quanto a estas dimensões, bem como identifica o risco da valorização por interesses externos no território:

[...] a valorização baseada em interesses externos, de caráter instrumental, visa atrair investimentos e, nesses casos, a “territorialidade é valorizada como mero objeto de interesse mercantil e especulativo”. Dessa forma, a exploração da territorialidade ocorre de forma predatória e insustentável no longo prazo, tendendo a destruir o capital social local e o meio ambiente. [...]

Compete às políticas públicas, neste sentido, regular o aporte, tanto interno quanto externo acerca do seu território. Entretanto, é necessário que os gestores e suas respectivas

lideranças tenham compreensão do enfoque a ser abordado para o desenvolvimento concreto da região. O território é o ponto de partida para que se estabeleça o foco e suas diretrizes para os avanços na qualidade de vida da população.

As características econômicas e culturais dos municípios do Litoral Norte possuem alguns componentes territoriais comuns e, ao mesmo tempo, outros que bem os distinguem. Os municípios de Osório e Capão da Canoa estão distantes 35 km um do outro, perfazendo um deslocamento de carro de aproximadamente 25 minutos. O primeiro localiza-se à esquerda da Estrada do Mar, assim como é chamada a rodovia RS 389 no sentido Sul-Norte, junto à encosta da serra formada por Mata Atlântica. Capão da Canoa está à direita desta rodovia, também no sentido Sul – Norte, junto à orla marítima. A Estrada do Mar traça exatamente uma linha divisória, pois à sua direita, sentido Sul – Norte está o mar e, à esquerda, a Serra Geral, definindo assim, municípios praianos (balneários) à direita e não praianos (não balneários) à esquerda.

O fato da ocupação de Capão da Canoa no início do século XX ocorrer em função do mar, no qual se acreditava ter fins terapêuticos, o estigmatizou, tal quais os demais municípios praianos como local de lazer e de descanso. Outrossim, definiu o período do ano em que se dedicaria a tal uso. Esta característica conferiu aos municípios praianos uma sazonalidade que não ocorre nos demais. Desta forma, o turismo, impulsionado pela temporada de veraneio é privilégio destes e, a cada ano, toda a população prepara-se para a alta temporada, principalmente o comércio e o mercado imobiliário.

Osório, além de não ser praiano, é um dos mais antigos da região. Desmembrado de Santo Antônio da Patrulha desde 1857, suas territorialidades foram marcadas pelo uso do solo com a atividade agrícola. A cultura predominante é o plantio de arroz e criação de gado, concentrando estas atividades no quadrante sul, em direção a Capivari do Sul, Palmares do Sul e Santo Antônio da Patrulha, justamente no lado oposto às praias da Estrada do Mar. É válido ressaltar, ainda, que o processo de urbanização crescente no Brasil também transformou o município.

Mais da metade dos atuais 21 municípios do Litoral Norte pertenciam a Osório até 1965. Sua força política foi importante para que se estabelecesse em Osório o centro logístico para o comércio e o turismo no passado. Esta condição o fez o centro da região por muito tempo, canalizando alternativas de serviços e comércio aos demais durante décadas. Tanto os entrevistados de Osório, quanto os entrevistados de Capão da Canoa, reconhecem esta diferenciação:

[...] Antigamente a gente precisava ir a Osório pra resolver algumas coisas que era só lá que tinham. Hoje não, hoje tu tens praticamente tudo aqui. Alguma outra coisa, de vez em quando a gente vai a Porto Alegre, mas aquela dependência de Osório não tem mais. Faz tempo. [...] Entrevistado nº 10 (ex- prefeito de Capão da Canoa).

[...] Osório perdeu muito com a emancipação de Capão. Dos outros (municípios) também, porque eles passaram a andar com as próprias pernas. Por um lado foi bom porque Osório precisou saber “quem somos”, “o que queremos” e “pra onde vamos”. Perderam as praias e até hoje Osório não sabe o que quer. [...]. Entrevistado nº 05 (representante da construção civil de Osório).

Mesmo depois de perder todas as praias já urbanizadas que possuía e um vasto território, sua expressão política e econômica se manteve. Somente em 2010, foi ultrapassado por Capão da Canoa em número de habitantes. A tabela 8 compara os dois municípios com os demais expoentes da região, onde se encontram os números mais expressivos em serviços públicos e privados e indicadores econômicos. Expõe alguns números no ano do último censo (2010) que indicam a importância ainda presente de Osório na região e a posição de Capão da Canoa.

**Tabela 08 - Dados estatísticos de Osório, Capão da Canoa, Tramandaí e Torres em 2010**

Indicadores	Osório	Capão da Canoa	Torres	Tramandaí
Arrecadação	153.419.644	76.827.168	67.966.617	92.926.116
Eleitores	32.114,00	29.178,00	25.792	30.644
PIB per capita	18.221,00	13.341,00	13.289	11.217
Leitos	88	98	91	106
Bancos Comerciais	4	5	5	5
Veículos	20.977	18.541	15.240	15.054
IES	1	1	1	-
Cursos Ens. Superior	12	3	19	-
Consumo de energia	106.295	94.306	85.592	77.213

Fonte: FEE dados estatísticos 2013. Acesso em 10 jan. 2013.

Na primeira década do milênio, Osório foi ultrapassado por Capão da Canoa e Tramandaí, em número de habitantes. Ainda assim, possui o maior número de eleitores, o maior consumo de energia, além da maior frota de veículos. Em relação à educação, Osório é uma das três cidades na região que possui instituição de ensino superior, com 12 cursos oferecidos no ano de 2010. Quanto a indicadores econômicos, foi o maior PIB *per capita* e a maior arrecadação dentre todos os municípios do Litoral Norte, com 65% acima do município de Tramandaí. Um dado importante refere-se ao hospital de Osório que, no ano de 2000, contava com 100 leitos (FEE, 2013) e, em 2009, teve início a ampliação de suas dependências para instalação de novos serviços. Devido às construções, o número de leitos foi reduzido temporariamente.



Ao contrário de Capão da Canoa, Osório não possui domicílios para fins de segunda residência. Para os entrevistados, este fator também é relevante na diferenciação dos dois municípios e de suas territorialidades:

[...] Capão tem muito mais gente no final de semana que Osório. Os caras vão pra lá abrir a casa, arrumar alguma coisa... ou passar o final de semana mesmo e quando eles estão lá, eles estão gastando. É diferente daqui (Osório). Nós aqui movimentamos o nosso comércio só com gente daqui. [...] Entrevistado nº 07 (representante do ramo imobiliário em Osório).

[...] Hoje é fácil vir pra praia. Em uma hora e meia o cara tá (sic) aqui, então... Eu tenho cliente, e não são poucos, que me falam que levam mais de uma hora pra chegar em casa ou pra chegar no trabalho. As pessoas não vêm mais pra Capão só no verão. Hoje elas estão vindo direto, dão uma olhada na casa e voltam [...]. Entrevistado nº 15 (representante do ramo imobiliário de Capão da Canoa).

[...] Tem um monte de cara aí que a casa dele na praia é muito melhor que a casa que ele mora né (sic.) Alexandre... Esse cara não faz uma mansão daquelas só pra passar o verão, ele desfruta o ano todo... os filhos...(sic) Nesses condomínios fechados de Xangri-la e Capão, tu vai nos finais de semana, sempre tem gente, claro que não é como no verão, mas sempre tem gente. [...]. Entrevistado nº 04 (representante da construção civil de Osório).

Os acessos rodoviários à região foram substancialmente ampliados e melhorados de 1980 a 2010. A constante pavimentação e extensão da malha rodoviária proporcionaram mais facilidade e segurança para quem procura o Litoral Norte, servindo de estímulo para que as incursões para lá aumentassem, o que de fato ocorreu. Em 1990, foi inaugurada a Estrada do Mar (RS-389) ligando os municípios de Osório a Torres na divisa com o Estado de Santa Catarina. Mais tarde veio a construção da Rota do Sol (RS – 486), concluída em 2007, ligando a região serrana ao litoral gaúcho. Esta rodovia teve sua importância atribuída às facilidades que criou, considerando que viabiliza um deslocamento mais rápido, unindo o Litoral Norte à mais industrializada região interiorana do Estado.

Ainda na virada do milênio, tivemos a duplicação da BR 101, principal ligação do Estado com o centro e norte do país. Este investimento encurtou em 8 quilômetros a distância entre Osório e os demais municípios no eixo norte da região. Por último, devemos lembrar as ampliações de pista na BR – 290 (Freeway), principal acesso do Estado ao Litoral Norte. Os deslocamentos para a região tornaram-se mais viáveis e, conseqüentemente, se intensificaram. Este aspecto aparece de forma quase unânime nas entrevistas em ambos os municípios. Os dois prefeitos e todos os três ex-prefeitos entrevistados, salientaram a importância das rodovias no desenvolvimento da região. Para os representantes do comércio, os investimentos rodoviários influenciaram significativamente o aumento do fluxo de pessoas nas praias (Entrevistados nº 08, 09 e 17, respectivamente representantes do comércio de Osório e

representante do comércio de Capão da Canoa). Conforme Schafer (2010), os elevados investimentos em rodovias na região, demonstram sua importância dado a crescente atenção que têm recebido.

Os entrevistados também revelaram que as praias tem se destacado pelo crescimento da construção civil e, neste segmento, Capão da Canoa se tornou referência na região. Todos os entrevistados mencionaram a construção civil em Capão da Canoa como a principal atividade econômica. Os entrevistados nº 10 (ex-prefeito de Capão da Canoa), 15 (representante do ramo imobiliário de Capão da Canoa), 16 (representante do ramo imobiliário de Capão da Canoa) e 17 (representante do comércio em Capão da Canoa), afirmaram que o comércio local depende da construção civil, pois é ela quem aquece a economia da cidade. Esta atividade seria ainda responsável pelo surgimento e expansão de outros ramos como a indústria moveleira (entrevistados nº 12 e 13 representantes da construção civil em Capão da Canoa, 15, representante do ramo imobiliário em Capão da Canoa e 17, representante do comércio em Capão da Canoa) e o paisagismo (entrevistados nº 10, ex-prefeito de Capão da Canoa, 13 e 14, representantes da construção civil de Capão da Canoa, 15 e 16, representantes do ramo imobiliário de Capão da Canoa, e 17 representante do comércio de Capão da Canoa). Embora em menor proporção, Osório também apresentou crescimento nesta atividade, porém o perfil do comprador e o uso dos imóveis construídos se diferem do de Capão da Canoa:

[...] Não tem comparação: em Capão se constrói muito mais que em Osório. Eles (Capão da Canoa) constroem “pro”(sic.) Estado inteiro “né” (sic.), e nós (Osório) construímos pra osorienses. Eles têm o veranista, tem o aposentado que se muda pra praia, tem o empresário que monta negócio lá... [...]. Entrevistado nº 05 (representante da construção civil de Osório).

[...] Olha, eu atuo lá (Capão da Canoa) e aqui (Osório). O cara que compra aqui, compra pra morar. Lá não, lá o cara compra pelo lazer. Outra coisa: lá na praia, eles querem um lugar sossegado, mas também não querem um lugar parado. Tem que ter algum agito. Por isso que Capão e Xangri-lá são mais valorizados, eles têm movimento não só no verão. [...] Entrevistado nº 04 (representante da construção civil de Osório)

A construção civil passou a empregar um contingente expressivo de pessoas, vindas de diversas regiões, desde trabalhos mais braçais aos trabalhos mais técnicos, qualificados e equipados (Entrevistados nº 04 e 05, representantes da construção civil de Osório, 12,13 e 14, representantes da construção civil de Capão da Canoa). Para o entrevistado nº 04 (representante da construção civil de Osório) são os extratos mais humildes que engrossam a força de trabalho e são justamente eles que acabam “ficando” em definitivo no município. Os demais, como por exemplo, um operador de guindaste, retornam para o seu local de origem,

tão logo concluído o serviço para que foram contratados. Segundo os entrevistados, a demanda de trabalho na construção civil tornou-se inesgotável em Capão da Canoa, (entrevistado nº 14, representante da construção civil em Capão da Canoa) com uma imensa dificuldade em contratar mão de obra qualificada “durável” (entrevistado nº 12, representante da construção civil em Capão da Canoa).

[...] ele chega aqui como peão, pau pra toda obra. Daqui há pouco já começa a “se achar” e quando a gente vê, tá fazendo serviço por fora e não vem mais trabalhar. [...].Entrevistado nº 14 (representante da construção civil em Capão da Canoa).

[...] A construção civil passou a atrair um grupo de gente, enorme em Capão da Canoa. E aí vem de tudo, a gente seleciona, procura ver quem realmente sabe trabalhar, só que o cara que não fica numa construtora boa, fica fazendo bico por aí, porque tem serviço [...] Entrevistado nº 12 (representante da construção civil em Capão da Canoa).

Além da demanda direta, os entrevistados revelaram, também, as vagas posteriores geradas com os novos condomínios, edifícios e residências, necessitando, também, de serviço de zelador, porteiro, faxineiro, jardineiro, vigilância, cozinheira (entrevistados nº 01 e 02, ex prefeitos de Osório, 05, representante da construção civil em Osório, 06, representante do ramo imobiliário em Osório, 08 e 09, representantes do comércio em Osório, 11, prefeito atual de Capão da Canoa, 13, representante da construção civil em Capão da Canoa, 15 e 16, representantes do ramo imobiliário em Capão da Canoa e 17, representante do comércio em Capão da Canoa).

A importância do turismo sazonal em Capão da Canoa é refletida na arrecadação pública, através do mercado imobiliário.

**Tabela 09 - Impostos dos municípios de Osório e Capão da Canoa em 2000 e 2010**

MUNICÍPIO	ARRECADAÇÃO		IPTU		ITBI		ISSQN		ICMS	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Capão da Canoa	18.547.504	76.827.168	5.559.260	16.278.952	1.020.122	5.920.958	320.557	3.242.139	1.958.456	9.323.248
Osório	20.748.171	153.419.644	1.663.138	5.277.938	266.117	1.176.469	564.604	5.435.668	9.659.530	23.023.966

Fonte: FEE, Dados estatísticos, 2013. Acesso em 10 jan. 2013.

O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ITBI (Imposto sobre Transferência de Bem Imóvel) são muito superiores em Capão da Canoa. No primeiro, a grande quantidade de domicílios incrementada pelo grupo para fins de segunda residência, tem impacto direto neste tributo municipal. Quanto ao ITBI, a grande diferença são as intensas transações imobiliárias de compra e venda movidas pela construção civil em alta. O ISSQN (Imposto

sobre Serviço de Qualquer Natureza) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), em ambos os municípios, tiveram um acréscimo significativo em dez anos. Este incremento demonstra o dinamismo dos dois municípios neste período, demonstrando o quanto o comércio expandiu, assim como a prestação de serviços.

Na esteira deste crescimento, o comércio que se abastece e se estende, acaba por engrossar o conjunto de componentes que também vem lesar a sustentabilidade da região. Este processo implica em desmatamentos, dejetos ao mar, contaminação do lençol freático, formação de resíduos sólidos, produção de lixo, ameaça a espécies nativas que tem seu ambiente natural diminuído, entre outros danos. Na encosta da serra, não ocorre uma incidência tão saliente da construção civil quanto ocorre nos municípios balneários, porém, a exemplo de outras regiões, a atração por novos negócios, empregos e moradia, também invade áreas rurais ou nativas. Da BR 101, percebe-se facilmente o incremento de pedreiras no morro onde a mata atlântica deveria ser preservada. Mais acima, no topo do Morro da Borússia, localizado no município de Osório, avista-se o grande número de jazidas de areia no entorno da cidade, confrontando áreas que, até a década de 1980, eram utilizadas como sítios de lazer e pequenos espaços de agricultura colonial, bem como para criação de gado.

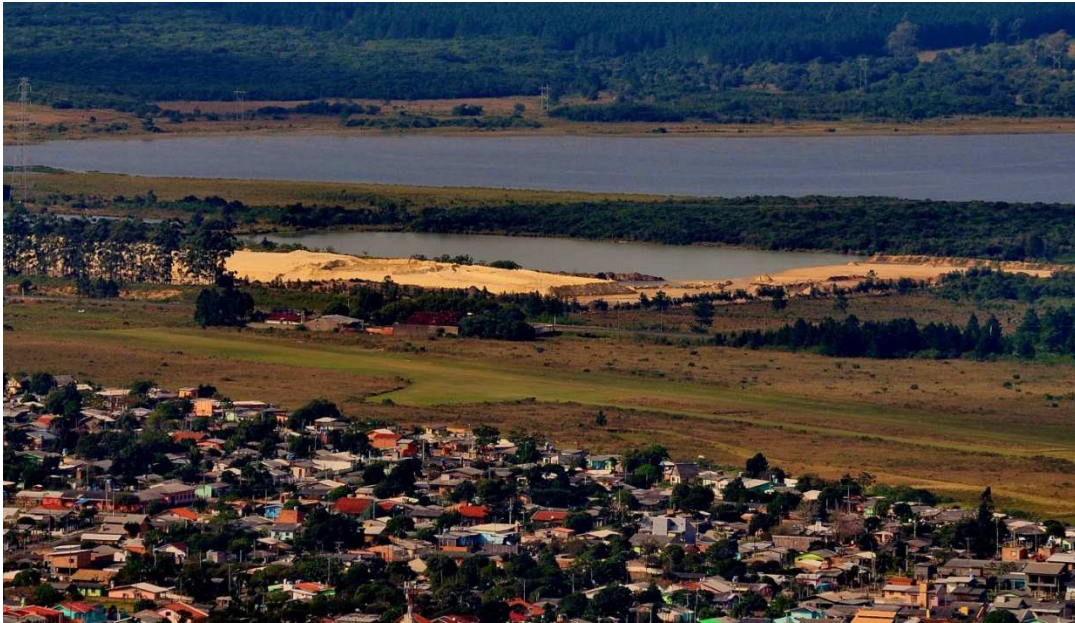
**Figura 04 - Jazida “A”**



Fonte: Márcio Goldani, 2013.

Na figura acima, temos uma jazida localizada entre duas rodovias, a RS 389 Estrada do Mar (Osório-Torres) e RS 030 (Osório-Tramandaí). Ao fundo, podemos avistar as torres eólicas, cartão postal da cidade, às margens do rosário de lagoas.

**Figura 05 - Jazida “B”**



Fonte: Márcio Goldani, 2013.

Esta outra jazida fica à beira da Estrada do Mar e muito próxima de uma das inúmeras lagoas da região. Na foto podemos avistar que opera quase às margens da lagoa, posição que impõe ameaças à tipologia local. Do total de oito jazidas existentes em Osório, quatro delas passaram a ser exploradas entre 2003 e 2010 (Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Osório).



**Figura 06 - Pedreira na encosta da BR 101**



Fonte: Márcio Goldani, 2013.

Esta pedreira está localizada às margens da BR 101 (Osório-Torres) e podemos avistar a devastação em área de mata atlântica. Mesmo que as empresas retratadas nas fotos estejam legalizadas e com as devidas licenças para operação, o dano ambiental é inegável. Esta preocupação merece maior atenção às políticas de desenvolvimento adotadas na região. Se as taxas de crescimento demográfico se mantiverem altas nas próximas décadas, com a crescente exploração incontida dos recursos naturais, é provável que a região cresça mesmo não trazendo desenvolvimento. Vale lembrar que o Ministério da Integração, através da PNDR (2010. P 08), faz a seguinte colocação:

[...] Há algum tempo o Brasil vem desenvolvendo e aprimorando suas políticas regionais. Ocorre que essas políticas têm priorizado os aspectos econômicos e negligenciado os aspectos políticos envolvidos na questão. A persistência das desigualdades regionais, apesar dos avanços econômicos conquistados ao longo dos últimos 50 anos, leva a crer que é chegada a hora de requalificar essas políticas observando mais detidamente sua dimensão política. [...]

A orla gaúcha passou a contar com diversos condomínios horizontais fechados, cuja expansão segue em larga escala, principalmente em Capão da Canoa e em seu município vizinho, Xangri-lá. Segundo Souza (2013), desde o início da década de 1990 o fenômeno da implementação de condomínios fechados em Xangri-lá só tem se intensificado.

A franca expansão deste modelo de moradia e empreendimento é visível às margens da Estrada do Mar e facilmente constatada por quem trafega nesta rodovia. São inúmeros condomínios, e segundo os entrevistados nº 02, ex-prefeito de Osório, 03, prefeito atual de Osório, 10, ex-prefeito de Capão da Canoa e 11, prefeito atual de Capão da Canoa, esta tendência manter-se-á, estendendo-se a outros municípios.

O desenvolvimento sócio econômico em muitas comunidades socorreu pela exploração das territorialidades adjacentes, cujas condições de vida para determinados estratos da população se tornaram precárias. Este é outro aspecto do aumento populacional ocasionado pelas migrações. A segregação sócio-espacial é contrastada entre moradias de luxo e barracos improvisados em áreas muitas vezes invadidas. Novamente nos municípios à beira mar, onde a construção civil é mais intensa, esta realidade se configura com mais evidência. Para Souza (2013. p.61), esta percepção é inegável:

[...] Diante disto houve uma ruptura social no tecido urbano, tanto de Capão da Canoa, quanto no de Xangri-Lá. Nos últimos 20 anos, visualizou-se uma separação nítida entre os que possuem condições de adequar-se ao atual modelo econômico (e que residem em condomínios fechados ou possuem casas como segunda moradia) e os que estão excluídos deste processo por não possuírem as mesmas condições financeiras. [...]

Segundo Carvalho (2006), este cenário de grande segregação sócio-espacial faz parte da realidade brasileira e se deve ao rápido processo de urbanização, além do interesse do capital imobiliário e à fraca capacidade de regulação e de redistribuição do Estado, gerando conformação de cidades extremamente desiguais e injustas.

**Figura 07 - Condomínios horizontais**



Fonte: RAMOS, 2013.

As fotos da figura 7 registram o grande contraste de realidade entre casas para fins de segunda residência em um condomínio fechado, e do outro lado do muro, atravessando a rodovia que os separa (Estrada do Mar), casebres em área que foi invadida no ano de 1997 e que veio a se tornar mais um centro de concentração de moradias do cinturão periférico de Xangri-lá e Capão da Canoa. As fotos foram registradas respectivamente no sentido sul- norte (a primeira acima) e norte – sul. Estas habitações estão localizadas no curto trecho de 6 km, entre os acessos ao município de Xangri-lá e de Capão da Canoa na RS 389, Estrada do Mar. Qualquer viajante que trafegue ao norte do Litoral por esta rodovia, depara-se com tal discrepância. O próprio poder público municipal de Capão da Canoa reconhece a dificuldade em fiscalizar e coibir a invasão em tais áreas:

[...] este pessoal realmente acaba invadindo áreas desabitadas e morando de forma irregular, infelizmente. A prefeitura e o poder público tem uma grande dificuldade em fiscalizar isso, porque eles vão quando não tem ninguém olhando, é num domingo, é de noite...e nós não temos gente suficiente para atender toda a demanda da prefeitura e fiscalizar diariamente esses terrenos [...] Entrevistado nº 11 (Prefeito atual de Capão da Canoa).

[...] Ocupação ilegal, isso é um problema! Claro que tem que ter fiscalização, sem dúvida, mas o proprietário também tem que zelar pelo seu terreno. Tem proprietário que não mora aqui, não vem pra cá nunca. As terras dele tão lá quase que abandonadas, a gente tem dificuldade até de localizar o cara. Às vezes até pra fazer uma melhoria, a gente precisa de autorização do proprietário e tu não consegue achar.[...] Entrevistado nº 10 (ex-prefeito de Capão da Canoa)



Em Osório, os entrevistados acusaram que o problema da superlotação nos domicílios da periferia e as invasões não são frequentes. O entrevistado nº 02, ex-prefeito de Osório refere-se à questão como um assunto de política pública:

[...] o inchaço de vila ocorre nas praias porque lá existe uma política de ocupação. Fora da orla não ocorre, os dados das escolas nos mostram isso. [...] Entrevistado nº 02 (ex-prefeito de Osório)

Para os entrevistados nº 02, ex-prefeito de Osório, 04, representante da construção civil em Osório, 06, representante do ramo imobiliário em Osório e 09, representante do comércio em Osório, os investimentos da prefeitura em casas populares foram imprescindíveis. Segundo o entrevistado nº 05, representante da construção civil de Osório, o trabalhador atraído pela construção civil, normalmente “vai morar na casa de um parente, vão se amontoando e lá eles ficam. Depois de um tempo ele constrói uma casinha”.

Em Osório, a vinda da indústria eólica em 2005, aflorou a autoestima dos moradores, atraiu investimentos e deu visibilidade à região (Revista National Geographic, 2010, p. 44). Para os entrevistados nº 06, representante do ramo imobiliário de Osório, 08 e 09, representantes do comércio de Osório, o parque eólico marca uma nova fase na economia e na história de Osório. Destacam-se as frequentes matérias nos veículos de comunicação do Estado, tanto jornal, rádio e televisão.

[...] a eólica não trouxe o desenvolvimento sozinha mas foi importante pra promover o interesse de outros investimentos, não só por parte do governo, mas também dos empresários [...]. Entrevistado nº 08 (representante do comércio de Osório)

Os parques eólicos trouxeram profissionais de diferentes áreas e dinamizaram a prestação de serviços, principalmente na área ambiental. Para o entrevistado nº 05, representante da construção civil em Osório, a instalação deste setor fortalece o potencial turístico, podendo estimular o investimento na qualificação profissional, pois “o turismo que tem todas as condições naturais para se desenvolver, não ocorre por falta de vocação turística da população”. Para o entrevistado nº 02, então prefeito municipal na época da instalação do Parque Eólico de Osório, este empreendimento gerou incremento mais expressivo na receita pública apenas no início. Segundo o ex-prefeito, houve desenvolvimento dos negócios e empreendedorismo interno e a indústria eólica “foi e se mantém importante neste processo, mas não é ela quem sustenta todo este crescimento” (Entrevistado nº 02).

Os dados da Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul demonstram um salto no repasse de ICMS para o município de Osório entre 2005 e 2010. Em dezembro de

2005, antes da instalação do parque eólico, o valor repassado foi de R\$ 312.954,78, (dados disponíveis no site da Secretaria Estadual da Fazenda, acesso em 03/01/2014). Durante os trabalhos de construção da base, já com empresas adjacentes operando, esta receita gradativamente foi aumentando. Em dezembro de 2008, com as torres eólicas consolidadas, o repasse de ICMS já era de R\$ 2.357.805,79. Em dezembro de 2010, este repasse foi de R\$ 8.044.826,35. O salto na arrecadação indica o crescimento do município neste período, onde a instalação da indústria eólica se configurou como o maior empreendimento na região e uma alavanca para o município.

Percebe-se nos relatos e dados coletados, que há diferentes potencialidades entre municípios praianos e não praianos. Entre Capão da Canoa e Osório, a forma como se deu a ocupação da região e sua territorialização, corrobora esta diferenciação. Se, na praia em Capão da Canoa, o turismo sazonal alavanca sua economia, em Osório o histórico de destaque político e a posição geográfica central na região, são fatores importantes no seu crescimento.

### **3.3 A Dinâmica populacional no Litoral Norte de 1990 a 2010: três décadas comparadas**

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul apresentou o maior índice de crescimento demográfico conforme os Censos de 1991, 2000 e 2010, dentre todas as regiões do Estado. Strohaecker e Toldo Jr. (2007, p. 07) destacam este movimento:

[...] No último decênio, a região do Litoral Norte se destacou pela taxa média de crescimento demográfico anual de 2,84%. Dos dez municípios que mais cresceram em termos populacionais no Estado, sete estão nessa região: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Torres e Xangri-lá. Esse indicador é muito significativo ao se comparar com as taxas anuais do Estado (1,23%) e do Brasil (1,63%), (BRASIL, 2000) [...].

Notoriamente, os municípios praianos são os que apresentam maior crescimento, destacando-se dos demais. Esta característica também é referendada por Jardim e Barcelos (2011, p. 16) ao comparar tal crescimento com o restante do Estado:

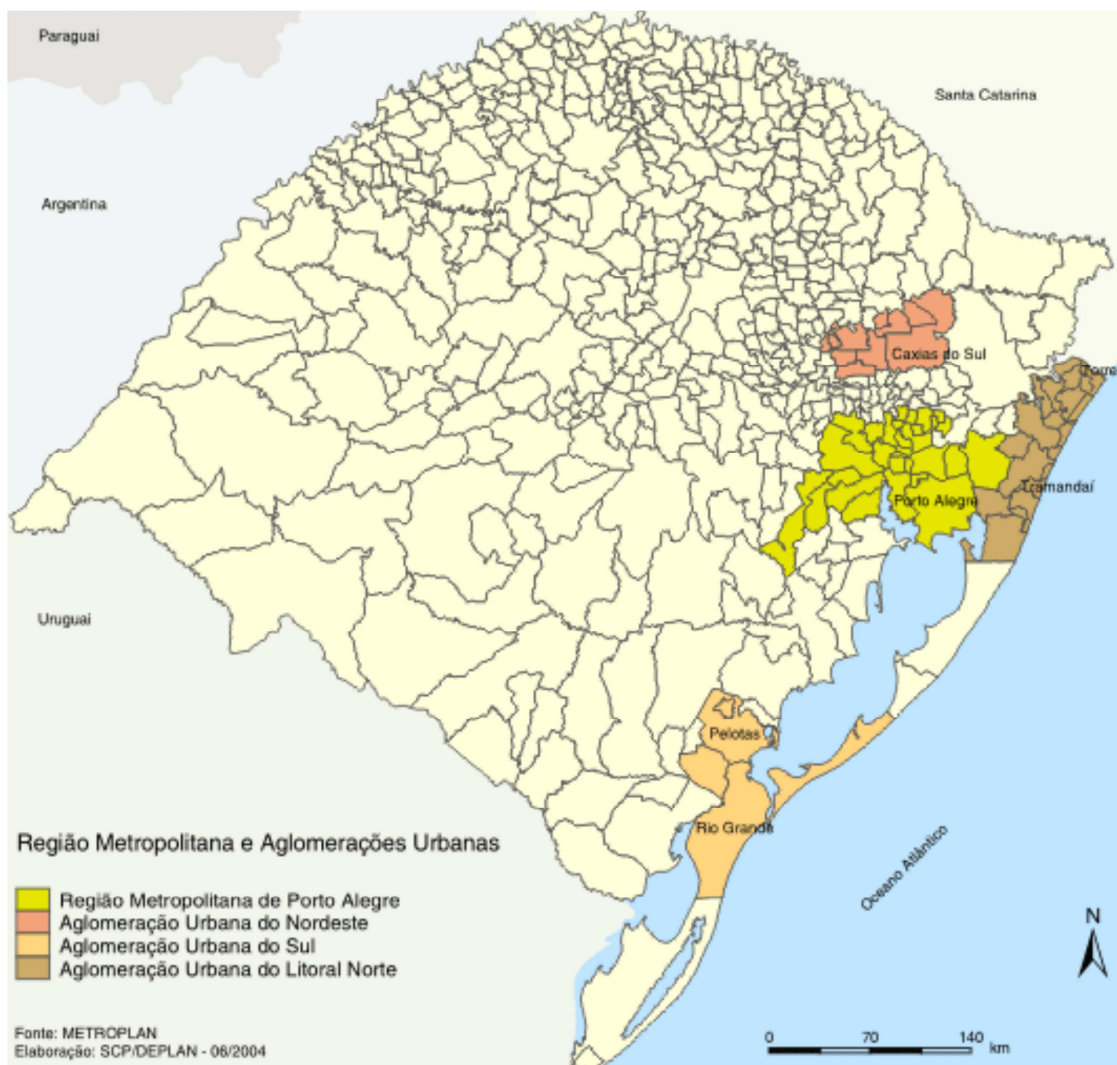
[...] O Litoral, com taxa de crescimento anual de 2,1% a.a, vem se expandindo no contexto demográfico recente, principalmente nos municípios balneários. As quatro maiores taxas de crescimento do Estado foram em municípios do Litoral: Xangri-lá (4,3% a.a), Arroio do Sal (3,9% a.a), Balneário Pinhal (3,8% a.a) e Imbé (3,7% a.a). Além destes, também tiveram taxas de crescimento muito expressivo os municípios de Cidreira (3,6% a.a), Capão da Canoa (3,3% a.a) e Tramandaí (3,0 % a.a) [...].

Outra demonstração de destaque e atenção ao crescimento populacional no Litoral Norte foi a promulgação da Lei 12.100/2004 que insere o Litoral Norte como uma das quatro

Aglomerções Urbanas no estado. Este apontamento é destacado por Strohaecker e Toldo Jr (2007) e também por Schafer (2010), que atribui esta expansão ao turismo e à construção civil nas praias gaúchas, notadamente em Torres, Tramandaí e Capão da Canoa.

Até 2004, tínhamos apenas duas aglomerações urbanas, a do Sul onde o município de Pelotas era o centro e a Aglomeração do Sudeste, centralizada no município de Caxias do Sul. Para Koucher (2006), as aglomerações urbanas que inicialmente agrupavam municípios de porte médio, desde 1988, passaram a ser instituídas dentro desse cenário de descentralização. Desde então, os estados receberam autonomia para regular e estabelecer os critérios para instituir as aglomerações. Os estudos populacionais ganham importância, pois, nestes espaços, a tendência de aumento nas demandas sociais é maior, já que abriga grande número de pessoas com diferentes padrões socioeconômicos. No estado do Rio Grande do Sul os critérios foram estabelecidos pela Lei Complementar nº 9.479, de 20 de dezembro de 1991 (Koucher, 2006) que procurou disciplinar algumas questões ligadas ao ordenamento da população nos municípios das aglomerações que, desde 2004, têm suas áreas e municípios definidos conforme o mapa abaixo.

**Figura 08 - Aglomerações urbanas no estado do RS**



Fonte: FEE, 2013

A proximidade com a Região Metropolitana de Porto Alegre é visível no mapa e mostra o Litoral Norte tangente a esta que é a região mais habitada do Estado. O Litoral Norte aparece como uma extensão metropolitana, fator que favorece a fixação de residência em local próximo a capital sem o stress da cidade grande.

Verificando o incremento populacional de 1991 a 2010, constatamos na tabela 6, que o Litoral Norte não apenas se constituiu em nova aglomeração urbana como também foi justamente aquela que apresentou as maiores taxas de crescimento entre 1991 e 2000 e entre 2000 e 2010, bastante acima das demais.

**Tabela 10 - População e Taxa de Crescimento por aglomeração urbana do RS em 2000 e 2010**

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO		TX. DE CRESCIMENTO	
	2000	2010	1991-2000	2000-2010
Total do RS	10.187.798	10.693.929	1,2	0,5
Total das AU	5.129.025	5.556.890	1,6	0,8
RMPA	3.736.184	3.978.470	1,7	0,6
AUNE	603.872	716.427	2,4	1,7
AUSUL	557.216	578.034	1,2	0,4
AULINORTE	231.753	283.959	3,3	2,1

Fonte: Jardim e Barcelos (2011).

Nos dois decênios demonstrados, a taxa de crescimento diminuiu em todas as regiões em razão da queda constante das taxas de fecundidade e natalidade no Brasil, conforme apontado no capítulo 2. Entretanto, o crescimento do Litoral Norte apresentou taxa de crescimento 27% maior que a segunda maior taxa de crescimento no decênio 1991 – 2000. Entre 2000 e 2010 esta diferença foi de 23%. Se somarmos as taxas de crescimento nos dois períodos, veremos que a Aglomeração Urbana Litoral Norte apresentou taxa de crescimento 217% acima do Estado.

Alguns municípios, cuja sede não se localiza à beira mar, possuem balneários, e são considerados não praianos. É o caso de Osório, Terra de Areia, Mostardas e Palmares do Sul, que possuem pequenas praias com população fixa muito pequena, em alguns casos quase que inexistentes. Osório, a quem pertence às praias de Atlântida Sul e Mariápolis, investiu muito em seus balneários nos últimos anos, sendo que a urbanização nestes locais já é visível. Entretanto, ainda não há estrutura suficiente para garantir algum movimento fora da temporada.

Segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo de Osório, a população total, somado os dois balneários, foi de 769 habitantes em 2000 e 892 habitantes em 2010<sup>6</sup>. O fato da sede destes municípios não se localizar à beira mar, suas praias, nas demais estações do ano, carecem de agências bancárias, cartórios, hospital e outros serviços básicos. Mesmo o comércio, em quase sua totalidade, após o veraneio fecha as portas. O efeito sazonal que impulsionou os municípios com sede costeira, ainda não surtiu o mesmo resultado nas praias destes quatro municípios, restringindo seu movimento somente no verão. Desta forma, o

<sup>6</sup> Expediente Administrativo nº 163926/2013. Informações compiladas Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo de Osório.

fenômeno migratório caracterizado na orla, não tem o mesmo impacto nestes quatro municípios, uma vez que seus balneários não atingiram população fixa que assim indicasse.

Todos os oito municípios praianos (Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Torres Tramandaí e Xangri-lá) aumentaram sua população, concentrando neles os incrementos mais expressivos da região, uma vez que somente estes tiveram percentual de crescimento acima de 30% no último período censitário (tabela 1). O município de Torres é o único dos oito municípios costeiros que ficou abaixo de 30%, porém vale lembrar que foi quem mais sofreu processos de desmembramentos emancipatórios no período, originando três novos municípios, conforme nota ao pé da tabela.

Estes dados evidenciam que de fato os municípios praianos possuem um fator de atração muito singular que os diferencia de todos os demais. Todos os municípios que sofreram diminuição de população possuem duas características comuns: primeiro não estão situados na costa e segundo, são todos rurais. Os oito municípios à beira mar, desde o início de sua ocupação, são urbanos. Se separarmos os dois grupos de municípios no último período, de 2000 a 2010, esta configuração fica ainda mais exposta:

**Tabela 11 - População dos municípios praianos do Litoral Norte do RS em 2000 e 2010**

<b>MUNICÍPIOS PRAIANOS</b>			
<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>População</b>	<b>Varição</b>
	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
	<b>2000</b>	<b>2010</b>	
Arroio do Sal	5.273	7.740	46,79
Balneário Pinhal	7.452	10.856	45,68
Capão da Canoa	30.498	42.040	37,85
Cidreira	8.882	12.668	42,63
Imbé	12.242	17.670	44,34
Tramandaí	31.040	41.585	33,97
Xangri-Lá	8.197	12.434	51,69
Torres	30.880	34.656	12,23
<b>Total</b>	<b>134.464</b>	<b>179.649</b>	<b>33,60</b>
<b>Litoral Norte</b>	<b>243.411</b>	<b>296.083</b>	<b>21,64</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>10.187.792</b>	<b>10.693.929</b>	<b>4,97</b>
<b>Brasil</b>	<b>169.774.594</b>	<b>190.755.799</b>	<b>12,36</b>

Fonte: IBGE. Censos 2000 e 2010.

Quando separados, os municípios à beira mar apresentam um percentual de crescimento de 33,6% (quadro 7) enquanto os demais atingem somente 6,87% (quadro 8) . Não resta dúvida que o aumento populacional na região é impulsionado pelos municípios à beira mar.

Comparado separadamente com o percentual de crescimento do Brasil de 12,36% e do Rio Grande do Sul de 4,97%, este dado é ainda mais distante. O estado cresceu bem menos que o país, porém os municípios na orla gaúcha despontaram quase três vezes mais em termos percentuais que o Brasil e quase sete vezes mais que o Rio Grande do Sul. Se excluirmos a população do Litoral Norte no período, o percentual de crescimento do estado será ainda menor.

**Tabela 12 - População dos municípios não praianos do Litoral Norte do RS em 2000 e 2010**

<b>MUNICÍPIOS NÃO PRAIANOS</b>			
<b>Município</b>	<b>População Total 2000</b>	<b>População Total 2010</b>	<b>Variação %</b>
Capivari do Sul	3.107	3.890	25,20
Caraá	6.403	7.312	14,20
Dom Pedro de Alcântara	2.636	2.550	-3,26
Itati	--	2.584	--
Mampituba	3.106	3.003	-3,32
Maquiné	7.304	6.905	-5,46
Morrinhos do Sul	3.533	3.182	-9,93
Mostardas	11.658	12.124	4,00
Osório	36.131	40.906	13,22
Palmares do Sul	10.854	10.969	1,06
Terra de Areia	11.453	9.878	-13,75
Três Cachoeiras	9.523	10.217	7,29
Três Forquilhas	3.239	2.914	-10,03
<b>Total</b>	<b>108.947</b>	<b>116.434</b>	<b>6,87</b>
<b>Litoral Norte</b>	<b>243.411</b>	<b>296.083</b>	<b>21,64</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>10.187.792</b>	<b>10.693.929</b>	<b>4,97</b>
<b>Brasil</b>	<b>169.774.594</b>	<b>190.755.799</b>	<b>12,36</b>

Fonte: IBGE. Censos 2000 e 2010.

Em relação aos municípios não praianos, o percentual de crescimento de 6,87% foi praticamente a metade do percentual de crescimento do Brasil (12,36%) e pouco acima do percentual de crescimento do Rio Grande do Sul, que foi 4,97%.

O Litoral Norte correspondeu ao processo de urbanização generalizado no país, no qual os municípios rurais foram aqueles que mais perdem população. Se fizermos um novo recorte e, desta vez, separarmos os municípios não praianos rurais dos municípios não praianos urbanos, teremos novas constatações:

Tabela 13 - População municípios não praianos rurais do Litoral Norte do RS em 2000 e 2010

<b>MUNICÍPIOS NÃO PRAIANOS RURAIS</b>			
<b>Município</b>	<b>População Total 2000</b>	<b>População Total 2010</b>	<b>Variação %</b>
Terra de Areia	11.453	9.878	-13,75
Caraá	6.403	7.312	14,20
Dom Pedro de Alcântara	2.636	2.550	-3,26
Itati	--	2.584	--
Mampituba	3.106	3.003	-3,32
Maquiné	7.304	6.905	-5,46
Morrinhos do Sul	3.533	3.182	-9,93
Mostardas	11.658	12.124	4,00
Três Forquilhas	3.239	2.914	-10,03
<b>Total</b>	<b>49.332</b>	<b>50.452</b>	<b>2,27</b>
<b>Litoral Norte</b>	<b>243.411</b>	<b>296.083</b>	<b>21,64</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>10.187.792</b>	<b>10.693.929</b>	<b>4,97</b>
<b>Brasil</b>	<b>169.774.594</b>	<b>190.755.799</b>	<b>12,36</b>

Fonte: IBGE, 2010. Dados agrupados pelo autor.

Constata-se, a partir da tabela 13, que os municípios não praianos e rurais tiveram um percentual de crescimento de apenas 2,27%, representando menos da metade do percentual de crescimento do estado, que foi 4,97%, e muito abaixo do percentual de crescimento do país, que foi de 12,36%. Este dado induz que tais municípios não apresentaram atratividade às pessoas migrantes, com exceção de Caraá que atingiu 25,20% de acréscimo populacional. Quanto aos demais, Mostardas também obteve crescimento, porém muito tímido (4%), ficando abaixo do crescimento do estado (4,97%). Os outros sete municípios sofreram diminuição, acompanhando uma realidade de várias décadas no país cuja população rural diminuiu vertiginosamente.



Tabela 14 - População municípios não praianos urbanos do Litoral Norte do RS em 2000 e 2010

<b>MUNICÍPIOS NÃO PRAIANOS URBANOS</b>			
<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>População</b>	<b>Varição</b>
	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
	<b>2000</b>	<b>2010</b>	
Capivari do Sul	3.107	3.890	25,20
Osório	36.131	40.906	13,22
Palmares do Sul	10.854	10.969	1,06
<b>Total</b>	<b>50.092</b>	<b>55.765</b>	<b>11,33</b>
<b>Litoral Norte</b>	<b>243.411</b>	<b>296.083</b>	<b>21,64</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>10.187.792</b>	<b>10.693.929</b>	<b>4,97</b>
<b>Brasil</b>	<b>169.774.594</b>	<b>190.755.799</b>	<b>12,36</b>

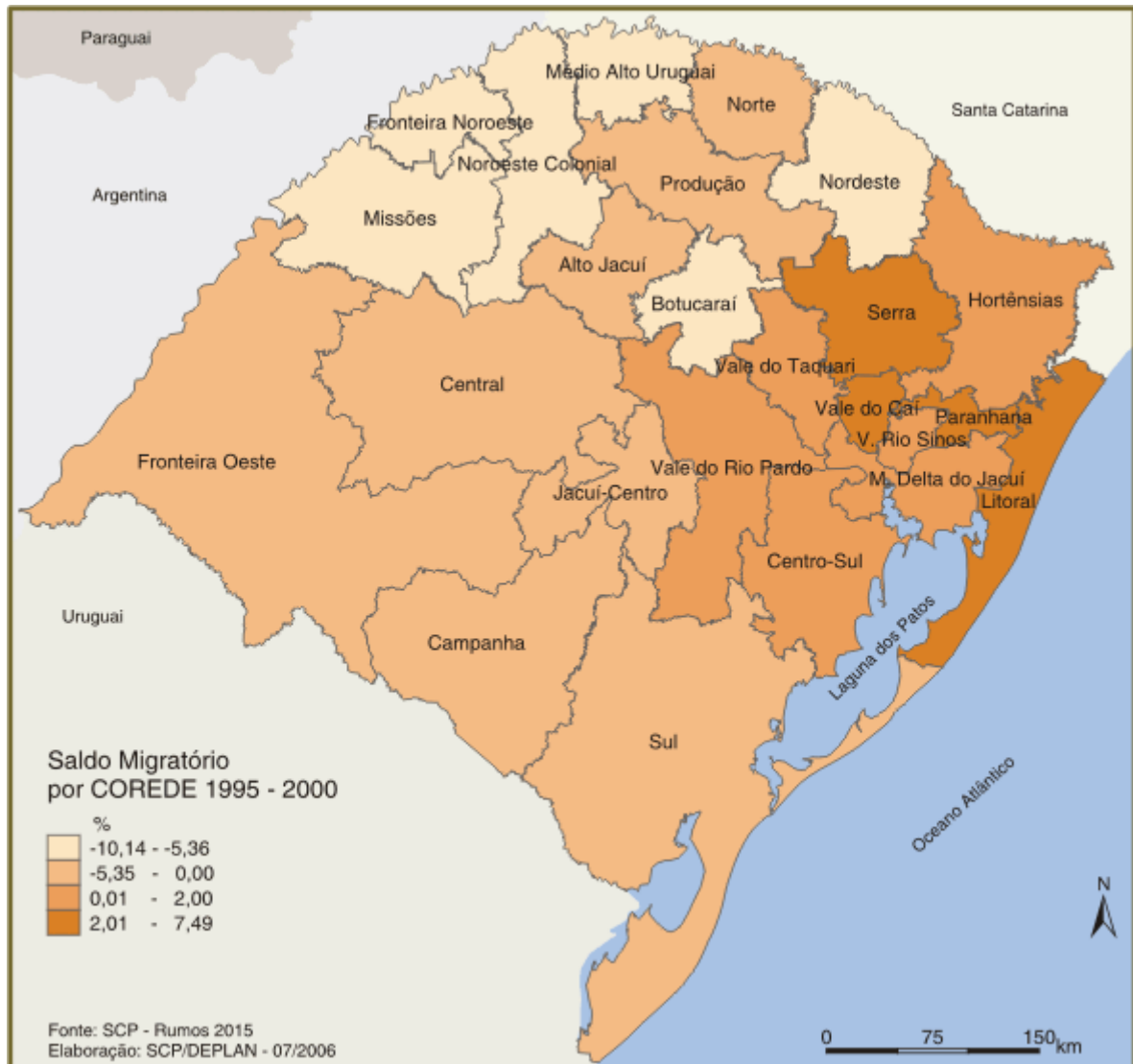
Fonte: IBGE, 2010. Dados agrupados pelo autor.

Na tabela 14, comprova-se que o crescimento em municípios não praianos do Litoral Norte, ocorreu naqueles de população urbana, com destaque para Capivari e Osório, cujo percentual de crescimento é, respectivamente 25,20% e 13,22%, considerados acima dos percentuais de crescimento do estado (4,97%) e do Brasil (12,36%).

Resumidamente, os quadros 7, 8, 9 e 10 demonstram que os municípios à beira mar foram de grande atratividade migratória, enquanto que os municípios não praianos urbanos foram de atratividade menor e os não praianos rurais sem atratividade, revelando-se em processo de urbanização ou expulsões, uma vez que a população diminuiu em quase todos eles. No caso dos municípios em estudo, Osório (não praiano urbano) atingiu percentual de crescimento de 13,22%, ultrapassando o percentual de crescimento do Brasil (12,36%) e bastante acima do estado (4,97%). Já o município de Capão da Canoa (praiano) apresentou elevação de 37,85% no total de sua população somente entre 2000 e 2010, obtendo crescimento praticamente três vezes maior que o crescimento do Brasil e oito vezes maior que o crescimento do RS em apenas 10 anos. Infelizmente, o IBGE não dispõe das taxas de fecundidade e natalidade por município, entretanto, não há percepção ou indício de que estas taxas na região estejam acima da média nacional e, assim, descartamos ser esta a razão pelo crescimento nas três décadas comparadas.

Para Jardim e Barcelos (2011) a migração é a razão do crescimento demográfico no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, destacando a expansão do comércio e da construção civil. Na figura 9, constata-se que, de fato, ocorreu um destacado saldo migratório no Litoral Norte:

**Figura 09 - Saldo migratório por região no RS- Migrações por Corede 1995 – 2000**



Fonte: Atlas Sócioeconômico do Rio Grande do Sul, FEE/RS (2000).

Dentre todos os Coredes do Estado, o Litoral Norte obteve o maior saldo migratório juntamente com a Serra, Vale do Caí e Paranhana. Este dado revela que, neste período, a região passou a ser atrativa, tornando-se um centro acolhedor de população. Neste contingente de pessoas, dificilmente não se contemplará várias faixas etárias, pois os respectivos fatores de atração atingem a coletividade, salvo razões muito específicas. Ainda assim, o migrante nem sempre vem sozinho, poderá vir acompanhado de filhos e de familiares de diferentes idades.

Para Lisboa (2008), as variações na participação etária em determinada população ocorrem principalmente em razão de processos migratórios que exercem maior influência nesta transição que a natalidade e mortalidade. Pelo estudo da redistribuição etária nos três últimos censos (1991, 2000 e 2010), podemos verificar que não há evidências de fatores de

fecundidade mais elevada nos municípios de Osório e Capão da Canoa, pois seu comportamento em relação ao aumento no número de crianças e adolescentes acompanham o Rio Grande do Sul e o Brasil.

**Tabela 15 - Distribuição etária da população brasileira em 1991, 2000 e 2010**

BRASIL						
Faixa Etária	1991	%	2000	%	2010	%
zero a 09 anos	33.941.273	23,12	32.918.055	19,39	28.765.533	15,08
10 a 19 anos	32.064.631	21,84	35.287.882	20,79	34.157.633	17,91
20 a 29 anos	26.202.956	17,85	29.991.180	17,67	34.349.606	18,01
30 a 39 anos	20.527.256	13,98	25.290.473	14,90	29.633.091	15,53
40 a 49 anos	13.959.402	9,51	19.268.235	11,35	24.842.716	13,02
50 a 59 anos	9.407.252	6,41	12.507.316	7,37	18.416.623	9,65
acima de 60 anos	10.722.705	7,30	14.511.453	8,55	20.590.597	10,79
Total	146.825.475	100	169.774.594	100	190.755.799	100
% Cresc. Pop. Total			15,63		12,36	

Fonte: IBGE, 2013. Dados agrupados pelo autor.

Na tabela 15, podemos observar que, no Brasil, a faixa etária de zero a 09 anos, que abrange as crianças, diminuiu desde 1991. A participação deste grupo no total da população brasileira cai de 23,12% em 1991 para 15,08% em 2010 e, em números absolutos, também sofre redução. Este dado já é considerado um reflexo da queda na fecundidade e natalidade abordadas no capítulo 2. Na faixa etária seguinte, de 10 a 19 anos, onde estão os adolescentes, verifica-se, ainda, a diminuição gradativa na participação deste grupo sobre o total populacional do país, mesmo com a elevação em números absolutos de 1991 para 2000. Em todas as demais faixas etárias, onde se concentra o maior percentual da força de trabalho, ocorreu exatamente o contrário, com a elevação absoluta e maior participação no total da população. O envelhecimento gradual da população também fica evidente, pois as faixas etárias de 40 a 49 anos, de 50 a 59, e acima de 60 anos, apresentam as maiores elevações no percentual de participação populacional.

Neste aspecto, é importante salientar que cada faixa etária em determinado período censitário, passará para a faixa etária posterior no período seguinte, influenciada pelos óbitos e migrações. Portanto, a título de exemplo, a população de 40 a 49 anos em 2000, estará na faixa de 50 a 59 anos em 2010, certamente diminuída pelos falecimentos neste mesmo período e somada pelo saldo migratório. Desta forma, a população na faixa etária acima de 60 anos, no período censitário seguinte se manterá neste grupo, engrossada pela população de 50 a 59 anos do período anterior. Estas gerações estão mais sujeitas a óbitos pelo ciclo natural de

vida das pessoas, fator que regula sua participação na estrutura etária da população. No caso brasileiro, vários demógrafos têm alertado para a diminuição no nível de reposição da população, já que a longevidade aumenta e os nascimentos diminuem. Embora este não seja precisamente o objeto de nosso estudo, os elementos da transição demográfica geraram desdobramentos que afetam as migrações.

No Rio Grande do Sul, a consonância de alguns fenômenos também é reproduzida:

**Tabela 16 - Distribuição etária da população do RS em 1991, 2000 e 2010**

RIO GRANDE DO SUL						
Faixa Etária	1991	%	2000	%	2010	%
zero a 09 anos	1.840.738	20,14	1.742.647	17,11	1.367.721	12,79
10 a 19 anos	1.710.133	18,71	1.878.518	18,44	1.737.520	16,25
20 a 29 anos	1.614.811	17,67	1.623.898	15,94	1.764.905	16,50
30 a 39 anos	1.437.494	15,73	1.598.306	15,69	1.553.410	14,53
40 a 49 anos	1.016.261	11,12	1.361.331	13,36	1.533.001	14,34
50 a 59 anos	703.931	7,70	917.608	9,01	1.277.775	11,95
acima de 60 anos	815.302	8,92	1.065.484	10,46	1.459.597	13,65
Total	9.138.670	100	10.187.792	100	10.693.929	100
% Cresc. Pop.			11,48		4,97	

Fonte: IBGE, 2013. Dados agrupados pelo autor.

Conforme já destacado, a população gaúcha cresceu menos em relação a outros estados. Este crescimento foi de 11,48 % de 1991 a 2000 e 4,97% de 2000 a 2010. Nos mesmos períodos, o Brasil cresceu 15,63 % e 12,36%, respectivamente. Assim como o Brasil, o Rio Grande do Sul também teve sua população de crianças reduzida desde 1991, passando de 20,14% para 12,79% da população total no estado. Enquanto no Brasil, o percentual de representação desta faixa etária diminuiu 8,04%, no estado esta redução foi de 7,35%. Da mesma forma, o Estado repete o envelhecimento da população ocorrido no Brasil, entretanto a participação da faixa etária acima de 65 anos, que em 1991 já era maior que no Brasil, aumentou ainda mais.

Em 1991 esta faixa representava 7,3% da população brasileira, passando a 8,55% em 2000 e 10,79 % em 2010. No Estado, era de 8,92% em 1991, passando a 10,46% em 2000 e 13,65% em 2010. Diferentemente do Brasil, a participação das faixas etárias de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos, tiveram uma leve redução. Apenas as faixas etárias de 40 a 49 anos, de 50 a 59 e acima de 65, aumentaram sua participação populacional. Para analisarmos a dinâmica

populacional do Litoral Norte, teremos de acompanhar os mesmos dados nos municípios de estudo:

**Tabela 17 - Distribuição etária da população de Osório em 1991, 2000 e 2010**

OSÓRIO						
Faixa Etária	1991	%	2000	%	2010	%
zero a 09 anos	7.639	20,73	6.317	17,48	5.370	13,13
10 a 19 anos	7.077	19,20	7.050	19,51	6.765	16,54
20 a 29 anos	6.503	17,64	5.626	15,57	6.925	16,93
30 a 39 anos	5.498	14,92	5.685	15,73	5.870	14,35
40 a 49 anos	4.139	11,23	4.741	13,12	5.850	14,30
50 a 59 anos	2.693	7,31	3.264	9,03	4.707	11,51
acima de 60 anos	3.308	8,98	3.448	9,54	5.419	13,25
<b>TOTAL</b>	<b>36.857</b>	<b>100</b>	<b>36.131</b>	<b>100,00</b>	<b>40.906</b>	<b>100,00</b>
% Cresc. Pop.			-1,97		13,22	

Fonte: IBGE, 2013. Dados agrupados pelo autor.

Primeiramente há que se reforçar que a diminuição de 1,97% demonstrada na população de Osório entre 1991 e 2000, ocorreu por conta das emancipações. O município apresentou uma queda de 7,60% na participação de zero a 09 anos sobre o total da população, entre 1991 e 2010. A transição foi de 20,73% para 13,13% e, a exemplo do Brasil e do Rio Grande do Sul, a redução ficou próxima de 8%. Portanto não há incidência de natalidade e fecundidade fora dos padrões estabelecidos no país e no estado.

Assim como no Rio Grande do Sul, e no Brasil, em Osório, a população também está envelhecendo. A participação das populações nas faixas a partir de 40 anos também cresceu, porém em Osório, o crescimento de pessoas acima de 60 anos foi um pouco maior. A elevação foi de 3,71 pontos percentuais de 2000 para 2010, enquanto no Rio Grande do Sul foi de 3,19 e no Brasil 2,24 pontos percentuais.

Em Capão da Canoa, parte desta transição se repete:

**Tabela 18 - Distribuição etária da população de Capão da Canoa em 1991, 2000 e 2010**

CAPÃO DA CANOA						
Faixa Etária	1991	%	2000	%	2010	%
zero a 09 anos	5.957	24,06	6.281	20,59	6.392	15,20
10 a 19 anos	4.952	20,00	6.259	20,52	7.779	18,50
20 a 29 anos	4.646	18,77	4.899	16,06	6.923	16,47
30 a 39 anos	3.899	15,75	4.786	15,69	6.112	14,54
40 a 49 anos	2.456	9,92	3.738	12,26	5.815	13,83
50 a 59 anos	1.381	5,58	2.341	7,68	4.544	10,81
acima de 60 anos	1.464	5,91	2.194	7,19	4.475	10,64
<b>TOTAL</b>	<b>24.755</b>	<b>100</b>	<b>30.498</b>	<b>100</b>	<b>42.040</b>	<b>100</b>
% Cresc. Pop. Total			23,20		37,85	

Fonte: IBGE, 2013. Dados agrupados pelo autor.

A população acima de 60 anos em Capão da Canoa, no ano de 2010 representou 10,64% do total do município. Embora esta faixa etária em Capão da Canoa tenha menor participação na sua estrutura etária comparada com o Brasil (10,79%), com o Rio Grande do Sul (13,65%) e com Osório (13,25%), cabe ressaltar que, em Capão da Canoa, esta faixa etária apresentou o maior salto de crescimento entre 1991 a 2010. Passou, desse modo, de 1.474 pessoas para 2.194 em 2000 (elevação de 48,84%) e 4.475 pessoas em 2010 (elevação de 103,97%).

Nos mesmos períodos, o Brasil apresentou elevação nesta faixa etária de 35,33% e 41,89%, o Rio Grande do Sul 30,68% e 36,98% e Osório 4,23% (com as emancipações) e 57,16%. Este dado é revelador, pois demonstra o quanto a população sexagenária aumentou no Litoral Norte, com intensidade em municípios praianos se estendendo a municípios vizinhos não praianos. A menor participação da faixa etária acima de 60 anos em Capão da Canoa, mesmo com o grande crescimento que sofreu, pode ser explicada justamente pelo fato da série histórica (1991) se iniciar com a maior participação de crianças (zero a 09 anos) que foi de 24,06 %.

Este comportamento pode ser verificado também na distribuição etária do Brasil que, tal qual Capão da Canoa, em 2010, ainda conta com mais crianças e adolescentes que sexagenários. No Rio Grande do Sul e em Osório, ocorre o contrário: a faixa de zero a 09 chega em 2010, com menor representatividade que a faixa acima de 60 anos. Em relação à fecundidade e à natalidade, a participação da faixa de zero a 09 anos diminuiu de 24,06% (1991) para 15,20% (2010), resultando 8,86 pontos percentuais de redução, aproximadamente o mesmo comportamento no Brasil e no Rio Grande do Sul, como já havíamos verificado em Osório.

A tabela 19 demonstra a evolução da população acima de 65 anos na região, apontada nos últimos censos.

**Tabela 19 - População acima de 65 anos no Litoral Norte do RS em 1991, 2000 e 2010**

MUNICÍPIO	1991	2000	VARIAÇÃO	2010	VARIAÇÃO
Arroio do Sal	174	411	136%	903	120%
*Balneário Pinhal		524		1.291	146%
Capão da Canoa	909	1.460	61%	2.861	96%
*Capivari do Sul		172		285	66%
*Caraá		733		1.053	44%
Cidreira	450	707	57%	1.568	122%
*D. Pedro de Alcântara		229		329	44%
Imbé	283	793	180%	1.818	129%
*Itati	-	-		336	
*Mampituba		222		249	12%
*Maquiné		680		815	20%
*Morrinhos do Sul		264		370	40%
Mostardas	586	972	66%	1.271	31%
Osório	2.206	2.337	6%	3.582	53%
Palmares	564	806	43%	1.239	54%
Terra de Areia	709	982	39%	951	-3%
Torres	1.911	1.762	-8%	3.116	77%
Tramandaí	850	1.816	114%	3.741	106%
Três Cachoeiras	393	651	66%	954	47%
*Três Forquilhas		279		358	28%
*Xangri-lá		367		851	132%
TOTAL	9.035	16.167	79%	27.941	73%
Rio Grande do Sul	470.384	733.087	56%	994.613	36%
Brasil	7.052.068	9.935.100	41%	14.081.480	42%

Fonte: IBGE, 2013.

\*Municípios ainda não emancipados no período censitário, conforme nota de rodapé da tabela 4. Acesso em: 18 jan. 2013.

No ano de 2000, o número de idosos (acima de 65 anos) no Estado era de 733.087 habitantes, passando em 2010 para 994.613 (IBGE, 2013), cujo percentual de crescimento foi de 36%, ficando bem abaixo dos 73% de crescimento de idosos no Litoral Norte, para o mesmo período. De 1991 a 2000, o crescimento de idosos já se iniciara na região quando o Litoral apresentou 79% de elevação enquanto o Estado obteve 56% e o país 41%.

É evidente o crescimento na população de idosos entre 1991 e 2010, cujo aumento foi de 209%. Novamente, destacam-se os municípios praianos como os únicos que tiveram

crescimento acima de 100% entre o período censitário de 2000 a 2010. As oito maiores elevações no mesmo período ocorrem exatamente nestes oito municípios. Ao separarmos os municípios praianos dos não praianos, tal constatação é ainda mais clara:

**Tabela 20 - População acima de 65 anos nos municípios praianos e não praianos em 1991, 2000 e 2010:**

<b>Corte</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
Praianos	4.577	7.840	71%	16.149	106 %
Não Praianos	4.458	8.327	87%	11.792	42%
Litoral Norte	9.035	16.167	79%	27.941	73%
RS	470.384	733.087	56%	994.613	36%
Brasil	7.052.068	9.935.100	41%	14.081.480	42%

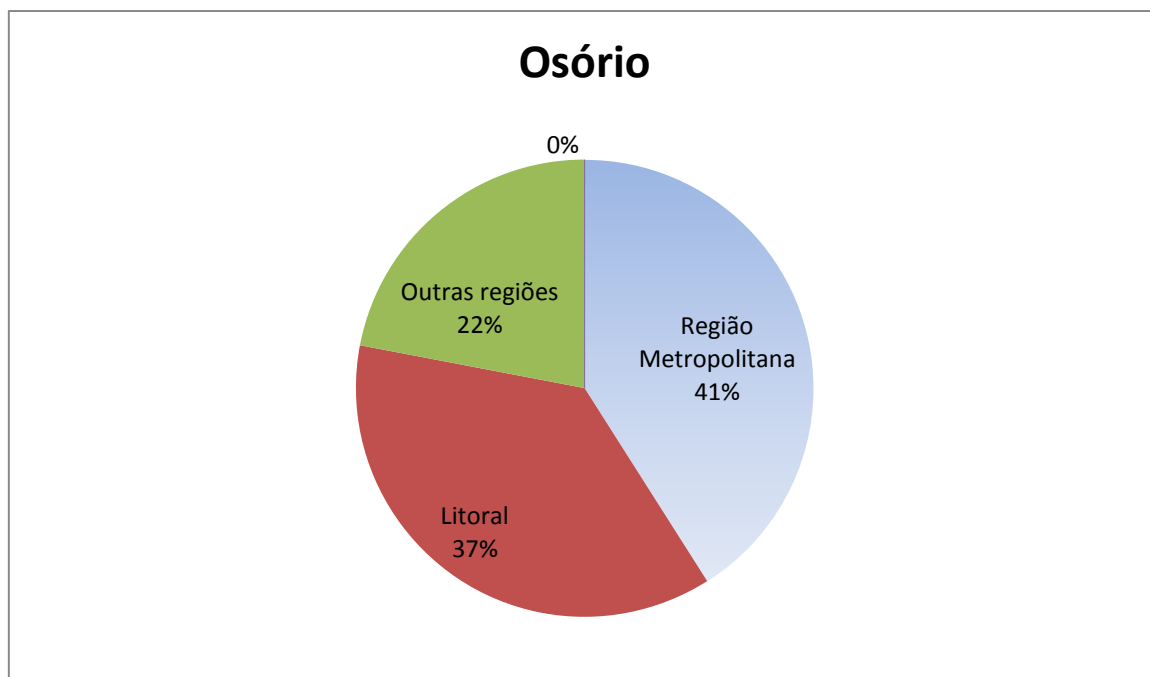
Fonte: IBGE, 2013. Pirâmide Etária. SIDRA, 2013. Dados agrupados pelo autor.

O aumento na população acima de 65 anos nos municípios não praianos de 2000 a 2010 foi de 42%, pouco acima dos 36% de aumento no Estado. Para os municípios praianos, este aumento foi de 106% enquanto no Brasil foi de 42%. O movimento de idosos para as praias, que se iniciara entre 1991 e 2000, com 71% de crescimento nesta população, intensificou-se na década seguinte. Analisados os períodos censitários, esta realidade fica ainda mais evidente uma vez que nestas três décadas comparadas (1991 a 2010) o aumento de idosos no RS foi de 111%, enquanto nos municípios não praianos do Litoral Norte foi de 164%. Nos municípios praianos o percentual foi de 252%, mais que o dobro do Estado e duas vezes e meia maior que o do Brasil, onde atingiu-se 100% de crescimento de idosos de 1991 a 2010.

Em relação à origem dos migrantes, novamente constata-se uma diferença quanto às políticas de atração de Osório e Capão da Canoa. Os gráficos abaixo foram obtidos junto à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e tem como critério, considerar as pessoas que migraram para o município nos últimos cinco anos:



Gráfico 1 - Origem das migrações para Osório



Fonte: PNAD, 2013.

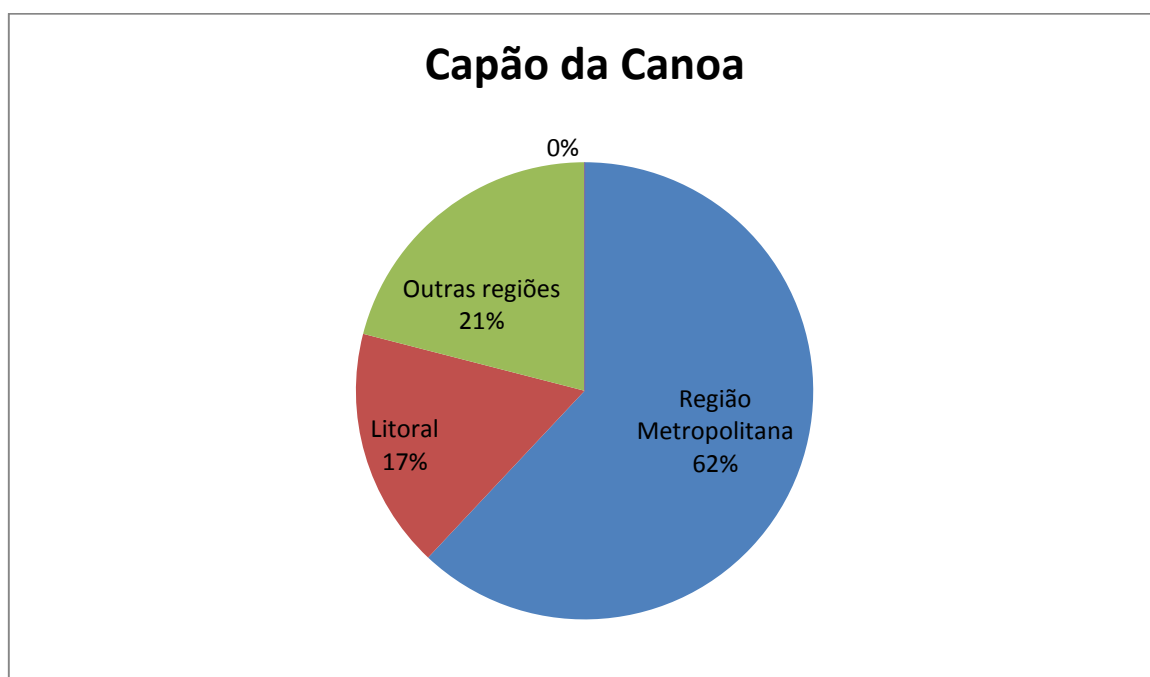
Em Osório, a maior parte dos migrantes veio da Região Metropolitana que demandou 41% deste contingente. Outros 37% são decorrentes da própria região, demonstrando que a migração intra-regional não é a que mais ocorre. Logo abaixo, com 22%, aparecem migrantes das demais regiões. Portanto, 63% dos novos moradores de Osório, nos últimos cinco anos, não são da região.

Enquanto praia, Capão da Canoa apresentou uma característica interessante em relação às migrações. O Litoral foi a região que menos encaminhou migrantes ao município, totalizando apenas 17%. A região metropolitana se encarregou da liderança com contribuição de 62% cabendo às demais regiões a segunda participação neste processo, perfazendo 21% do total dos migrantes. Ao constatar que 83% dos novos moradores de Capão da Canoa, nos últimos cinco anos, não são da região, não há como não alertar para os riscos à territorialidade e ao desenvolvimento regional.

A influência dos fatores externos no território e a provável distorção nos valores identitários no futuro merece uma reflexão. É natural que uma região com milhões de habitantes tenha maior densidade sobre as migrações nas demais; entretanto, dois aspectos merecem destaque: primeiramente, cabe ressaltar que Capão da Canoa está mais distante da região metropolitana em relação a Osório, mas, ainda assim, recebe mais migrantes vindos de lá. Em números absolutos, este contingente foi quase o triplo, uma vez que foram 3.268

migrantes da Região Metropolitana deslocados para Capão da Canoa<sup>7</sup>, enquanto que para Osório, este grupo foi de 1.204 pessoas. Mais um indício de que a praia está sendo mais atrativa. O segundo aspecto refere-se à quantidade de municípios de outras regiões que forneceram migrantes para Capão da Canoa. Foi 43% maior que o número de municípios que demandaram pessoas para Osório. Esta variedade demonstra, também, que a sazonalidade, possivelmente, esteja interferindo a favor dos municípios praianos, de modo que as pessoas vindas de todas as regiões do estado gozam de férias à beira mar. O clima e o aproveitamento da residência para veraneio também incentivam este comportamento.

**Gráfico 2 - Origem das migrações para Capão da Canoa**



Fonte: PNAD, 2013. Acesso em: 16 abr. 2013.

Ao aplicar os questionários, (apresentados no capítulo 4), verificamos que esta distribuição quanto à origem dos migrantes, em Osório, não se confirmou. Temos de considerar que a PNAD reúne somente pessoas que mudaram para o local entre 2005 e 2010, enquanto que os questionários foram aplicados em pessoas que migraram para Osório e Capão da Canoa entre 1994 a 2013.

<sup>7</sup> Dados extraídos da PNAD, 2010. Acesso em: 16 abr. 2013.

**Tabela 21 - Tempo de residência dos migrantes em Osório e Capão da Canoa - 2013**

Município	Há menos de 5 anos	De 5 a 10 anos	Há mais de 10 anos
Osório	41%	33%	26%
Capão da Canoa	28%	40%	32%

Fonte: Questionários aplicados em 2013.

Muitos nesta amostragem migraram para Osório bem antes da vinda dos Parques Eólicos em 2005 (26%) quando a visibilidade, a autoestima, a arrecadação e a estrutura do município eram diferentes da realidade atual.

Em Osório, predominou com 49% a migração intra-regional, seguida de outras regiões com 32% e, por último, a RMPA (Região Metropolitana de Porto Alegre) com apenas 19%. Em Capão da Canoa, o resultado convergiu com a PNAD, apenas os percentuais sofreram pequenas alterações. A RMPA predominou com 52% dos migrantes, depois outras regiões com 27% e, logo após, o Litoral com apenas 21%.

#### **4 FATORES DE ATRAÇÃO POPULACIONAL NOS MUNICÍPIOS DE OSÓRIO E CAPÃO DA CANOA**

O crescimento populacional no Litoral Norte do Rio Grande do Sul tem chamado atenção não apenas pela elevação acima da média nacional e estadual, mas também pelas características com que este fenômeno vem ocorrendo. Embora a pesquisa sobre migrações não seja recente, há pouco material disponível sobre fatores de atração. Oliveira e Jannuzzi (2005) alertam para a preocupação tardia sobre o tema ao mencionarem que, somente em 2001, a PNAD passou a abordar o assunto. Para os autores, a busca por trabalho, por melhor renda e por serviços sociais seriam os principais motivadores para a migração. Este dado se confirmou no Litoral Norte, ficando ainda mais evidente a diferença de fatores nos municípios praianos e não-praianos. Assim como o crescimento de ambos não ocorre na mesma escala: a atratividade, o ordenamento e as políticas de desenvolvimento são diferentes entre um e o outro.

Os respondentes e os entrevistados manifestaram esta realidade, na qual o mar para os praianos tem uma grande influência. Ao solicitar uma nota de 1 a 5 para o grau de importância “para que você tomasse a decisão de vir morar neste município”, entre 12 alternativas, o “mar para veranejar” foi a alternativa que mais recebeu nota máxima em Capão da Canoa (31%), enquanto que, em Osório, esta alternativa foi quem recebeu a maior incidência de nota mínima (56%). Para estes, “trabalho e emprego” recebeu 49% de nota máxima, seguido pela opção “aproximação da família” (33%).

Questionados sobre os pontos positivos da cidade, 82% dos respondentes de Capão da Canoa assinalaram “a proximidade do mar”, enquanto em Osório, apenas 4% elegeram este aspecto como ponto positivo da cidade. Estas duas questões demonstram que, no município de Osório, a proximidade com o mar não é um fator de atração, pois os migrantes que tem o mar como principal estímulo, optam por municípios balneários. Os entrevistados, tais quais os respondentes dos questionários firmaram a mesma posição. Todos os representantes de imobiliárias (entrevistados 06, 07, 15 e 16) afirmaram que o mar faz muita diferença nas migrações de Osório e Capão da Canoa.

[...] ah, com certeza. Tem muita gente que vem pra cá (Capão da Canoa) porque quer morar na praia, principalmente aposentado. [...] Entrevistado nº 16 (representante do ramo imobiliário de Capão da Canoa)

Para o entrevistado nº 10, ex-prefeito de Capão da Canoa, é o mar quem traz as pessoas no verão, que posteriormente acabam se mudando. É ele quem oferece uma condição de aquecimento sazonal da economia, valorizando ainda mais os novos produtos diferenciados da construção civil, fazendo com que os condomínios horizontais fechados prosperem nas praias com tanta intensidade. O entrevistado nº 17, representante do comércio em Capão da Canoa, cita os investimentos em marketing como um fator importante nas migrações e afirma que grandes eventos com ampla repercussão estadual e nacional, tais como *Garota Verão e Planeta Atlântida*, fortalecem a imagem de Capão da Canoa e “só ocorrem aqui (Capão da Canoa e Atlântida) devido à praia e à estrutura que apresentam”.

Para a pergunta de nº 11 do questionário “Por que você mudou de residência”, as respostas fortalecem a diferenciação entre municípios praianos e não praianos.

**Tabela 22 - Motivos para mudança de residência em Osório e Capão da Canoa - 2013**

Alternativas	Osório	Capão da Canoa
Transferido	3,6%	0,9%
Novo emprego	34,9%	47,3%
Para estudar	4,8%	2,7%
Qualidade de vida	12%	25%
Ficar junto da família	37,3%	19,6%
Problema de saúde	2,4%	1,8%
Outro	5%	2,7%

Fonte: Questionários aplicados em 2013.

A tabela 22 revela que, em Capão da Canoa, o principal fator de atração foi a geração de emprego, com 47,3%, enquanto que, em Osório, foi o desejo de ficar junto à família (37,3%). Ainda assim, a empregabilidade destacou-se em segundo lugar, com percentual de 34,9% seguido pela “qualidade de vida”, com 12%. Em Capão da Canoa, este último ficou na segunda colocação com 25%, mais que o dobro de Osório. “Ficar junto da família” em Capão da Canoa, foi o terceiro colocado (19,6%), obtendo a metade do percentual de Osório. Embora houvesse uma alternância nos motivos para mudança de residência, em ambos os municípios, a empregabilidade, a qualidade de vida e a influência da família, foram as principais razões para as migrações ocorrerem. Entretanto, estas motivações não determinaram necessariamente, em qual cidade o migrante escolheria viver, apenas a que deveria mudar-se, pois esta escolha está centrada no perfil do migrante.

Mata, Oliveira, Pin e Rezende (2007, p. 505) definem que os migrantes qualificados são atraídos por “dinamismo do mercado de trabalho, menor desigualdade social, menor nível de violência, proximidade ao litoral e invernos e verões menos rigorosos”. Para o migrante com qualificação profissional limitada, cujo mercado de trabalho normalmente reserva menores remunerações, o fator custo também define a cidade onde vai morar. Normalmente, este indivíduo limita-se a evitar deslocamentos que incorram gastos com transporte, optando, assim, por moradia compartilhada com parentes ou amigos (Entrevistados nº 04, representante da construção civil em Osório, 11, prefeito atual de Capão da Canoa, 12 e 14, representantes da construção civil em Capão da Canoa e 17, representante do comércio em Capão da Canoa). Este segundo aspecto também foi apontado por alguns dos respondentes em ambos os municípios. Se a empregabilidade fosse considerada o principal fator de atração, o baixo custo de vida também teria sua influência.

A pergunta nº 12 “Por que você escolheu este município para morar” complementa a pergunta anterior. Em Osório, 49% dos respondentes afirmaram ter sido pela “maior oferta de trabalho”. Na sequência, 24% apontaram que “a família já vivia aqui” e 19,7% porque “a cidade é boa”. As demais opções ficaram todas abaixo de 5%. Em Capão da Canoa, 38% dos respondentes escolheram o município porque “a cidade é boa”, enquanto que 26,3% fixaram-se lá pela “maior oferta de trabalho” e 18,9% devido ao fato de que “a família já vivia aqui”. Novamente, as três opções mais apontadas se repetem com alternância entre um município e outro. Em Capão da Canoa, a única opção que não recebeu nenhuma indicação foi “proximidade do local de origem”, demonstrando que as migrações neste município não estão associadas a fatores identitários.

Conforme apontado no capítulo 2, este dado é previsível e, ao mesmo tempo preocupante, pois tende a comprometer as territorialidades e o desenvolvimento regional. Strohaecker (2007), relata a dificuldade em manter a identidade e autenticidade em regiões litorâneas com forte incremento migratório de pessoas vindas de várias regiões e cidades. Em Osório, a ausência de apontamento nas opções “devido ao mar” e “pela agitação do verão” é mais um indicativo de que o mar atrai pessoas somente para as praias e que a sazonalidade da região não afeta as migrações para este município não praiano. Estas duas opções foram as únicas que não receberam indicações pelos respondentes.

#### 4.1 Migração de idosos e qualidade de vida

Os entrevistados revelaram uma percepção de que, nos últimos anos, o Litoral Norte do RS vem atraindo um grande contingente de aposentados, que buscam, entre outros aspectos, qualidade de vida em cidades mais seguras com boa trafegabilidade, segurança e infraestrutura. Campos, Barbieri e Carvalho (2008) identificam a ausência de trabalhos em pesquisa e em publicações sobre migração de idosos no Brasil, onde poderia haver maiores fundamentações. Para eles, um dos aspectos pertinente à migração de idosos está associado à idade, de modo que, quanto mais avançada, menor será a distância dos deslocamentos. Neste sentido, as praias no RS, com seus acessos facilitados e próximos da capital, estariam influenciando a dispersão de aposentados para a região. Esta percepção foi apontada por Jardim e Barcelos (2011, p. 335), ao mencionar que a Aglomeração Urbana Litoral Norte possui uma forte contribuição pela migração de aposentados:

[...] As distribuições etárias das Aglomerações do Sul e do Litoral Norte expõem características um pouco distintas. A primeira tem proporções elevadas nas faixas entre 10 e 29 anos, semelhante a do RS, e na segunda há uma relativa concentração em faixa bem jovem, evidenciando a mais alta fecundidade da região das últimas décadas, juntamente com proporções mais altas nos intervalos entre 55 e 69 anos. O índice de idosos, nesse último caso, reflete, talvez, um fato que vem se evidenciando nas últimas décadas, que é a expansão da residência de aposentados, principalmente os mais jovens, nos municípios do Litoral Norte do Estado [...].

Martine (1992) também manifesta esta tendência como reflexo no crescente movimento de idosos e de aposentados para municípios balneários em busca de qualidade de vida. Accurso (2002, p. 07) destaca o expressivo crescimento de faixa etária avançada no Litoral Norte:

[...] Vale salientar que o crescimento populacional do Litoral Norte ocorreu em todas as faixas etárias, mas principalmente nas faixas de 30 a 34 anos e de 55 a 59 anos, o que pode estar revelando uma migração populacional em busca de novas oportunidades de sustento para a primeira faixa e uma atração por uma melhor condição de vida a outra, possivelmente pela migração de aposentados. [...]

Este comportamento foi mencionado de forma unânime nas entrevistas. Para o entrevistado nº 10, ex-prefeito de Capão da Canoa, “o aposentado é o grande negócio de Capão da Canoa”:

[...] Tem que investir no aposentado, melhorar a cidade, tornar a praia agradável, onde ele se sinta bem. Quando eu era prefeito eu disse que o aposentado era o grande negócio de Capão da Canoa [...] Entrevistado nº 10 (ex-prefeito de Capão da Canoa)

Os respondentes do questionário indicaram que, em Capão da Canoa, 11% deles eram aposentados, enquanto que, em Osório, este grupo correspondeu a 10%.

**Tabela 23 - Ocupação dos migrantes em Osório e Capão da Canoa - 2013**

Ocupação	Osório	Capão da Canoa
Desempregado	10 %	7 %
Aposentado	10 %	11 %
Servidor Público	4 %	6 %
Profissional Liberal	7 %	5 %
Trabalhador do Comércio	26 %	46 %
Empresário	2 %	7 %
Trabalhador da Construção Civil	7 %	1 %
Estudante	3 %	3 %
Trabalhador da Indústria	1 %	0
Prestador de Serviço Autônomo	24 %	17 %
Professor do Ensino Privado	5 %	2 %
Outros	1 %	2 %

Fonte: Questionários aplicados em 2013.

Dentre todas as ocupações, as duas com maior representação, respectivamente “trabalhador do comércio” e “prestador de serviço autônomo”, estão sujeitas a todas as faixas etárias habilitadas para o trabalho, diferentemente dos aposentados, cuja faixa etária tende a abranger apenas a população nas faixas de idade mais altas. Conseqüentemente, podemos considerar que 10 e 11% de aposentados entre os respondentes são percentuais que demonstram a importante participação deste grupo tanto em Osório, quanto em Capão da Canoa.

Ao responderem por que escolheram esta cidade para morar, em ambos os municípios, a resposta foi de que “a cidade é boa”. A segunda opção mais escolhida foi “a família já vivia aqui”. Ao cruzarmos se já conheciam o município e como conheciam, todos os migrantes aposentados de Capão da Canoa conheciam o município, enquanto, em Osório, este percentual não atingiu a totalidade, ficando em 87%. Em Osório, predominou que estes aposentados conheciam o município como trabalhadores e, em Capão da Canoa, predominou que conheciam como veranistas. Este último dado vem confirmar o relato dos entrevistados no qual o mar, oportunamente em função do verão, é um fator diferencial nos municípios



praianos, pois potencializa outras motivações. Para o prefeito atual de Osório, “há casos em que o sujeito é transferido para Osório, mas compra uma casa em Capão da Canoa simplesmente por que ele quer morar na praia”. Ao escolher uma cidade mais tranquila e agradável para viver, as praias têm preferência sobre outras cidades, pois o aposentado pensa também nos filhos e nos netos.

[...] Porque que o cara vai querer ir pra Maquiné ou pra Terra de Areia? Ele pode até não gostar de praia mas os filhos e os netos gostam, né! Vai se enfiar no mato só porque é calmo? Claro que não. [...] Entrevistado nº 12 (representante da construção civil em Capão da Canoa)

[...] Se tu tá aposentado tu quer o quê? Tu quer andar na praia, quer dar uma pescadinha, uma caminhadinha, um churrasco com os filhos. [...]. Entrevistado nº 09 (representante do comércio em Osório)

Neste caso, o fator de atração seria a qualidade de vida, pois as pessoas estariam fugindo da vida estressante das grandes cidades. Osório e Capão da Canoa seriam escolhidos como lugares para morar por conta da proximidade da capital, facilidade de acesso e, principalmente, por contarem com melhor estrutura de serviços, principalmente médicos, laboratórios, clínicas e hospital, além do baixo custo de vida e baixa criminalidade - típica das cidades interioranas. Segundo Muniz (2012, p. 09):

[...] o processo de conturbação e os efeitos do transbordamento, possibilitaram que o interior se beneficiasse de bens e serviços que antes eram produzidos apenas nos grandes centros. Além disso, os baixos níveis de violência e poluição, os baixos aluguéis e o custo de vida reduzido contribuíram para tornar o interior uma opção mais atrativa para viver. [...]

O entrevistado nº 09, representante do comércio de Osório, aponta que os aposentados de hoje possuem mais vitalidade que os aposentados “de antigamente”. Os avanços da medicina, tanto curativa quanto preventiva, na área da geriatria são fatores que contribuíram para o aumento da expectativa de vida, indicando, preliminarmente, que as pessoas, de fato, chegam à aposentadoria com mais disposição que em épocas passadas. Entretanto, esta hipótese é ainda bastante relativa para que se possa afirmar que seria uma das razões para o aumento populacional de idosos no Litoral. Há de se considerar uma mudança de cultura estimulada pelos profissionais da saúde, incentivando que a velhice saudável e feliz provém da iniciativa e da postura do idoso em retratá-la bem.

Em recente edição do jornal gaúcho Zero Hora (edição de 1º/06/2013), esta questão foi matéria de capa dominical. Segundo o jornal, os “gerontolescentes”, gozam de melhor saúde e disposição, estão inseridos na modernidade das redes sociais, passaram a se organizar

financeiramente para a terceira idade e não se resignam a conhecer novas pessoas e alimentar amizades. Mais uma vez, não há subsídio nesta pesquisa para afirmar que este perfil de aposentado esteja migrando para o Litoral, sendo que uma das dificuldades é fazer com que este aposentado seja submetido ao questionário, uma vez que seus hábitos são mais reservados e a própria moradia destes apresenta restrições de acesso. Entretanto, podemos afirmar que estas campanhas certamente incentivam os idosos a buscarem uma vida mais prazerosa, podendo, inclusive, levá-los a migrar para outros locais.

Enquanto no interior o número de idosos imigrantes aumentou, nas grandes cidades, foi o número de idosos emigrantes que predominou (CAMPOS, BARBIERI E CARVALHO, 2008). Neste deslocamento, a condição financeira do idoso desempenha um diferencial em relação ao perfil. Para aqueles com condições mais privilegiadas, a procura é por um lugar mais qualificado, dentro do seu padrão de vida e de consumo. Para aquele idoso de classe média baixa, a migração busca qualidade com maior renda e menor custo de vida.

Em outro artigo, Campos, Barbieri e Carvalho (2007) acrescentam que após a aposentadoria, existe a possibilidade de aumento na renda mensal através do exercício de uma nova atividade em outra cidade. A possibilidade de ganho real se somaria a busca de melhor qualidade de vida, estimulando, ainda, mais a migração do aposentado:

[...] este benefício (aposentadoria) pode liberar o indivíduo da necessidade de residir em uma localidade, pois a quebra do vínculo com o local de trabalho, além de possibilitar ganhos adicionais de renda é, por isto, melhor posição quanto à escolha residencial. Logo, o fato de se aposentar pode funcionar como um estímulo à migração. Além disto, a migração pós-aposentadoria pode ser atrativa para aqueles que buscam redução do custo de vida, reunião familiar e moradia em locais que apresentam certas amenidades. [...] (CAMPOS; BARBIERI; CARVALHO, 2007, p. 07).

A expansão das atividades econômicas no Litoral Norte do RS são atrativas e oportunas a um grande contingente de trabalhadores. Aposentados que gozem de boa saúde, aproveitariam sua vitalidade e disponibilidade propondo-se a mudar de cidade, acrescentando ao benefício da aposentadoria, um plus a sua renda. Esta nova propositura também foi retratada recentemente em matéria no Jornal Correio do Povo, no caderno Plano de Carreira do dia 1º/7/2013.

A transição demográfica, especialmente na primeira década do século XXI apresentou uma diminuição, tanto em termos relativos, quanto absolutos, da população de idosos mais pobres (BRITO, 2008, p. 13). Um dos prováveis fatores que movem esta mudança de perfil, segundo Brito, é a política de transferência de renda, como a Aposentadoria Rural e o Benefício de Prestação Continuada.

Com o aumento no número de idosos, somado à melhoria na condição de renda destes, sua participação na sociedade e na economia gerando demandas e serviços, passa a ser maior. Outro aspecto que deve ser considerado é o avanço socioeconômico que atravessa o país há mais de uma década, tornando o Brasil uma das quatro economias mais emergentes do mundo juntamente com Índia Rússia e China. O número crescente de brasileiros da classe “D” ingressando na classe “C”, indica uma melhoria de renda na população, subindo, também, o padrão de consumo. Neste grupo ascendente, aparecem idosos e aposentados que complementam renda com outra atividade pós- aposentadoria.

Figura 10 - Reportagem do jornal Correio do Povo

**Carreira**

## Aposentado, mas na ativa

Conforme o MTE, pessoas com mais de 65 anos de idade continuam trabalhando

■ WAGNER MACHADO

O perfil do brasileiro que se aposenta e busca descansar vem reduzindo, ao menos, nas grandes cidades. O novo retrato daqueles que estão próximos da terceira idade é comprovado por pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que traz à tona o fato dos setores público e privado terem contratado 320 mil trabalhadores com mais de 65 anos em vagas formais em 2012, estimativa 7,08% superior do que no ano anterior.

A pesquisadora do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Ana Amélia Camarano, que participou do estudo “Envelhecimento populacional, perda de capacidade laborativa e políticas públicas”, sustenta que, em 2010, o grupo acima dos 60 anos era formado por 20,6 milhões de pessoas e, em 2040, chegará a 57 milhões. Diante desse panorama, ela acredita que a volta de trabalhadores aposentados ao mercado de trabalho é um fenômeno recente no Brasil e tem relação direta às melhorias nas condições de saúde da população. “Os 70 anos de hoje equivalem aos 50 de décadas atrás. Aliado a isso, as pessoas que possuem escolaridade mais baixa precisam complementar a renda e as que têm maior nível escolar, em sua maioria, possuem lugar no mercado. Sem falar no fator experiência, que é conquistada com a idade”, avalia.

O profissional que trabalha no setor privado tem direito de se aposentar após 35 anos de contribuição, se for homem, ou 30 anos, no caso da mulher. O benefício celetista também é concedido em relação à idade: ao atingir 65 anos (homens) e 60 (mulheres) – combinado a uma contribuição mínima de 15 anos. Já para os servidores públicos, existe uma idade mínima de 55 anos para mulheres e de 60 para homens, mas com 30 e 35 anos de tempo de contribuição, respectivamente, além da aposentadoria compulsória aos 70 anos para os que estão sob regime estatutário.

**Descanso adiado por amor**

O desejo de descansar, após quatro décadas dedicadas ao ofício, ainda está distante para o Técnico em Segurança do Trabalho Eduardo Rodrigues, de 58 anos. Morador de Sapucaia do Sul, aposentado, de forma proporcional, ela trabalha há 16 anos supervisionando as atividades dos colaboradores de uma concessionária de estradas entre Osório, Porto Alegre e Guaíba. “Eu sonhava em viajar com minha família, conhecer o Brasil, não me imaginava trabalhando depois do benefício. Mas é preciso para complementar a renda”, diz.

Sem previsão para poder dormir até tarde e aproveitar mais a vida, Rodrigues conta que trabalha por necessidade, do contrário já estaria morando no Litoral. Ainda assim, ele se diz feliz por fazer o que gosta. “Me aposentei na época que ia mudar a lei. Me antecipei para não ser prejudicado”, observa, ao comentar que já não dispõe da mesma saúde do passado e que atualmente ganha menos do que na antiga empresa.

Apesar de ainda estar trabalhando, Eduardo Rodrigues se sente feliz

Fonte: Correio do Povo. Caderno Plano de Carreira edição do dia 1º/7/2013

Há, ainda, um outro fator relevante na migração de aposentados. Os dados do IBGE, confirma que, não apenas do Rio Grande do Sul mas também no Paraná e Santa Catarina, o Litoral é a região com maior número de domicílios para segunda residência. Aqueles que já têm um imóvel na praia e passam a ter liberdade em decorrência da aposentadoria, quando inclinados a mudar para um local melhor, optam pelo lugar onde já possuem residência. Em Capão da Canoa, 76% dos aposentados migrados já tinham casa no município, enquanto que em Osório, o percentual era de apenas 16% (Questionário, 2013).

Reforça-se, também, a tese de que, uma vez já possuir uma casa na praia, este aposentado tem um estímulo a fazer desta, seu novo endereço definitivo, principalmente se este considera a cidade agradável e boa de viver, como também apareceu nas respostas do questionário. É o que relatam alguns dos entrevistados:

[...] o cara só não vem pra cá antes porque tá trabalhando. No que se aposenta, fica fácil, já tem a casa aqui, não vai precisar comprar, gastar. Vem mesmo, a cidade tá bacana, ajeitadinha [...]. Entrevistado nº 12 (representante da construção civil em Capão da Canoa).

Para os idosos, o fator de atração é a qualidade de vida, no qual alguns elementos se somam incentivando-os a promover a mudança de lugar para morar. Observamos, através dos questionários, que tanto em Osório, quanto em Capão da Canoa, os aspectos que os aposentados mais levaram em conta quando consideraram a mudança de cidade, foi primeiro a “segurança”, apontado por 100% dos aposentados de Osório e Capão da Canoa. Em segundo, empataram “transito sem congestionamento” e “natureza e meio ambiente”. As praias passaram a oferecer melhor estrutura, principalmente em relação à saúde, embora ainda tivessem necessidade de muitos avanços em consonância com a realidade brasileira. Neste aspecto, Capão da Canoa torna-se um município acolhedor de população idosa. O entrevistado nº 05 destaca o investimento de um dos maiores grupos hospitalares do Estado em Capão da Canoa, “já pensando neste público que aumenta no município”.

O crescimento ocorrido em Osório e que não se reproduziu nos municípios não praianos foi característico deste mesmo aspecto estrutural. O orçamento municipal de Osório demonstra que, na década de 2000 a 2010, houve um salto na arrecadação, possibilitando investimentos em praças, postos de saúde, hospital, cultura, educação, esporte e turismo. Os entrevistados nº 01 e 02, ex-prefeitos de Osório, 03, prefeito atual de Osório, 04 e 05, representantes da construção civil em Osório e 08, representante do comércio em Osório, citaram as obras no Hospital São Vicente de Paulo, em Osório, cuja conclusão está prevista para 2014, como um dos principais investimentos na região e que darão, ainda, mais destaque ao município, tornando-o mais atrativo.

Outro fator importante no fluxo dos aposentados é o retorno ao lugar de origem, resgatando o convívio familiar e os laços identitários (Campos, 2012). Para muitos aposentados, a desvinculação com o trabalho é a condição que este precisa para voltar a cidade de origem e construir uma nova vida. Este fator também foi revelado por alguns entrevistados principalmente do ramo imobiliário.

[...] também tem um monte de gente, tudo conhecido nosso que estão alugando e comprando casa comigo, voltando embora pra Osório pra ficar junto da família. E é um monte [...] Entrevistado nº 06.

Esta última, chamada de migração de retorno, ocorre em qualquer faixa etária, podendo atingir qualquer trabalhador em qualquer estágio da sua vida. Para o aposentado, este tipo de migração é bastante comum quando as condições de saúde requerem atenção de um cuidador. Segundo Campos (2012) em países cujo processo de envelhecimento da população ocorreu há bem mais tempo, esta prática é bastante usual.

O envelhecimento da população brasileira, confirmado pelo Censo de 2010, alerta para a necessidade de investimentos para este público, principalmente em relação à saúde. Por outro lado, abre uma janela de oportunidades. Cidades que atendam as expectativas desta faixa etária tornam-se mais atrativas e tendem a receber idosos de várias regiões.

#### **4.2 A construção civil e as novas propostas imobiliárias**

A partir do final da década de 1990, a indústria da construção civil inovou em matéria de habitação. Percebendo uma necessidade de mercado e a presença de fatores indicativos de uma boa aceitação a um novo produto, implantou uma proposta de condomínios horizontais de luxo. Este produto passou a ser oferecido como algo inovador e diferenciado com sofisticação e requinte, maciçamente utilizado em campanhas de marketing. Localizados à beira mar, possuem estrutura ampla para lazer, segurança e conforto. Para Souza (2013) a presença de novos atores e novas formas de articulação dos atores já existentes, garantindo o avanço deste novo produto imobiliário em Capão da Canoa e em Xangri-lá, voltado a um público seletivo.

Rapidamente, despertaram o interesse de um estrato de renda alta e difundiram-se a outros municípios vizinhos com a mesma proposta e perspectiva. Passaram a concorrer entre si, onde cada município buscou áreas voltadas a tais empreendimentos que desencadeiem mais receitas. Esta prática é lembrada por Vainer (2007) como um modelo que se sustenta sob a ótica de que as cidades são mercadorias que devem ser vendidas pelo que tem em potencial, tal quais empresas que devem obter resultados. Para Jardim e Barcelos (2011), as profundas alterações por conta de grandes investimentos imobiliários, acompanhados de grande expansão das atividades de comércio e serviços, devem continuar atraindo contingentes migratórios.

Os entrevistados relataram que, em Capão da Canoa, realmente foi a construção civil que puxou este processo, passando a oferecer estas novas propostas de moradia. Este segmento foi beneficiado principalmente pela ampliação e disponibilização de linhas de crédito imobiliário, tanto pelo governo como por instituições financeiras privadas. Este aspecto deverá manter a construção Civil em alta no país, da mesma forma que os condomínios horizontais continuarão atraindo compradores (Entrevistados nº 03, prefeito atual de Osório, 05, representante da construção civil em Osório, 08, representante do comércio em Osório, 12 e 13, representantes da construção civil de Capão da Canoa, 15 e 16, representantes do ramo imobiliário de Capão da Canoa).

[...] Este modelo (condomínios horizontais) começou na Flórida. Quando eu estive lá eu vi esses condomínios, só que lá é diferente, eles moram lá, tem sol o tempo todo. Com os financiamentos de hoje em dia, e o governo vai continuar dando, o Governo Lula e a Dilma, vai aumentar isso aí (sic.). [...] Entrevistado nº 05 (representante da construção civil em Osório).

Até a década de 1990, estas linhas de crédito praticamente não existiam, havendo apenas restritos financiamentos na Caixa Econômica Federal, único agente de fomento à habitação na época. Atualmente, todos os bancos possuem seus próprios produtos de fomento, bem como outras modalidades, como consórcios, construcard. Há que considerar, ainda, as mudanças na legislação, facilitando o uso do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para aquisição, construção e reforma de imóvel.

A tabela abaixo, fornecida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA/RS demonstra o número de ART (Anotação por Responsabilidade Técnica) por biênio. Este documento é expedido por cada profissional engenheiro ou arquiteto, quando executa algum serviço em obras pelo qual é responsável. Embora uma obra possa gerar várias ART's, segundo o CREA, este instrumento é um referencial confiável para avaliação da quantidade de obras em determinado município ou região.

**Tabela 24 - ART's por biênio em Osório e Capão da Canoa de 2005 a 2010**

<b>Município</b>	<b>2005/2006</b>	<b>2007/2008</b>	<b>%</b>	<b>2009/2010</b>	<b>%</b>
Osório	411	780	<b>89,78</b>	983	<b>26,03</b>
Capão da Canoa	459	818	<b>78,21</b>	1.061	<b>29,71</b>
RS	43.467	95.668	<b>120,09</b>	135.883	<b>42,04</b>

Fonte: CREA/RS 2013.

Segundo o departamento responsável pelas informações, o CREA não dispõe de dados anteriores a 2005 em arquivo informatizado. Verificou-se, outrossim, que a construção civil cresce a cada ano de forma bastante destacada, muito embora no último biênio tenha crescido bem menos que no biênio anterior. Analisando apenas pelos percentuais e números absolutos, fica a impressão de que o ritmo da construção civil em Capão da Canoa e em Osório, é menor que do RS. Entretanto, ao relativizar a quantidade de eventos com o tamanho da população, temos que no biênio 2009/2010 Capão da Canoa atingiu uma média de 25,24 ART's para cada 1.000 habitantes. Osório ficou bem próximo, com 24,03, ambos muito acima do estado do RS que emitiu 12,71 ARTs para cada 1.000 habitantes. A grosso modo, representa que a construção civil é muito mais acelerada em Osório e em Capão da Canoa, atingindo o dobro do estado, quando comparado o número de obras para cada 1.000 habitantes.

Considerando que toda e qualquer obra deve ser autorizada pelo município através de alvará específico, buscamos mais este indicativo diretamente nas prefeituras de Capão da Canoa e Osório no período de 1991 a 2010. A prefeitura de Capão da Canoa não conseguiu localizar os dados anteriores a 2003 e assim trabalhamos somente com informações posteriores a tal ano.

**Tabela 25 - Alvarás para Construção Civil em Osório e Capão da Canoa de 2003 a 2010**

<b>ANO</b>	<b>OSÓRIO</b>	<b>CAPÃO DA CANOA</b>
2003	245	446
2004	188	211
2005	372	311
2006	375	315
2007	399	299
2008	444	328
2009	418	359
2010	488	407
<b>TOTAL</b>	<b>2.929</b>	<b>2.676</b>

Fonte: Prefeituras Municipais de Osório e de Capão da Canoa.

Surpreendentemente, constatou-se que Osório emitiu mais alvarás que Capão da Canoa, diferentemente da informação obtida com o CREA. Vale ressaltar, também, que no primeiro biênio (2005/2006) o número de alvarás é superior ao número de ART's e nos demais biênios ocorreu o inverso. Por último, salienta-se que esta relação entre ART e alvará é diferente entre Osório e Capão da Canoa. Em alguns biênios, Osório possuiu mais alvarás, fato que não

ocorre em Capão da Canoa nos mesmos períodos. Ao consultar o Sindicato das Indústrias de Construção Civil - SINDUSCON sobre a razão de tais divergências, o vice-presidente, Sr. José Nazareno, informou que muitas obras residenciais não procedem a regularização da obra por parte do proprietário. Segundo ele, muitas casas ficaram anos sem a averbação, sendo que estes proprietários somente buscaram fazê-lo quando a casa foi vendida, não havendo, desse modo, pedido de alvará autorizando a construção, pois a casa já havia sido construída. Informou o vice-presidente, ainda, que independentemente do proprietário solicitar ou não a devida autorização junto à prefeitura, os profissionais de engenharia e arquitetura devem proceder com a emissão da ART:

[...] Ninguém quer se complicar com o Conselho e neste aspecto o CREA é muito rigoroso, possui uma fiscalização muito atuante, não aliviam ninguém. Pode confiar na informação do CREA. [...] (Vice-presidente do Sinduscon).

Outra observação importante refere-se à proximidade de Capão da Canoa com Xangri-lá, em que os municípios têm sua divisa marcada pela extensão de uma mesma avenida (Avenida Paraguassu), formando, praticamente, um único complexo urbano. Desta forma, a construção civil e o comércio especializado de Capão da Canoa executaram obras e venderam materiais em edificações lotadas no município vizinho, onde o respectivo alvará é emitido.

Todas as entrevistas realizadas, tanto em Osório quanto em Capão da Canoa, afirmaram que a Construção Civil em Capão da Canoa é muito mais intensa e acelerada que em Osório. Conforme dados oficiais da Junta Comercial do RS, Capão da Canoa desponta no número de novas empresas no ramo da construção civil, quando comparado a Osório e ao Estado do RS. O quadro 18 demonstra o total de novas construtoras constituídas no ano de 2000 e no ano de 2010, sob a forma de firmas individuais ou de sociedades. O Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE demonstra que as empresas quantificadas no quadro 18 é de 4120-4/00 - Construção de Edifícios:

**Tabela 26 - Construtoras Constituídas em Osório e Capão da Canoa em 2000 e 2010**

<b>Unidade</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Osório	00	09
Capão da Canoa	15	49
RS	666	2.008

Fonte: Junta Comercial do RS 2013



Conforme Sobrinho e Stenberg (2010, p. 200), no ano de 2008 o comércio absorvia 34,2% dos empregos formais, seguido pelos serviços com 25,1%, administração pública com 19,8%, sendo que a construção civil, sozinha ocupava 7% dos trabalhadores com carteira assinada no Litoral Norte. Infelizmente, o Ministério do Trabalho retornou às informações solicitadas quanto ao histórico de empregos e aos respectivos segmentos e atividades. Os dados extraídos da RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) seriam de grande importância para uma avaliação mais precisa no que tange à empregabilidade.

Os respondentes dos questionários, conforme quadro 17 na página 89, acusaram que, em Osório, 7% dos migrantes entrevistados trabalharam na construção civil, enquanto que em Capão da Canoa, este percentual foi de apenas 1%. Este dado, também surpreendeu, pois divergiu de outros indicadores, que apontaram que a construção civil no município de Capão da Canoa desponta como atividade de destaque, estando muito acima de Osório. Foram 15 novas construtoras em Capão da Canoa e nenhuma em Osório, no ano de 2000. Já em 2010, Capão da Canoa constituiu mais 49 construtoras, enquanto que em Osório somente 09 (Quadro 18).

O número de novas empresas indica que o mercado expandiu e, juntamente com as ART's, serviram de parâmetro para comprovar a fala dos entrevistados, revelando que o Litoral Norte está construindo em larga escala, sobretudo nas praias. O entrevistado nº 2 salienta o diferencial dos condomínios horizontais na atração de pessoas, inclusive no inverno, época em que normalmente a praia está “vazia”:

[...] Em Capão, o plus de inverno não é o turismo, são os condomínios horizontais.  
[...]. Entrevistado nº 2. (ex-prefeito de Osório)

Os prefeitos, os representantes de imobiliárias e os próprios construtores afirmaram que este segmento atrai não só novos moradores de renda alta, como também um grande número de trabalhadores de baixa renda e com pouca qualificação profissional. Historicamente, o trabalho do migrante tende a se concentrar em atividades de mão de obra menos qualificada e em condições de trabalho mais precárias e de menor renda (RENNER; PATARRA, 1980, p. 252).

Em Osório, 68% dos respondentes encontram-se na faixa de 1 a 3 salários mínimos, 21% com menos de 1 salário mínimo, 4% ganham entre 3 e 5 salários mínimos e 2% ganham mais de 5 salários mínimos. Do total, 5% não responderam esta pergunta. Dos trabalhadores da construção civil em Osório, 84% ganham de 1 a 3 salários mínimos, 8% ganham menos de 1 salário mínimo, 7% ganham entre 3 e cinco salários mínimos e 1% não respondeu. Em

Capão da Canoa, do total de respondentes, 53% ganham de 1 a 3 salários mínimos, 22% ganham menos de 1 salário mínimo, 16% ganham entre 3 e 5 salários mínimos, 2% ganham mais de 5 salários mínimos e 7% não quiseram responder esta pergunta. Considerando que apenas 1% dos respondentes afirmou trabalhar na construção civil, o cruzamento destes com sua renda não tem consistência para aventar maiores reflexões.

Em ambos os municípios é elevado percentual de migrantes ganhando menos de 1 salário mínimo, respectivamente 21% em Osório e 22% em Capão da Canoa. Estes índices estão relacionados ao percentual de desempregados entre os respondentes, que foi de 10% em Osório e 7% em Capão da Canoa. Ao cruzarmos com quantas pessoas o respondente reside, verificamos que entre todas as rendas, tanto em Osório quanto em Capão da Canoa, prevaleceu que moram com mais de duas pessoas.

Ao serem perguntados em que local este contingente de trabalhadores fixa residência quando migra, todos os 17 entrevistados apontaram que infelizmente parte deste grupo é o que vai invadir áreas desabitadas normalmente as margens das rodovias ou nas periferias. Para Dechamps (2000), as regiões litorâneas ao crescerem passam a receber este perfil de migrante atraído pela construção civil e, ao ocuparem tais espaços, colocam em risco áreas e ecossistemas de grande vulnerabilidade.

A dinâmica do mercado imobiliário, ao mesmo tempo que contribui para o adensamento populacional, valorizando áreas menos nobres, acaba expulsando concentrações de áreas com pessoas de baixa renda para outras onde a renda é ainda menor (CORDEIRO; FRANÇA, 2013). Os condomínios horizontais estabeleceram um padrão de elitização dos espaços centrais, promovendo aumento nos domicílios e esvaziamento populacional, uma vez que expulsam para regiões periféricas trabalhadores de baixa renda (DAVIDOVICH, 2003). Para Baeninger e Rodrigues (2009, p. 32), ao negligenciar a distribuição espacial e seus componentes sociais e demográficos, o gestor público contribui com o aprofundamento das desigualdades sociais:

[...] Outrossim, exigem atenção os deslocamentos da população, sobremaneira no espaço intraurbano e intrarregional, visto que a conformação destes tende a obedecer à lógica de hierarquização das localizações, segundo seu valor de mercado, o que significa dizer que, quanto mais pobres, mais distantes estarão os indivíduos das localizações dotadas de melhores recursos.[...]

Segundo Keinert e Januzzi (2012, p.416), a migração dos grandes centros para cidades em expansão econômica amenizaram e desafogaram os altos custos com as necessidades de

geração de emprego e reaparelhamento, porém, por outro lado, transferiu tal responsabilidade para municípios pequenos e médios com orçamentos e recursos humanos escassos.

No embalo da construção civil, cresce também o comércio de produtos ligados a este ramo, além de profissionais para prover esta demanda (madeireiras, ferragens, marmorarias, eletricitas, gesseiros, encanadores e tantas outras funções e serviços ligadas a esta atividade). Não há como prescindir que muitos destes empreendedores e trabalhadores venham de fora. O entrevistado nº 12, representante da construção civil em Capão da Canoa, é um exemplo. Revelou ser oriundo de Santa Maria onde a família já tinha uma construtora. Conhecia Capão da Canoa como veranista e percebeu que havia perspectiva de expansão do ramo neste município, o que o motivou migrar e montar o negócio há menos de dez anos.

Em Osório, a construção civil não tem o mesmo volume de obras de Capão da Canoa, mas, de qualquer forma, é surpreendente o salto no número de alvarás a partir de 2005. Como município não praiano, diferentemente de Capão da Canoa, Osório não constrói condomínios horizontais fechados de luxo e, assim, não promove a migração deste público. Entretanto, também atrai trabalhadores de baixa renda e alavanca o comércio local. Ainda assim, o comportamento de municípios praianos é reproduzido nos seus dois balneários, as praias de Atlântida Sul e de Mariápolis. É lá que se encontra o único condomínio horizontal fechado no mesmo estilo das praias. Segundo informação oficial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento do município de Osório, em 2000, havia 769 habitantes e, em 2005, os dois balneários contavam com 892 habitantes. Este crescimento, em cinco anos, equivale a 16%, lembrando que o crescimento do município em dez anos (2000 a 2010) não chegou a 14%.

#### **4.3 Expansão do comércio e serviços: empregabilidade a partir do empreendedorismo**

Segundo o IBGE (Sinopse, 2010), a primeira década do século XXI, o Brasil apresentou um processo de interiorização e uma revalorização do Litoral, provocada entre outros fatores pela expansão econômica e turismo. No RS, esta expansão é evidenciada pela grande constituição de empresas neste período. O bom momento econômico que o país e em especial, o Litoral Norte do RS apresentou desde a virada do século, reforça os movimentos migratórios para áreas em expansão, mas alerta para possíveis fases de retração econômica, típicas dos processos cíclicos da acumulação capitalista, pois tende a ocasionar um deslocamento de retorno por parte dos migrantes (RENNER; PATARRA, 1980).

Segundo dados da Junta Comercial do Rio Grande do Sul, Osório e principalmente Capão da Canoa, tiveram um acréscimo no número de constituições de novas empresas.

**Tabela 27 - Constituição de novas empresas em Osório e Capão da Canoa em 1991, 2000 e 2010**

Unidade	1991	2000	%	2010	%
Osório	43	125	191	147	18
Capão da Canoa	44	234	432	337	44
RS	8.046	29.856	271	43.935	47

Fonte: Junta Comercial do RS 2013.

O ideal seria avaliar melhor o total de empresas novas constituídas por década, porém, para a Junta Comercial, esta solicitação não ficou clara, sendo informado o número de constituições de novas empresas somente no ano do censo demográfico. De qualquer forma, dá um indicativo da realidade à época e à comparação no ano censitário seguinte. Assim, o quadro 19 demonstra, mais uma vez, a dinâmica diferenciada entre municípios praianos e não praianos. Osório não acompanhou a grande evolução de Capão da Canoa, tanto em 2000 quanto em 2010, ficando com um acréscimo de 191% em 2000 e de apenas 18% em 2010. Em Capão da Canoa estes percentuais foram de 432% em 2000 e 44% em 2010.

Strohaecker e Toldo Jr. (2011) apontam este dinamismo afirmando que o número de novas empresas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul para cada 1000 habitantes era o mais alto do estado, colocando a região em primeiro lugar no ranking entre todas as demais regiões, evidenciando a dinamização empresarial e o empreendedorismo. Os autores utilizaram esta informação para fundamentar que um dos fatores de atração da região é oportunidade de negócio despertada, desde 1991. Seguindo a mesma lógica, calculamos os dados acima para cada 1.000 habitantes, conforme a tabela 28:

**Tabela 28 - População e empresas para cada 1.000 habitantes em Osório e Capão da Canoa em 1991, 2000 e 2010**

Unidade	1991	2000	2010
Pop Osório	36.857	36.131	40.906
Pop Capão	24.755	30.498	42.040
Pop RS	9.138.670	10.187.792	10.693.929
empresas/1000 hab Os	1,17	3,46	3,59
empresas/1000 hab CC	1,78	7,67	8,02
empresas/1000 hab RS	0,88	2,93	4,11

Fonte: IBGE 2010/Junta Comercial do RS 2013. Adaptado por Alexandre Ramos

Confirma-se a performance da região quanto à dinamização para novos negócios, uma vez que no ano de 2000, Capão da Canoa abriu 7,67 empresas novas para cada 1.000 habitantes, enquanto Osório abriu 3,46 empresas novas para cada 1.000 habitantes, ambos

acima do coeficiente do estado, que registrou 2,93 empresas novas para cada 1.000 habitantes. Em 2010, Osório seguiu avançando na constituição de novas empresas com um coeficiente de 3,59. Tivemos uma reação do Estado, subindo para 4,11, porém ainda muito abaixo de Capão da Canoa, que abriu 8,02 empresas novas para cada 1.000 habitantes, praticamente o dobro do estado.

A tabela 29 demonstra o crescimento de algumas das principais atividades econômicas fundamentais nos municípios:

**Tabela 29 - Constituição de novas empresas por atividade em Osório, Capão da Canoa e no RS em 2000 e 2010**

CNAE	Constituídas em 2000			Constituídas em 2010		
	Osório	C. da Canoa	RS	Osório	C. da Canoa	RS
5611 - 2/01 - Restaurantes	6	14	1.181	3	19	1.733
4754 - 7/01 - Móveis	3	12	709	4	23	937
4782-2/01 - Calçados	7	18	1.659	8	25	2.667
4761 -0/03 - Art. Papelaria	4	7	924	0	5	1.172
4744-0/99 - Materiais de Construção	5	16	1.002	9	35	1.827
4781 - 4/00 - Vestuário	15	40	3.630	18	57	6.039
4771 - 7/01 - Farmácias	0	5	299	1	2	233
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>112</b>	<b>9.404</b>	<b>43</b>	<b>166</b>	<b>14.608</b>

Fonte: Junta Comercial do RS. 2013

Em Osório, a atividade cujo aumento na constituição de novas empresas teve o maior acréscimo foi o comércio de materiais de construção em geral. No ano de 2000 foram abertas 5 empresas nesta atividade e em 2010 foram abertas 9 empresas. Em Capão da Canoa, a construção civil mais uma vez se destaca gerando o maior número de novos estabelecimentos comerciais. A atividade moveleira também ganha ênfase, confirmando os entrevistados nº 10 ex-prefeito de Capão da Canoa, 11, prefeito atual de Capão da Canoa, 12, representante da construção civil de Capão da Canoa, 15 e 16, representantes do ramo imobiliário de Capão da Canoa e 17, representante do comércio em Capão da Canoa, que mencionaram esta atividade como uma das que mais cresceu em Capão da Canoa. Para os entrevistados nº 12, representante da construção civil em Capão da Canoa, 15, representante do ramo imobiliário e 17, representante do comércio em Capão da Canoa, esta atividade expandiu em razão dos condomínios horizontais fechados, cujo público tem alto padrão de exigência.

Os respondentes dos questionários também indicaram a expansão do comércio como importante fator de atração populacional. Para estes migrantes, em Capão da Canoa, 46% deles trabalham no comércio e em Osório são 26%. Destes respondentes (trabalhadores no

comércio), 67% escolheram Capão da Canoa para morar devido “maior oferta de trabalho”. Em Osório, este grupo representou 76%.

Conforme Souza (2013), a mesma expansão de comércio e serviços suscitados pelo turismo, que empregaram e atraíram diversas pessoas, são responsáveis, juntamente com a construção civil, pelos maiores danos ambientais na região. A expansão do comércio e dos serviços na região implica em três diferentes fatores de atração populacional. Primeiro, o cenário positivo com perspectiva de crescimento, atraindo empreendedores que vislumbram na região a oportunidade de novos negócios. Stroaheker (2007) confirma esta posição, citando este como um dos motivos pelo aumento da população no Litoral Norte. O segundo aspecto, diz respeito aos empregos diretos que estes estabelecimentos passam a gerar na cidade, pois todas estas novas empresas contratarão pessoas, em diversas funções e cargos diferentes. O sucesso e a conseqüente ascensão das mesmas também proporcionarão mais postos de trabalho, atraindo trabalhadores, principalmente dos municípios menores na região. Por último, à medida em que a cidade diversifica a oferta de produtos e serviços, passa a oferecer variedade de preços e de marcas, sem que as pessoas necessitem sair da cidade. Esta condição a torna mais agradável, mais prática.

A crescente empregabilidade, juntamente com a elevação no rendimento médio dos trabalhadores, tornou-se um fator de atração. Pessoa e Sobrinho (2012, p. 19) destacam o Litoral Norte como atrator de população e investimentos, principalmente no decênio 2000 – 2010, cujo crescimento de empregos formais foi de 72,4 %, o mais elevado dentre todas as regiões do Estado, enfatizando, ainda, o aumento no rendimento médio dos ocupados, estando entre as quatro regiões que apresentaram a segunda posição deste indicador no Rio Grande do Sul.

Ao mesmo tempo em que tais fatores atraem estratos populacionais para seus municípios, o aumento da população vai potencializando as migrações. Conforme Santos e Silveira (2004, p. 205) de 1980 a 1996, verificou-se que 88% do crescimento da população urbana ocorreu em cidades entre 20 mil e 100 mil habitantes, justamente como se enquadram os municípios da região litorânea gaúcha.

Pessoa e Sobrinho (2012, p. 23) expõem o aumento do número de postos de trabalho nos municípios menores:

[...] o desemprego, o grau de formalização da ocupação e os rendimentos do trabalho são tão mais elevados quanto maiores as populações. Ao mesmo tempo, as distâncias entre essas realidades tendeu a se estreitar, entre 2000 e 2010, com uma expansão relativamente mais acentuada dos empregos registrados e dos rendimentos nos grupos de municípios com menor expressão demográfica [...].

Por esta perspectiva, o crescimento populacional e a expansão do comércio em Osório e em Capão da Canoa são concomitantes e formam um novo fator de atração, desta vez ligado à empregabilidade. Esta aposta está baseada na tendência da construção civil em se manter em alta ainda por algum tempo, uma vez que as linhas de crédito imobiliário seguem se diversificando e os padrões de renda do brasileiro apontaram para um crescimento mesmo que moderado. Além disso, as políticas de atração do mercado imobiliário, tendo a praia e a qualidade de vida como fatores diferenciais, deverão se intensificar.

#### **4.4 Estrutura das cidades: turismo e os parques eólicos**

O bom momento econômico do país, vivido principalmente a partir do início da década de 2000, gerou emprego, aumentou renda e ampliou o consumo. Este conjunto de fatores repercutiu em muitos municípios, gerando incremento na sua arrecadação e promovendo melhorias nas cidades. No caso de Capão da Canoa, o turismo sazonal, conforme visto no capítulo 3, foi marcou a ocupação da cidade, mantendo-se como elemento diferencial na economia do município. Este movimento espacial, que ocorre entre os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, quando a população nas praias chega a aumentar em 10 vezes, exige por parte da administração pública maiores investimentos na estrutura da cidade.

[...] O nosso FPM (Fundo de Participação dos Municípios) é baseado em quarenta mil habitantes, só que nós atendemos um milhão de pessoas o ano inteiro. Se a gente oferecer estrutura só pra quarenta mil, Capão para, não funciona nada. [...]. Entrevistado nº 10 (ex-prefeito de Capão da Canoa).

Segundo Davidovich (2003) o turismo nas regiões litorâneas desencadeia a abertura de negócios como restaurantes, hotéis, e comércio, atraindo um grande grupo de migrantes e transformando pescadores em assalariados, fato que lhes incrementa a renda e também contribui com a economia local.

Para os municípios não praianos, outros elementos da natureza e da paisagem foram alçados a desempenhar este papel de atração turística nos respectivos municípios. Em Osório, conforme já mencionado, a chegada da indústria eólica trouxe importantes mudanças no contexto social e econômico. Dados da Prefeitura Municipal de Osório (Secretaria da Fazenda) demonstram a contribuição da indústria eólica nas finanças do município. A arrecadação, que no ano de 2000 foi de R\$ 20.748.170,93 (vinte milhões, setecentos e quarenta e oito mil, cento e setenta reais e noventa e três centavos), subiu para R\$

42.437.401,22 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e um reais e vinte dois centavos) no ano de 2005, quando iniciaram as operações das primeiras torres de energia eólica no município.

No ano de 2010, apenas cinco anos depois, a arrecadação do município de Osório saltou para R\$ 178.194.790,57 (cento e setenta e oito milhões, cento e noventa e quatro mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e sete centavos). O incremento de receita tornou Osório uma das maiores arrecadações do interior do estado e o Osório passou a contar com uma receita destacada. A maior capacidade de caixa se traduz em melhorias para a comunidade e proporciona a elaboração de projetos que atraíam investimentos do Estado e da União. Dados obtidos junto à Prefeitura Municipal de Osório e pela Gestão do Parque Eólico (2013), informaram que esta atividade gerou 80 empregos diretos e 1.200 empregos indiretos, somente entre 2005 e 2010. Esta nova condição é destacada por todos os entrevistados de Osório e, também, pelos entrevistados de Capão da Canoa.

[...] Em Osório, a eólica mudou a paisagem e com certeza gerou receita, gerou emprego. [...] Entrevistado nº 11 (prefeito atual de Capão da Canoa).

[...] Qual é o osoriense que não se orgulha da eólica hoje? Virou uma atração do município, sem dúvida alguma. [...] Entrevistado nº 08 (representante do comércio em Osório)

Para Weber (2004) o resgate histórico de hábitos que marcaram a colonização da região, quando transformados em marca identitária local, é um caminho para o desenvolvimento. Uma vez fazer parte da conscientização dos habitantes locais, esta marca, na qual a autora chama de essência, desperta o interesse e o turismo. As próprias ações da comunidade em caracterizar a sua marca, por si só, já promovem desenvolvimento. Se Capão da Canoa sempre teve o mar como aliado na atividade turística, Osório passou a se intitular a “Terra dos Bons Ventos”, criando um logotipo cujo desenho é três aerogeradores – tornando comum a utilização dos adesivos com esta imagem nos carros e timbres de empresas. A própria prefeitura municipal em seus ofícios, cartazes, e comunicações utiliza da nova marca como meio de identificação e diferencial (anexo II). Portanto, em Osório a indústria eólica motivou os moradores, enquanto que em Capão da Canoa, o turismo sazonal foi o grande responsável pelo desenvolvimento do município. A arrecadação de ambos está muito representada por estas duas atividades. Para estes dois municípios, tais condições consolidou-os ainda mais como cidades polo na região, fortalecendo suas atividades e atraindo pessoas. Para Aguiar (2006, p.32), tal crescimento despertou o interesse de vários atores:



[...] A condição social e econômica dessa região, hoje é algo bastante observado por governos, instituições, organizações, empresas, a própria população em geral e alguns pesquisadores. Devido ao seu constante crescimento, nos últimos tempos – nos anos 1990 houve um incremento populacional de cerca 5% ao ano (IBGE, 2000) – os interesses para lá se dirigem cada vez mais. [...]

A melhor condição de trabalho e melhoria da cidade proporcionou, ainda, a migração de um grupo específico, definido por pessoas que partiram para outras regiões, normalmente para metrópoles e perceberam condições então ajustadas para volta as origens. Esta migração de retorno foi destacada no resultado dos questionários. Ao perguntar a razão pela qual escolheu aquele município para morar, entre seis alternativas, a opção “a cidade é boa” foi a terceira mais escolhida em Osório e a primeira mais escolhida em Capão da Canoa. Ao atribuir uma nota de um a cinco para doze aspectos que o levassem a decidir morar naquele município, em Osório o mais pontuado foi “trabalho e emprego”, seguido por “aproximação da família” e depois “natureza e meio ambiente”. Em Capão da Canoa, em primeiro lugar ficou “o mar para veranejar” e praticamente empatados “aproximação da família” e “tempo de deslocamento para a capital e região metropolitana”.

Para Sarriera, Pizinatto e Menezes (2005) é preciso levar em conta que o migrante não muda por gostar de mudar, mas simplesmente porque busca atender a uma necessidade, podendo o local de destino não oferecer as condições idealizadas. Em muitos casos, ao migrar, a pessoa renuncia a um série de fatores, para ela importantes, dos quais deseja um dia voltar a ter. A condição histórica, familiar e os laços associativos culturais da sua formação, são suficientemente fortes para fazer com que o retorno acabe por acontecer. Esta circunstância apareceu tanto nas entrevistas quanto nos questionários, não devendo, desse modo, ser descartada.

Neste sentido, a melhoria da cidade e a ampliação de oferta de serviços, trabalho e renda, reforçam o estímulo para que aquele que um dia saiu, venha a retornar. Tanto em Osório quanto em Capão da Canoa, surgiram evidências de migração de retorno, principalmente pela melhoria na estrutura das duas cidades. Fatores que favoreceram outras motivações também se manifestaram como pontos positivos, aumentando, desta forma, a listagem de razões para que esta volta ocorra. Assim, a pavimentação das ruas, a construção de postos de saúde, a ampliação da rede de comércio e serviços, o policiamento, a extensão da malha de saneamento, a valorização das belezas naturais, dentre outros aspectos, contribuíram com este processo.

Todos estes itens, referidos acima, para alguém que é do lugar e se identifica com ele, tende a valorizar tais avanços, pesando na sua decisão de voltar a viver ali. Esta relação é tão

forte que, para este migrante (o que retorna), os pontos negativos da cidade não são tão valorizados quanto seus pontos positivos. A migração de retorno, ainda, contribui com o aumento populacional, através do incremento com seus agregados, já que uma parte das pessoas que retornam traz sua família e amigos naturais do lugar onde estavam (Jardim, 2002). Com base nos questionários, esta hipótese se confirma no Litoral Norte, pois em Osório apenas 11% dos migrantes afirmou morarem sozinhos, e em Capão da Canoa, este percentual foi de 6%. Em Capão da Canoa 59% relataram morar com mais de duas pessoas e em Osório esta condição também se destacou com 53% dos respondentes. Este dado vale para qualquer migrante, não apenas aquele de retorno. Vale salientar que o Rio Grande do Sul foi o estado com maior índice de migração de retorno dentre todos os estados brasileiros (Jardim; Barcelos, 2011) apresentando, no ano de 2000, o percentual de 35% de gaúchos no total de migrantes e 23,98% em 2009 (IBGE, 2011).

O turismo sazonal nas praias ainda é o principal fenômeno para o sustento de alguns municípios praianos e a fonte relevante para investimentos de infraestrutura, principalmente na alta temporada. É provável que esta tendência se mantenha atraindo empreendedores, fortalecendo o comércio e atraindo, também, trabalhadores, aposentados e migração de retorno. Em relação aos parques eólicos, sua expansão para outros municípios na região na segunda década do milênio (ainda em andamento) vem confirmando a importância deste empreendimento.

#### **4.5 Outros fatores**

As entrevistas revelaram, ainda, que alguns fatores de atração populacional, não foram comprovados pela sua difícil mensuração ou pela ausência de mais evidências quanto à sua ocorrência, fato normalmente atribuído pelo senso comum. Dois entrevistados no município de Osório mencionaram que a penitenciária modulada instalada no município no final da década de 1990 passou a atrair familiares dos apenados, que estariam buscando maior proximidade com o detento. Manifestações de comunidades contrárias à construção de presídios em seus respectivos municípios são históricas e ocorrem frequentemente sempre que se iniciam as especulações.

As alegações amplamente divulgadas nos veículos de comunicação normalmente são as mesmas, sempre revestidas de um cunho muitas vezes preconceituoso, mesmo que compreensível, acerca do perfil deste povoamento, em alusão ao aumento da violência na cidade. Para Pedrosa (2005, p. 74), o próprio delinquente identifica o local onde vive,

normalmente na periferia, seja bairro, vila ou favela, como um espaço de exclusão que, segundo ele, para a sociedade “*é um lugar que só nasce bandido*”.

De fato, nenhuma comunidade deseja presídios em sua cidade e, mesmo dotados de um estigma rançoso, esta rejeição induz a opiniões nem sempre comprovadas. Quando perguntado aos entrevistados se estes possuíam dados que sustentassem esta afirmação e a origem deste embasamento, os dois nada tinham. Embora um respondente dos questionários fosse um ex-presidiário que se manteve em Osório, após adquirida a liberdade, não encontramos outros elementos que pudessem indicar a procedência da questão. Se o meio onde o encarcerado cresceu é de exclusão e produz fragilidade social que o leve a criminalidade, a vinda de familiares oriundos de tais haveria de refletir nos índices de violência no município de Osório - fato que não ocorreu. Segundo o Delegado de Polícia de Osório, Celso Ferri, as ocorrências no município são expressivamente menores que Capão da Canoa e Tramandaí. Por tal dificuldade e pelo terreno movediço que a questão recai, não se investigou a fundo a veracidade deste apontamento e, embora aceitemos que haja esta tendência de deslocamento, não acreditamos que este seja um fator de atração populacional na região. Considerou-se que, talvez, no município de Tramandaí, mais próximo do presídio e com elevação nos índices de criminalidade, este movimento possa estar ocorrendo. Este conceito mais discriminatório é explicado pelo desamparo social do apenado e seus familiares, em razão da sua expressiva ocupação informal que lhes oferece menor segurança no trabalho (PEDROSO, 2005, p. 58).

Também não houve percepção quanto à motivação pela prática de esportes náuticos, como fator de atração populacional em Osório e em Capão da Canoa (Entrevistados nº 06, representante do ramo imobiliário em Osório e nº 17, representante do comércio em Capão da Canoa). Mesmo que constatado o aumento de praticantes desta modalidade esportiva nos últimos anos, não se confirmou que esta tenha sido a razão pela qual o praticante mudou-se de cidade e região. Tanto nos questionários quanto nas entrevistas, não houve indícios neste sentido. Segundo o entrevistado nº 15 (representante do ramo imobiliário em Capão da Canoa), muitos dos praticantes vêm somente no final de semana e, aqueles que mudaram para Osório ou Capão da Canoa, vieram por outra condição, após aposentadoria ou por mudança de emprego. Desta forma, a prática de esporte náutico seria uma consequência de outros fatores.

Verificamos que as instituições de ensino superior também não chegam a atrair um contingente populacional expressivo. Conforme Departamento de Comunicação e Marketing da FACOS (Faculdade Cenecista de Osório), todos os municípios da região possuem

transporte coletivo, destinado a estudantes da faculdade sem que estes tenham de se mudar para a cidade. O mesmo em relação à UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), em Capão da Canoa. - os municípios que não têm transporte direto de sua sede, utilizam-se de baldeação para conduzirem seus estudantes e, assim, os levam até o município vizinho de onde parte uma condução para Osório e Capão da Canoa. É o caso do município de Tavares, que oferece apoio de deslocamento até Mostardas de onde parte um veículo maior (informação obtida junto ao Departamento de Comunicação e Marketing da FACOS). Segundo dados internos da FACOS, menos de 2% dos alunos optaram por vir morar na cidade. Em relação aos professores e funcionários, segundo o Departamento de Pessoal da FACOS, pouquíssimos mudam para a cidade, uma vez que os professores também possuíam condução da instituição e atuaram em outras instituições. Os entrevistados nº 06 e 07 (representantes do ramo imobiliário em Osório) afirmaram que o Instituto Federal em Osório vem atraindo “muita gente de fora”, mas que isso ocorreu “somente agora” (janeiro e fevereiro de 2013).

Strohacker (2011) afirma que as emancipações foram responsáveis por parte do aumento populacional a partir da década de 1980, considerando as oportunidades que a instalação de um novo município passa a oferecer. De fato, há uma dinamização inicial absorvida por serviços públicos e maiores investimentos na comunidade transformada em município e que certamente tem atratividade. Entretanto, todos os municípios emancipados, perderam população no último Censo (2010), com exceção daqueles de característica praiana. Neste caso, acreditamos que não é a emancipação em si quem os tornou alvo de atração migratória, mas a própria condição balneária. O fator de atração que os diferiu teve efeito somente num primeiro momento, durante a instalação, mas que, posteriormente, não se manteve.

Outros fatores como localização geográfica, clima, ar puro e distância da capital, engrossaram a motivação para uma mudança e, talvez, algum seja relevante para um ou outro migrante, mas não se revelou desencadeador de um movimento que o caracterizasse como fator de atração populacional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento das cidades litorâneas já há algum tempo vem chamando a atenção de pesquisadores e de lideranças no estado e na região. Para os gestores públicos representa um cenário de grandes oportunidades na qual o aumento da população é sinônimo de consumo, circulação de capital, emprego e arrecadação. Mesmo que tais aspectos de alguma forma sejam contemplados, determinadas preocupações devem entrar na pauta. Primeiramente é necessário compreender este processo e assim buscou-se saber por quais razões contingentes expressivos de pessoas se deslocaram e continuam se deslocando para o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Ao constatar que este movimento vem transformando a região e fazendo dela aquela que mais cresceu demograficamente no Estado desde 1991, procurou-se ainda verificar alguns desdobramentos que estes fatores de atração populacional implicam no desenvolvimento regional.

A primeira constatação foi verificar que este crescimento acentuado ocorreu nos municípios à beira mar, cuja dinâmica migratória difere bastante dos demais municípios não praianos. Alguns destes últimos sequer apresentaram crescimento, sendo que até diminuíram sua população, sobretudo aqueles rurais. Os municípios de Capão da Canoa e Osório, destacadamente importantes política, social e economicamente na região, apresentaram elementos que comprovaram esta diferenciação entre praianos e não praianos.

O aumento na geração de emprego foi o principal fator de atração migratória no Litoral Norte, impulsionado primeiramente pela construção civil. Esta atividade foi favorecida pela ampliação e facilidades nas linhas de crédito desde a virada do milênio. Foi este segmento o grande responsável pela contratação de mão-de-obra qualificada e não qualificada para serviços nas mais diversas áreas, predominando o trabalhador de baixa renda com família numerosa. É neste grupo que se concentra o maior contingente de migrantes para região. Ocasionalmente também um fluxo de empreendedores ligados ao ramo, desde o setor moveleiro, passando pelo comércio de materiais de construção em geral. O mote para o sucesso da construção civil nas praias foi a inovação através de novas propostas de moradia baseadas no uso de imóveis de luxo. Destacam-se os condomínios horizontais fechados que se tornaram um produto de elevado padrão e que por sua vez necessitam de grande número de trabalhadores secundários, como jardineiros, porteiros, vigias e trabalhadores domésticos.

A qualidade de vida apontada nas cidades interioranas também merece destaque, retém aqueles que lá já vivem e atrai pessoas de todas as idades. Neste quesito etário aparece o aposentado, cujo movimento migratório para o litoral vem aumentando sua participação sobre

o total da população, somando-se ao envelhecimento natural. A migração de aposentados é estimulada pela mídia como alternativa saudável de vida, longe do stress das cidades grandes, possuindo influência nesta migração o poder aquisitivo do idoso. Alguns acrescentam rendimentos à sua aposentadoria com as oportunidades de trabalho surgidas no litoral, outros por gozarem de bom imóvel na praia ou condição para adquiri-lo. As principais exigências deste grupo para motivá-los a migrar são melhor trânsito, segurança e natureza. Como impeditivo, o principal aspecto que ainda os prende é o fator saúde. O litoral realmente ainda carece de avanços nesta área, muito embora seja ela o bloco temático melhor posicionado na região em relação ao IDESE.

Temos ainda que a melhora na qualidade de vida na região passou a atrair também a migração de retorno e aí se destaca o convívio com a família. Não apenas o aumento da empregabilidade, mas os investimentos em espaços públicos e serviços foram fundamentais para que este evento ocorresse.

Em Capão da Canoa, a praia, mais precisamente o mar, potencializa os fatores de atração no município, de forma que o turismo sazonal, a construção civil, o movimento de aposentados e a geração de empregos com a expansão do comércio, se alicerçam fortemente neste diferencial. Em Osório, a natureza diversificada com o morro de mata atlântica e a quantidade de lagoas, foi potencializada por outro aspecto que ganhou notoriedade. O parque eólico instalado em 2005, embora recente (menos de dez anos) trouxe visibilidade e autoestima para o município. Desencadeou um significativo aumento na arrecadação pública, possibilitando investimentos da prefeitura na infraestrutura da cidade e despertando o empreendedorismo local. Não se pode atribuir o crescimento econômico de Osório exclusivamente ao parque eólico, entretanto é inegável sua importância.

Percebeu-se que o enfoque convencional de desenvolvimento que se pauta apenas em índices econômicos como emprego, renda e industrialização, prevalece entre os gestores públicos e privados de Capão da Canoa e Osório. Neste sentido, há uma cobrança e inclinação para que se incentivem empreendedores externos que possam injetar capital e gerar empregos, principalmente através da indústria. Desta forma é preocupante o fato de não se observar o território e territorialidades para o desenvolvimento, destarte o fato das regiões litorâneas abrandar o turismo sazonal de veraneio. É nesta época que há um incremento populacional por pessoas de todas as demais regiões, além de países vizinhos. É para estes que algumas políticas públicas estão voltadas nos municípios praianos, pois visam tornar estes turistas em veranistas e futuramente moradores. A atração populacional nas praias não é submetida a dispositivos que venham valorizar e preservar estas territorialidades advindas de uma

ocupação açoriana marcante na região. Da mesma forma, a pressão dos atores hegemônicos de caráter especulativo suplantam iniciativas com propósito ambiental sem que se submetam a sua regulação, ainda que frágil. A consequência mais visível deste comportamento é a segregação espacial ocorrida principalmente nas praias por conta dos condomínios horizontais fechados.

Os municípios rurais, todos não praianos, mesmo no Litoral se revelaram expulsores, acompanhando o fenômeno da urbanização no restante do país. Além disso, abasteceram o crescimento das praias, sendo estas o destino de boa parte da população que perderam. Osório e Capão da Canoa, ambos urbanos e melhor estruturados, são o destino de muitos destes migrantes. Outros dois eventos que se revelaram como fatores de expulsão nas grandes aglomerações urbanas, como a desmetropolização e a reversão da polarização, estão influenciando a dinâmica migratória no Litoral Norte. Se no primeiro existe o esgotamento e tensionamento das grandes cidades, no segundo é a dinamização de cidades em expansão quem move os interesses para estes locais. Daí o oportunismo das políticas públicas de atração e também dos empreendedores.

Entre as dificuldades encontradas nesta pesquisa, lamenta-se a ausência de dados da RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) solicitados à DRT (Delegacia Regional do Trabalho) de Osório, documento este que viria fortalecer ou abrir novas frentes de estudo. As entrevistas exigiram um tempo para localizar e agendar com o entrevistado, passando por algumas desmarcações de horário. Cumprida esta etapa, a transcrição das entrevistas para uma melhor análise, comprometeu muito tempo de trabalho. Quanto aos questionários, foram fundamentais para as conclusões, pois manifestaram a posição direta do objeto de pesquisa, sendo aplicados por três estudantes de ensino superior. A dificuldade aqui foi fazer com que o aplicador diversificasse o perfil dos respondentes, uma vez que determinado perfil de migrante, como por exemplo, os idosos de alta renda, não transitam frequentemente em locais de grande concentração e o acesso a estes em condomínios fechados é bastante restrito.

Finalizando este trabalho, fica o registro de algumas preocupações e apontamentos para pesquisas futuras, uma vez que a forte migração para a região também alerta para riscos e não somente oportunidades. Reforça-se a questão do território para que se atente à sua arquitetura, costumes, cultura, natureza e toda construção social e histórica, desde a ocupação, para aquilo que qualquer região tem de mais rico que é a sua identidade. A natureza singular reunindo mar, mata atlântica e o rosário de lagoas precisa de dispositivos legais que a preserve diante de uma construção civil que avança destacadamente. O mercado imobiliário deverá manter uma lógica inflacionária resultante da crescente especulação. Tal comportamento só faz

aumentar a segregação espacial na região com propostas de moradia excludentes. Esta perspectiva é potencializada pela realidade do processo migratório que se configurou no Litoral Norte do Rio Grande do Sul no qual há predominância de trabalhadores de baixa renda neste fenômeno. Esta combinação é extremamente preocupante principalmente pela dificuldade do poder público em conter as invasões. A urbanização nos municípios predominantemente rurais da região, provavelmente continuará ocorrendo, fato que irá multiplicar as agruras desta mudança que aconteceu de forma tão acelerada em solo brasileiro.

Por último, a visão convencional de desenvolvimento precisa ser trabalhada, debatida e revista, pois o desenvolvimento regional não é produzido apenas pelo crescimento econômico. Sem dúvida este é importante e fomenta a capacidade de investimentos em áreas sociais básicas e imprescindíveis a população. Entretanto, este crescimento não pode vir desencadeando outras mazelas inerentes às suas respectivas comunidades. Já são visíveis no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, problemas de segurança pública, trânsito, resíduos e outras ocorrências até então pouco salientes. Os elementos apontados neste trabalho indicam que o crescimento populacional na região deverá se manter. Os parques eólicos, a construção civil, os condomínios fechados e a expansão do comércio seguem crescendo e comemorados pelos municípios litorâneos gaúchos. Sobre eles, novas frentes de pesquisa se farão necessárias para melhor compreensão do desenvolvimento da região.



## REFERÊNCIAS

ACCURSO, Jorge da Silva. Matriz econômica do Litoral Norte. In: Projeto de fortalecimento do gerenciamento costeiro no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – **PNMA II**. 2002.

Disponível em: <[www.fepam.rs.gov.br/programas/Matriz\\_Economica\\_LN.pdf](http://www.fepam.rs.gov.br/programas/Matriz_Economica_LN.pdf)> Acesso em: 22 dez. 2013.

AGUIAR, Marcos D. Schmidt. **História econômica, modernização e desenvolvimento: uma análise sobre as primeiras mudanças na região do litoral norte gaúcho**. 2006. Disponível em: <[www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/.../historia-sessao2-3.doc](http://www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/.../historia-sessao2-3.doc)> Acesso em: 14 abr. 2013.

ALBAGLLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Sebrae, 2004.

ALVES, José E. D. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002. Textos para discussão.

AREND, Sílvio César e ORLOWSKI, Rosemari Fátima. Indicadores de Desenvolvimento sócio-econômicos na região da AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste da Santa Catarina. **REDES**. Santa Cruz do Sul. Edunisc, v. 11, n. 1. Jan/abr 2006.

BAENINGER, Rosana. **Região, Metrôpole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil, 1980/1996**. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 1999.

\_\_\_\_\_. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP**. Caxambu, set/out 2008.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Fabíola. Dinâmica da população e políticas sociais. In: BAENINGER, Rosana (orgs). **População e cidades: subsídios para o planejamento e políticas sociais**. NEPO/Unicamp, Brasília: UNPFA. 2010.

BARROSO, Vera L. Maciel. E Chegaram os Açorianos. Açorianos em Conceição do Arroio. In.: **Raízes de Osório** (Org). Marly Schol; Ana Inez Klein; Vera Lúcia Maciel Barroso. Porto Alegre: EST, 2004. P.47

BASTOS, Suzana Q. de A., MARIONI, Larissa da Silva, BERALDO, Antônio Fernando, SALDANHA, Raphael de Freitas. Atração, repulsão ou rotatividade: análise do padrão

migratório de Minas Gerais. **XV Seminário sobre a economia mineira**. 30 anos. Diamantina, 2012.

BERQUÓ, Elsa S. Fatores estáticos e dinâmicos – mortalidade e fecundidade. In: SANTOS, Jair L. F., LEVY, Maria Estela F. e SZMERECSÁNYI, Tamás (org.). **Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Sinopse do censo demográfico para o semiárido brasileiro**. 2010. Disponível em: <[http://www.insa.gov.br/censosab/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=44&Itemid=89](http://www.insa.gov.br/censosab/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=44&Itemid=89)> Acesso em: 20 mai 2013.

BRITO, Fausto, Horta, Cláudia J. G. e AMARAL, Ernesto F. de L. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. 2004. Disponível em: <[http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/A\\_urbanizacao\\_no\\_brasil.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/A_urbanizacao_no_brasil.pdf)> Acesso em: 06 set. 2013.

\_\_\_\_\_: CARVALHO, José A. Magno de. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 22. São Paulo: 2005.

\_\_\_\_\_. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 25. São Paulo: 2008.

\_\_\_\_\_. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. **Textos para discussão**. n. 366. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CAMPOS, Mardem B. **Migração e Previdência Social no Brasil entre 1980 e 2000**. 2007. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/st3\\_migr\\_prev.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/st3_migr_prev.pdf)> Acesso em: 18 mai. 2013.

\_\_\_\_\_, BARBIERI, Alisson F. e CARVALHO, Jose A. Magno de. Uma análise demográfica e espacial das migrações de idosos no brasil, 1980 a 2000. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Caxambu/MG. 2008. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1051.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1051.pdf)> Acesso em: 14 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Estrutura domiciliar de migração: com quem os idosos migram? **VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Águas de Lindóia/SP, 2012.

CARVALHO, Inaiá M. M. de. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. **Revista Eure**, n. 95. Santiago (Chile), maio/2006.

CERQUEIRA, C. A. e GIVIZIEZ, G. H. N. **Conceitos básicos em Demografia e dinâmica demográfica brasileira**. 2005. Disponível em:

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/demoedu/parte1cap1p13a44.pdf>> Acesso em: 06 out. 2013.

CORDEIRO, Lucilene Dias, FRANÇA, Mônica Oliveira M. A dinâmica migratória na área metropolitana de Brasília – AMB de 1991 a 2010. Projeto de Pesquisa - Migrações Internas. **3. Conferência do Desenvolvimento**. Brasília 2013.

DAVIDOVICH, Fany R. Diferenciação da espacialidade da metrópole no Brasil. Referência para a Gestão. **Revista Cadernos Metrópole**, n. 09, 2003. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/9208/6823>> Acesso em: 10 ago. 2013.

DESCHAMPS, M.V... [et al.] Afinal, o que induz o crescimento nas aglomerações litorâneas?

In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2000. Caxambu, Anais. Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em:

<<http://www.abep.org.br/xiiencontronacionaldeestudospopulacionais>> Acesso em: 18 dez 2011.

DONNER, Sandra Cristina. **A restauração da identidade germânica no I Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS**. 2011. Disponível em:

<<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/download/106/108>> Acesso em: 14 abr. 2013.

ETGES, Virginia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso da região do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário & SILVEIRA, Rogério L. (org.) **Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Regional sustentável: o território como paradigma. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v.10, n° 3, p. 48, set/dez 2005.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. **Centro de Informações Estatísticas, documentos FEE**. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (IDESE) — 1991-00 /Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Documentos FEE; n. 58. Porto Alegre: FEE, 2003.

FERNANDES, Duval. Perspectivas demográficas do Brasil no próximo milênio. **Revista Bioética**, v. 4. Brasília – DF: 1996 P.189 a 194. Disponível em:

<[http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/viewFile/413/](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/413/)> Acesso em: 03 mar. 2013.

FERREIRA, Allyne de Almeida. **Ensaio sobre a migração de retorno interestadual no Brasil**. Universidade Federal da Paraíba, Dissertação de mestrado em economia. 2012.

FLORES, Murilo. **A Identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – Uma visão do estado da arte. 2006. Disponível em: <[www.Rimisp.org/getdoc.pnp?docid=3702](http://www.Rimisp.org/getdoc.pnp?docid=3702)> Acesso em: 06 dez. 2012.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HUBNER GALLO, Jorge Ivan. **O mito da explosão demográfica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

IBGE 2011. **Sinopse Censo 2010**. Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.

JARDIM, M. de L.; BARCELLOS, T. M. de. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). In: **ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA**, 2004. Anais. Porto Alegre: PUC-RS, 2004. Disponível em: <[http://www.fee.org.rs/trabalhos2\\_encontro\\_de\\_economia\\_gaucha](http://www.fee.org.rs/trabalhos2_encontro_de_economia_gaucha)>. Acesso em: 24 nov 2012.

JORNAL Zero Hora. **Caderno Vida**. Edição do dia 1 jun 2013.

KEINERT, Ruben César e JANNUZZI, Paulo de Martino. **Distribuição Espacial da população, desenvolvimento regional e as novas demandas públicas no interior paulista**. V Encontro Nacional da ANPUR. Anais. Belo Horizonte: 1995.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2001.

KOUCHER, Ademir Barbosa. **Migrações internas no Rio Grande do Sul: os novos cenários da desconcentração espacial urbano-regional**. Dissertação de Mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Everton E. de Campos, BRAGA, Fernando Gomes. Da rotatividade migratória a baixa migração: uma análise dos novos padrões da mobilidade populacional no Brasil. In.: **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu/MG, 2010. Disponível em : <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_6/abep2010\\_2328.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_6/abep2010_2328.pdf)> Acesso em: 14 out. 2013.

LISBOA, Severina Sarah. Fatores determinantes dos novos movimentos migratórios. **Revista Ponto de Vista**, v. 5. Universidade Federal de Viçosa – MG, 2008.

LOBO, Carlos e MATOS, Ralfo. Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 28. Rio de Janeiro: Rabep, 2011.

MADEIRA, Felícia R. Nupcialidade, In: Santos, Jair L. F., Levy, Maria Estela F. e Szmerecsányi, Tamás (org.). **Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

MALTHUS, Thomas Robert. Primeiro ensaio sobre o princípio das populações. 1798. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/economistas/Malthus.htm>

MARTINE, George. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Brasília: ISPN, 1992. (Documento de trabalho, 11)

MARTINS, Roberto Duarte. **Director de la tectsis Dr. Manuel Guárdia i Bassols. A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão**. Tese de Doutorado em Arquitetura, Escola Técnica Superior de Arquitetura. Universitat Poloitecnica da Catalunya. Barcelona/España. 2001. Disponível em <<http://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/6077/01PORTADA.pdf?sequence=6>> Acesso em: 24 abr. 2013.

MATA, Daniel da, OLIVEIRA, Carlos W., PIN, Cedric e RESENDE, Guilherme. Quais características das cidades determinam atração de migrantes qualificados? **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 03, 2007.

MATOS, Ralfo. **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. São Paulo: Garamond Ltda, 2009.

MONDARDO, M. L. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 28. Rio de Janeiro: Rabep, 2011.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. **Um Ensaio sobre as causas e características da migração**. Mimeo, 2002. Disponível em: <[http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio\\_migracao.pdf](http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf)> Acesso em: 16 set. 2013.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **Energia no ar**. São Paulo: Abril, dezembro 2010.

OLIVEIRA, Gílson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2. Curitiba, 2002.

OLIVEIRA, Kleber F. de, JANNUZZI, Paulo de Martino. **Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste**: padrões etários, por sexo e origem/destino. 2005. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, 2005.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antonio Tadeu R. de (orgs.). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. In: **Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antonio Tadeu R. de (orgs.). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. In: JARDIM, Antônio de Ponte. **Reflexões sobre a mobilidade Pendular**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, M. Coleta F. A. de, SZMRECSÁNYI, M. Irene de Q. F. A fecundidade como fenômeno social e histórico. In: SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maristella F.; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs). **Dinâmica da população, teoria, métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

PEDROSO, Márcia Pereira. **Disparidades econômicas e processos de exclusão social**: estudo comparativo das populações carcerárias de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul. Dissertação de mestrado pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2005.

PEREIRA, Marco A. Velho. **Dos Açores ao Brasil Meridional uma viagem no tempo**: a saga de uma família. v. I. Osório: Ponto, 2009.

PESSOA, Mariana Lisboa e SOBRINHO, Guilherme G. de F. Xavier. Evolução do mercado de trabalho nas regiões do RS (2000-2010). **Textos para discussão FEE**, n. 110. FEE, 2012. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/110.pdf>> Acesso em: 18 mai. 2013.

PIRES, Moacyr de Araujo. Ramiro Corrêa da Silva e a história de Capão da Canoa. In: **Raízes de Capão da Canoa**. BARROSO, Vera L. M., FLORENTINO, Renata Feldens e ESPINDOLA, Luís André (org.). Porto Alegre: EST, 2004.

PNUD. Brasil - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013. Disponível em: <[www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_DH](http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH)> Acesso em: 18 ago 2013.

PORTAL BRASIL, 2013. Disponível em: <[www.portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/.../brasil-reduz-taxa-de-mortalidade](http://www.portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/.../brasil-reduz-taxa-de-mortalidade)> Acesso em: 26 jun. 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RENNER, Cecília H., PATARRA, Neide L. Migrações. In: SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maristella F.; SZMRECSÁNY, Tamás (orgs). **Dinâmica da população, teoria, métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

**REVISTA MAIS NEGÓCIOS**. Editora Mais Negócios. Edição n. 23. Fortaleza/CE, 2013.

SANTOS, A. M. S. P. Urbanização Brasileira: um olhar sobre o papel das cidades médias na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. ANPUR, v. 12, 2010.

SANTOS, Jair L. F. Avaliação demográfica de políticas populacionais. In: SANTOS, Jair L. F, LEVY, Maria E. F., SZMRECSÁNYI, Tamás. **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Milton. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço** – técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_ e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SARRIERA, Jorge Castellá, PIZZINATO, Adolfo e MENESES, María P. Rangel. Aspectos psicossociais da imigração familiar na grande Porto Alegre. **Estudos de Psicologia (Natal)**. **Revista eletrônica Scielo**. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v10n1/28003.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

SILVA, Marina Raimunda da. **Navegação Lacustre Osório - Torres**. Porto Alegre-RS: Jollo, 1999.

SILVEIRA, Luciana. Navegação Lacustre Osório – Torres, uma possível opção de turismo. In: Marly Schol; Ana Inez Klein; Vera Lúcia Maciel Barroso (Org). **Raízes de Osório**. Porto Alegre: EST, 2004.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Cidade, corporação e periferia urbana**. Santa Cruz do Sul. Edunisc, 2003.

SOBRINHO, Guilherme. G. de F. Xavier, STEMBERG, Sheila S. Wagner. Mercados de trabalho nas aglomerações urbanas não metropolitanas do RS. **Indicadores Econômicos, FEE**. Porto Alegre, v. 37. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O ABC do desenvolvimento urbano**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2008. P. 94 e 97.

SOUZA, Mariana Barbosa. **Urbanização e segregação sócio espacial na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**: uma análise da expansão e da (i)legalidade dos condomínios horizontais residenciais. Dissertação de mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2013.

STROHAECKER, T., FUJIMOTO, N., FERREIRA, A., KUNST, A. Caracterização do uso e ocupação do solo dos municípios do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Universidade Federal do Paraná, 13, nov. 2007. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/4624/6746>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica Territorial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**: contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa. Tese de doutorado em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2007.

\_\_\_\_\_, TOLDO JR., Elírio E. O litoral norte do Rio Grande do Sul como um pólo de sustentabilidade ambiental do Brasil Meridional. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007, v. XI, n. 245. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24539.htm>> Acesso em: 17 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Diretrizes de desenvolvimento regional para o Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul. **XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2011.

VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**. 4. ed. Petrópolis (RJ):Vozes 2007.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio Cultural: um conceito em construção. **Métis**: história e cultura, v. 7, n. 13, 2008

WEBER, Roswithia. **Mosaico identitários**: história identidade e turismo nos municípios da rota romântica – RS. Tese de Doutorado PPGH. Porto Alegre: UFRGS, 2006.



**ANEXO A**  
**ENTREVISTAS REALIZADAS EM OSÓRIO**

<b>Entrevistado</b>	<b>Representação</b>	<b>Período</b>
Nº 01	Prefeito 2001	<b>2001 – 2004</b>
Nº 02	Prefeito 2005	<b>2005 – 2008</b> <b>2009 -2012</b>
Nº 03	Prefeito atual	<b>Desde 2013</b>
Nº 04	Construtora Merlim	<b>Proprietário</b>
Nº 05	Construtora Dalcom	<b>Proprietário</b>
Nº 06	Imobiliária Sérgio Madalena	<b>Proprietário</b>
Nº 07	Imobiliária MVM	<b>Proprietário</b>
Nº 08	Presidente Centro Empresarial	<b>2004 – 2010</b>
Nº 09	Presidente do Centro Empresarial	<b>Desde 2010</b>

Entrevistas realizadas entre abril e maio de 2013

**ANEXO B**  
**ENTREVISTAS REALIZADAS EM CAPÃO DA CANOA**

<b>Entrevistado</b>	<b>Representação</b>	<b>Período</b>
Nº 10	Prefeito 2001	<b>2001 – 2005</b>
Nº 11	Prefeito atual	<b>Desde 2013</b>
Nº 12	Construtora Zanine	<b>Proprietário</b>
Nº 13	Construtora Nazale	<b>Proprietário</b>
Nº 14	Construtora Jeremias	<b>Proprietário</b>
Nº 15	Imobiliária Spazio	<b>Proprietário</b>
Nº 16	Imobiliária Ferrari	<b>Gerente atual</b>
Nº 17	Presidente Centro Empresarial	<b>Desde 2010</b>

Entrevistas realizadas entre abril e maio de 2013

## ANEXO C

## OFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE OSÓRIO  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo  
Assessoria de Desenvolvimento, Indústria e Comércio



Terra dos bons ventos

**INFORMAÇÕES COMPILADAS**

Expediente Administrativo n.º 163926/2013

**1. Alvarás de autorização para obras de construção civil:**

2003 – 245 autorizações.  
2004 – 188 autorizações.  
2005 – 372 autorizações.  
2006 – 375 autorizações.  
2007 – 399 autorizações.  
2008 – 444 autorizações.  
2009 – 418 autorizações.  
2010 – 488 autorizações.

**2. Arrecadação municipal no período:**

2000 – R\$ 20.748.170,93 mi.  
2005 – R\$ 42.437.401,22 mi.  
2010 – R\$ 178.194.790,57 mi.  
Obs.: receitas correntes, receitas de capital e receitas correntes intra-orçamentárias.

2000 – R\$ 20.748.170,93 mi.  
2005 – R\$ 40.117.855,37 mi.  
2010 – R\$ 153.419.643,98 mi.  
Obs.: com as devidas deduções.

**3. Indústrias, companhias de transformação e instituições de ensino no período:**

Conforme o demonstrativo em anexo.

**4. População residente nos balneários de Atlântida Sul e Mariápolis. Para o IBGE a amostragem é única entre os dois:**

2000 – 769 habitantes.  
2005 – 892 habitantes.